UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

GABRIELA PERISSINOTTO DE ALMEIDA

Estereótipos de gênero sobre mulheres vítimas de estupro: uma abordagem a
partir do viés de gênero e dos estudos de teóricas feministas do direito

Ribeirão Preto

2017

GABRIELA PERISSINOTTO DE ALMEIDA

Estereótipos de gênero sobre mulheres vítimas de estupro: uma abordagem a partir do viés de gênero e dos estudos de teóricas feministas do direito

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências. (Versão Corrigida)

Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado democrático de direito.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nojiri.

Ribeirão Preto

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para quaisquer fins, desde que citada a fonte.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
e Seção Técnica de Informática da FDRP/USP,
com os dados fornecidos pela autora**

A447p Almeida, Gabriela Perissinotto de
Estereótipos de gênero sobre mulheres vítimas de estupro: uma abordagem
a partir do viés de gênero e dos estudos de teóricas feministas do direito. /
Gabriela Perissinotto de Almeida; orientador Sérgio Nojiri. -- Ribeirão Preto,
2017.
149 p.

Dissertação (Mestrado – Departamento de Filosofia do Direito e
Disciplinas Básicas) -- Programa de Pós-Graduação em Direito) --
Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo,
2017.

1. ESTEREÓTIPOS. 2. MULHERES. 3. ESTUPRO. I. Nojiri,
Sérgio, orient. II. Título

ALMEIDA, Gabriela Perissinotto de.

Estereótipos de gênero sobre mulheres vítimas de estupro: uma abordagem a partir do viés de gênero e dos estudos de teóricas feministas do direito.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências – Área de Concentração: Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito.

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ribeirão Preto, ____ de _____ de 2017.

A todas as mulheres, para que não tenhamos mais medo.

AGRADECIMENTOS

Mãe, a primeira pessoa a quem agradeço é você. Não só por me apoiar no percurso, por vezes doloroso, desta pesquisa, mas por todos os ensinamentos, companheirismo e amor. Por ter me mostrado, a partir da sua própria trajetória, o que é ter força e sensibilidade, coragem e empatia. Minha gratidão imensa e todo o meu amor a você, nessa e em todas as outras vidas.

Pai, obrigada por sempre me apoiar e ser meu exemplo de serenidade e bom senso. Por todas as vezes em que você me acalmou, nesse percurso nada calmo, e por todo suporte oferecido. Amo você!

Clarinha, não poderia deixar de agradecer a você, minha melhor amiga do mundo, que com seu jeito doce e olhar confiante renova minha fé na humanidade e me estimula a seguir em frente. Gratidão, minha prima-irmã!

Família, em especial, meus avós, por ligarem aos domingos para saber se cheguei viva em RP, me estimularem sempre a ler e a estudar e também pelas preces. Cidinha: muito obrigada por tudo! Você também é minha família!

Nojiri, obrigada por ser esse orientador sempre participativo, acessível e amigo. Nesses quase sete anos de orientação aprendi muito com você! Obrigada também pelas oportunidades e pela parceria, espero que esse seja só o começo! Já posso chamar de Nonô?hahaha.

Ana Letícia, Igor, Beto e Mari: foi um prazer compartilhar esses anos com vocês! Meu agradecimento também ao pessoal do DIPSIN, pelas discussões e aprendizado: saudades! Ana, um agradecimento especial a você: obrigada por ter lido todo o trabalho e feito excelentes sugestões. Queria que você soubesse que já é a pesquisadora que você quer ser!

Agradeço também às amigas e aos amigos que compartilham sua trajetória comigo, em especial, Lulu, Fer, Ane, Ana, Nath, Jessi, “amigos”, Neura, Alê e também às meninas do mestrado. Gratidão, queridas!

Tharu, amiga, obrigada por ter me ensinado o que é charlar e pipirar (apesar de ainda não termos feito nada disso na prática, haha), por toda a parceria durante o mestrado (na alegria e na tristeza) e, também, por ter contribuído com este trabalho.

Esta pesquisa foi influenciada pelos mais variados acontecimentos e atores que cruzaram meu caminho em algum momento. Destaco a Prof^a. Fabiana Severi, pelas aulas sobre direito e gênero; o Prof. Noel Struchiner, que me aproximou dos estudos em viés de gênero; o Prof. Altay Lino de Souza, que me apresentou a metodologia Q; e a Prof^a. Isabel Cristina Sartorelli, sempre tão atenciosa com os meus (muitos) emails sobre metQ.

Agradeço, também, aos demais professores, funcionários (Vânia, querida) e colegas que contribuíram direta ou indiretamente com esta pesquisa. Em especial, às professoras que participaram da banca avaliadora (Silvia Pimentel, Ana Lucia Schritzmeyer e Fabiana Severi) pelas valiosas contribuições que muito auxiliaram na revisão da dissertação.

Por fim, ao universo, a todos os santos, orixás e entidades que ajudarem na conclusão desse trabalho: gratidão!

Para ela, a culpa; para ele, a desculpa.

(Autoria não identificada).

RESUMO

ALMEIDA, Gabriela Perissinotto de. **Estereótipos de gênero sobre mulheres vítimas de estupro: uma abordagem a partir do viés de gênero e dos estudos de teóricas feministas do direito**. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

Estereótipos sobre as mulheres estão presentes em abundância no cotidiano da sociedade e do Judiciário. Mulheres retratadas como mentirosas, vingativas e loucas têm seus depoimentos valorizados apenas se corresponderem ao ideal de mulher honesta e se parecerem ter sido vítimas; caso contrário, com frequência – e bastante rapidez –, podem passar de vítimas a culpadas. Esses e outros estereótipos comumente associados às mulheres, como veremos, são utilizados como atalhos cognitivos no processo de tomada de decisão e atuam no sentido de tolher o acesso das mulheres à justiça, além de serem formas de violência institucional, praticadas pelo Estado e seus agentes. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é identificar quais são os principais estereótipos que dificultam o acesso das mulheres à justiça em casos de estupro. Para tanto, analisaremos sentenças de 1º grau do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, do ano de 2016. Esperamos que a identificação desses estereótipos auxilie a formulação de políticas públicas que visem mitigar esses estereótipos e seus efeitos e, assim, garantir a efetividade do acesso das mulheres à justiça.

Palavras-chave: Estereótipos; mulheres; estupro; viés.

ABSTRACT

ALMEIDA, Gabriela Perissinotto de. **Gender stereotypes of women victims of rape: an approach based on gender bias and studies of feminist legal theory.** 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

Stereotypes about women are frequent in the daily lives of society and the judiciary. Women portrayed as lying, vindictive and insane have their testimonies valued only if they correspond to the ideal of an honest woman and if they seem to have been victims; otherwise, often - and quite quickly - they can pass from victims to guilty. These and other stereotypes commonly associated with women, as we will see, are used as cognitive shortcuts in the decision-making process and act to limit women's access to justice, as well as being forms of institutional violence practiced by the state and its agents. In this sense, the objective of this work is to identify which are the main stereotypes that hinder women's access to justice in cases of rape. To do so, we will analyze first degree judgments of the Tribunal de Justiça do estado de São Paulo of the year 2016. We hope that the identification of these stereotypes will help to formulate public policies that aim to mitigate these stereotypes and their effects and thus ensure the effectiveness of women's access to justice.

Keywords: stereotypes; women; rape; bias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. ASPECTOS METODOLÓGICOS	21
2. TOMADA DE DECISÃO, VIÉS DE GÊNERO E ESTEREÓTIPOS	29
2.1 Julgamento e tomada de decisão	30
2.2. Formação das primeiras impressões, estereótipos e representações sociais	46
3. MULHERES, DIREITO E ACESSO À JUSTIÇA	51
3.1. Feminismos, estudos sobre mulheres e gênero	52
3.2. Críticas feministas ao direito	54
3.3. Violência contra as mulheres e direitos humanos	58
3.4. Acesso das mulheres à justiça	65
4. ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E ESTUPRO	69
4.1. Estupro	73
4.2. Estereótipos de gênero sobre as mulheres vítimas de estupro	75
4.3. Procedimento de coleta de dados	78
4.4. Apresentação dos dados	80
4.5. Análise de sentenças em crimes de estupro	90
4.6. Discussão geral	110
5. UMA PROPOSTA PARA TRABALHOS FUTUROS: Metodologia Q	115
6. CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	139
APÊNDICE B – Instruções e Roteiro da Entrevista	141
APÊNDICE C – Cartões Metodologia Q	142
APÊNDICE D – Questionário Sociodemográfico	143
ANEXO I – Comprovante de envio do projeto para o Comitê de Ética em Pesquisa	145
ANEXO II – Parecer consubstanciado do CEP	146

INTRODUÇÃO

I'll tell you what freedom is to me: no fear!¹

Nina Simone

O 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015) mostrou que mais de 90% das mulheres entrevistadas têm medo de ser vítima de agressão sexual – medo este que tem fundamento empírico: apenas em 2014 foram registrados 47.646 casos de estupro² no Brasil, dados que representam um estupro a cada onze minutos (FBSP, 2015, p. 07 e 116). As vítimas, em cerca de 90% dos casos, são mulheres, e sofrem consequências tanto físicas, quanto psicológicas: lesões nos órgãos genitais, contusões e fraturas, que podem levar ao óbito; gravidez indesejada; doenças sexualmente transmissíveis (DST); e/ou transtornos, como depressão, fobias, ansiedade, uso de drogas ilícitas, tentativas de suicídio e síndrome de estresse pós-traumático. O agressor, por sua vez, em mais de 95% dos casos, é um homem (IPEA, 2014a, p. 09).

Outra estimativa alarmante é que apenas 7,5% dos casos de estupro que acontecem no Brasil são notificados (DATAFOLHA; CRISP, 2013, p. 14). Diante deste dado, poderíamos questionar: por que 90% dos agressores não são denunciados? O dossiê *Violência Contra as Mulheres - Violência Sexual*, da Agência Patrícia Galvão, aponta que a maioria das mulheres não denuncia o estupro por medo de que não acreditem nela – medo potencializado pelo fato da maioria dos estupros ser cometido por amigos ou pessoas conhecidas³ (IPEA, 2014a, p. 09).

Além disso, há diversos relatos de vitimização secundária no processo de denúncia, em que as mulheres sofrem discriminação, preconceito e humilhação ao reportar a violência sofrida. Estereótipos e mitos relacionados ao estupro também reforçam esse medo, já que contribuem para a imagem de um agressor estranho/desconhecido e de uma mulher cujo comportamento foi responsável pela violência sofrida.

Todos esses fatores elencados, juntos, levam à naturalização da violência sexual contra as mulheres, reforçando a sensação de impunidade, insegurança, culpabilização da

¹ **Tradução livre:** Eu vou te dizer o que é liberdade para mim: não ter medo!

² Dados incluem estupro e estupro de vulnerável.

³ De acordo com o relatório do IPEA, *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde*: “No geral, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima” (IPEA, 2014a, p. 9).

vítima e, assim, a cultura do estupro – expressão que remete a um ambiente que banaliza, legítima e justifica a violência contra as mulheres.

Nesse contexto, ninguém está imune: todos nós somos suscetíveis a produzir e reproduzir estereótipos de gênero e a contribuir para a perpetuação da cultura do estupro – inclusive o Judiciário, que exerce um papel central tanto na eliminação, quanto na perpetuação dos estereótipos de gênero.

Como veremos neste trabalho, diversos desses estereótipos se manifestam de maneira implícita ou explícita em leis e decisões judiciais. Exemplos não faltam. Em São Paulo, uma juíza recentemente negou o pedido de indenização por danos morais a uma passageira que sofreu abuso sexual dentro do metrô, alegando que a vítima não fez nada para impedir o abuso. No Rio Grande do Sul, um promotor de justiça humilhou, durante uma audiência, uma vítima de 14 anos, que sofria abusos reiterados pelo pai, por ela ter realizado aborto legal⁴.

Casos como esses mostram que a culpabilização da vítima e os estereótipos de gênero sobre as mulheres estão presentes no cotidiano da sociedade e do Judiciário, de maneira, às vezes, mais sutil, mas nem por isso menos nociva. Mulheres constantemente retratadas como mentirosas, vingativas, loucas, histéricas, exageradas ou liberais demais, têm seus depoimentos valorizados apenas se corresponderem à figura de vítima idealizada pela sociedade e pelo Judiciário; caso contrário, com frequência – e bastante rapidez –, podem passar de vítimas a culpadas.

Esses e outros estereótipos comumente associados às mulheres, como veremos, atuam no sentido de tolher o acesso das mulheres à justiça – diagnóstico que mostra a urgência de medidas que eliminem tais obstáculos e promovam os direitos humanos das mulheres. Diante disso, são necessárias políticas públicas que visem aprimorar o sistema de justiça e a sociedade como um todo, e também pesquisas sobre essa temática, que auxiliem na identificação de pontos chave e contribuam efetivamente para o desenvolvimento das práticas sociais, não ficando restritas aos muros da universidade.

Com a finalidade de somar a esse processo, mas sem a pretensão de esgotar o assunto ou chegar a uma resposta generalizadora e definitiva, buscamos, neste trabalho, responder à pergunta: quais são os principais estereótipos de gênero que atuam como obstáculo ao acesso das mulheres à justiça em casos de estupro? Esta questão será estudada no contexto das decisões judiciais, com foco na argumentação dos juízes e das juízas, para condenar ou absolver os réus. Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa será compreender como os

⁴ O aborto legal é aquele que não é considerado crime. Uma das hipóteses de cabimento é em caso de gravidez decorrente de estupro (art. 128, inciso II, do Código Penal).

estereótipos de gênero sobre as mulheres vítimas de estupro obstam o acesso dessas mulheres à justiça e analisar de que forma eles atuam no processo de tomada de decisão dos magistrados e das magistradas.

Desenvolvemos a pergunta e o objetivo geral de pesquisa articulando o trabalho de modo que tentássemos contemplar os fatores contextuais que explicam como os estereótipos contribuem para a estratificação social e a subordinação das mulheres. Rebecca Cook e Simone Cusack (2010) dividem esses fatores em três níveis sociais em que estão imbricados os estereótipos, sendo eles: (i) individual, que consistem em fatores relativos ao processamento cognitivo dos estereótipos, que os tornam profundamente arraigados em nosso inconsciente; (ii) coletivo, que se referem aos ambientes que nos cercam, como familiar e de trabalho; e (iii) geral, que incluem fatores históricos, culturais, religiosos, econômicos e legais (COOK; CUSACK, 2010, p. 37-39).

Para construir o trabalho tendo em vista esses fatores, buscamos: (i) entender o processo de tomada de decisão no nível individual e cognitivo, o que tentamos fazer a partir de uma aproximação com estudos da Psicologia; (ii) explicar o que são estereótipos, como se formam e como eles passam a ser compartilhados por grupos de indivíduos; (iii) apresentar estudos de teóricas feministas do direito sobre o gênero do Direito e o acesso das mulheres à justiça, a fim de compreender como os fatores culturais e legais se articulam para perpetuar os estereótipos sobre as mulheres e manter sua condição de subordinação na sociedade; além de (iv) verificar a compatibilidade de uma análise conjunta tendo em vista os referenciais de viés de gênero e teóricas feministas do direito; e, por fim, (v) identificar os estereótipos de gênero que obstam o acesso das mulheres vítimas de estupro à justiça, a partir da análise de sentenças.

Acreditamos que conhecer como a Psicologia aborda o processo decisório permitirá compreender esse fenômeno de modo mais abrangente e mais aprofundado, o que nos auxiliará a entender esse processo no contexto da tomada de decisão judicial. Da mesma forma, aprender sobre a formação dos estereótipos, em especial, daqueles relacionados ao gênero e ao estupro, permitirá entender as raízes dessas generalizações.

No mesmo sentido, os estudos de teóricas feministas do direito permitirão entendermos o contexto de produção e reprodução desses estereótipos no Direito, bem como as normativas que visam ao acesso das mulheres à justiça e à efetivação dos direitos humanos das mulheres. Já a identificação dos principais estereótipos de gênero que obstam o acesso das mulheres vítimas de estupro à justiça, mais do que um objetivo da pesquisa, é uma tentativa

de contribuir com a identificação de pontos chave que devem ser alvo de políticas públicas que visem superar esses obstáculos.

Assim, a dissertação será estruturada em seis capítulos. No primeiro deles apresentaremos alguns aspectos metodológicos iniciais; enquanto, no segundo, trataremos sobre o julgamento e a tomada de decisão, em especial, do julgamento por estereótipo, e, por isso, trataremos brevemente de como ocorre a formação desses estereótipos. Já no terceiro capítulo, pela perspectiva de estudos de teóricas feministas do direito, abordaremos algumas questões centrais sobre mulheres, gênero, violência sexual e acesso das mulheres à justiça – premissas importantes deste trabalho. No quarto capítulo da dissertação focaremos nos estereótipos de gênero relacionados ao estupro e apresentaremos a pesquisa documental: uma análise de sentenças em crimes de estupro, com o objetivo de identificar quais estereótipos de gênero obstam o acesso das mulheres à justiça. O quinto capítulo consistirá em uma proposta para trabalhos futuros que parte das categorias formuladas nesta pesquisa e faz uso da metodologia Q, que será oportunamente explicada. Por fim, teremos a conclusão deste trabalho.

Finalizada a apresentação da estrutura desta dissertação, passaremos a tratar de alguns aspectos metodológicos iniciais. Esperamos que a pesquisa provoque a leitora e o leitor, gere incômodo, empatia e também reflexão.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira,
mesmo que as correntes dela sejam diferentes das
minhas.

Audre Lorde

Antes de adentrarmos na pesquisa propriamente dita, são importantes algumas considerações e esclarecimentos sobre o caminho percorrido na realização deste trabalho e também sobre a trajetória da pesquisadora.

Inicialmente, destacamos que o tema desenvolvido nesta dissertação passou por uma série de mudanças e adaptações ao longo do programa de mestrado. Isso decorreu tanto de problemas metodológicos identificados no projeto inicial, que comprometeriam a execução da pesquisa, quanto da influência de eventos e disciplinas cursadas⁵. Da mesma forma, o Exame de Qualificação foi determinante para que algumas alterações fossem realizadas, principalmente quanto ao delineamento da pesquisa empírica: a ideia à época era usar apenas a metodologia Q, sugerida pelo Prof. Dr. Altay Alves Lino de Souza (Instituto de Psicologia/USP), a qual deveria ser aplicada por meio de entrevista e atenderia aos objetivos propostos nesta pesquisa. Os desafios, porém, consistiriam em criar o instrumento de coleta de dados, o que demandaria definir quais estereótipos seriam utilizados na elaboração do instrumento, reunir um número razoável de magistradas e magistrados que aceitassem participar da pesquisa, aplicá-la adequadamente e fazer a análise dos dados, que dependeria de análise fatorial, sem que tivéssemos conhecimento em estatística – tudo isso em um prazo bastante limitado.

Diante dessas dificuldades, optamos por recorrer, seguindo as orientações dos membros da Banca de Qualificação, composta pela Prof^a. Assoc^a. Fabiana Cristina Severi e pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva, à análise de julgados para identificarmos quais estereótipos de gênero estão presentes em sentenças de estupro. Uma vez identificados esses estereótipos em um estudo inicial, poderíamos criar o instrumento de coleta de dados a ser utilizado na metodologia Q com maior embasamento.

Assim, chegamos à configuração final desta dissertação, que pode ser entendida como uma pesquisa social aplicada ao Direito, considerando o sentido de pesquisa social

⁵ Entre os eventos, destacamos o *Direito, Psicologia e Neurociência*, organizado pelo Prof. Dr. Sérgio Nojiri, em 2015. Já entre as disciplinas destacamos: (i) *Julgamento, decisão e escolha: contribuições das abordagens cognitiva e comportamental*, oferecida em conjunto pelo Profs. Drs. José de Oliveira Siqueira, Altay Alves Lino de Souza e Marcelo Benvenuti, cursada no Instituto de Psicologia (IP/USP); e (ii) *Direito e Gênero*, oferecida pela Prof^a. Assoc^a. Fabiana Cristina Severi, na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP/USP).

descrito por Pedro Demo (2008, p. 15): aquela por meio da qual se pretende conhecer de modo mais aprofundado a realidade. Esta definição está em consonância com o objetivo geral do trabalho apontado na introdução, que consiste em compreender como os estereótipos de gênero obstam o acesso das mulheres vítimas de estupro à justiça e analisar de que forma eles atuam no processo de tomada de decisão dos magistrados e das magistradas. Também está de acordo com o estudo empírico que nos propusemos a fazer: a análise de sentenças judiciais em crimes de estupro.

Isso porque, a sentença, como destaca Fabiana Severi, não se restringe apenas a um ato do Judiciário: trata-se de uma construção que resulta das dinâmicas sociais e das disputas no campo dos sentidos do Direito.

A sentença judicial, apesar de ser um ato do Judiciário, é construída em meio a uma dinâmica em que partes processuais e várias autoridades públicas estão, o tempo todo, disputando a prevalência de determinados sentidos sobre o direito ou modelos de respostas a serem dadas pelo Judiciário à demanda. São dinâmicas marcadas por movimentos contraditórios, heterogêneos, permeados por ambiguidades e contradições. (SEVERI, 2016a, p. 44-45).

Sendo as sentenças resultado dessas dinâmicas sociais que manifestam as ambiguidades e os paradoxos vivenciados pela sociedade no cotidiano, podemos afirmar que as sentenças são produto da realidade⁶. Assim, a análise desse produto, ou seja, das sentenças, permite que conheçamos um pouco melhor esta realidade social marcada pelas disputas de sentido acerca do que é o Direito ou de quem ele favorecerá nos casos concretos. Ressaltamos, no entanto, que esta pesquisa não se limita a um caráter descritivo, isto é, de mostrar como os estereótipos de gênero sobre as mulheres são reproduzidos nas sentenças judiciais. Apresenta também uma proposta *dogmática conscientemente política*.

Alberto Bovino e Christian Courtis (2000) afirmam que a dogmática conscientemente política, para além de descrever o conteúdo das normas, apresenta críticas a esse conteúdo. Os autores explicam que nessa compreensão de dogmática jurídica o pesquisador ou a pesquisadora pode até concordar com o conteúdo das normas aplicáveis – de acordo com o que considera sua melhor interpretação –, mas discordar da forma como essa norma tem sido aplicada pelos juízes e pelas juízas. Diante disso, essa reconstrução da dogmática propõe que se cumpra uma função útil para a criação e aplicação do direito. Dito

⁶ Utilizamos o termo “realidade” em um sentido prosaico, que remete ao que ocorre na prática, no cotidiano. Trata-se de uma crítica ao Direito, que ainda é ensinado e pautado em abstrações e ficções jurídicas, que muitas vezes deixam de lado situações e/ou dados concretos. Nesse sentido, a análise das sentenças busca fugir desse modelo tradicional de pesquisa em Direito e busca verificar o que, de fato, tem ocorrido nas práticas do Judiciário. Não ignoramos, porém, que a realidade não é única: trata-se, na verdade, de uma construção social, que pode ser vista e analisada a partir de diferentes perspectivas.

de outra maneira, a dogmática política critica as práticas vigentes com a finalidade de propor um guia para a criação de um novo direito ou de uma nova forma de decidir casos concretos.

Nesta pesquisa, fazemos análise do conteúdo das sentenças, observando a maneira como as soluções judiciais dadas aos conflitos são construídas, com especial atenção ao uso de estereótipos sobre as mulheres empregados por aqueles que julgam os casos: juízes e juízas de direito. A partir dessa análise, buscamos oferecer subsídios que visem fortalecer o processo democrático, no sentido de concretizar o princípio da igualdade, disposto na Constituição Federal, buscando erradicar o emprego de estereótipos de gênero nas decisões judiciais e viabilizando, de fato, o acesso das mulheres à justiça.

Com a finalidade de propor críticas e soluções aplicáveis que busquem uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado, isto é, dos estereótipos sobre as mulheres nas sentenças criminais de estupro, optamos, neste trabalho, por uma aproximação com estudos de outras áreas do conhecimento, como a Psicologia. Acreditamos que essa aproximação permitirá uma compreensão mais abrangente acerca da tomada de decisão e da produção e reprodução dos estereótipos, para além do contexto do judiciário – o que enriquecerá a análise do objeto de estudo em específico.

De modo semelhante, a abordagem a partir de estudos de teóricas feministas do direito, realizados por professoras e pesquisadoras com formações variadas (antropólogas, sociólogas, filósofas, cientistas políticas, psicólogas, entre outras) e profissionais militantes, também permitirá uma visão mais abrangente e crítica acerca do próprio Direito enquanto espaço de produção e reprodução de estereótipos de gênero e práticas discriminatórias. Esperamos que essas aproximações permitam entendermos esses fenômenos de modo mais aprofundado e, talvez, mais próximo do que efetivamente ocorre e/ou deveria ocorrer.

Sabemos que a aproximação com outras áreas do conhecimento envolve uma série de limitações, como a perda em precisão teórica, pois dificilmente seremos especialistas em áreas diversas, e corremos o risco das relações feitas serem equivocadas ou perigosas. Em razão disso, não temos a pretensão de uma interdisciplinaridade⁷ de fato. Apenas acreditamos que alguns conceitos e teorias abordados por essas áreas podem ter grande utilidade para esta pesquisa - razão pela qual tentamos fazer essa aproximação da melhor maneira que pudemos.

⁷ Trata-se de um método de pesquisa e de ensino em que se propõe uma convergência e integração mútua entre duas ou mais disciplinas, a partir da qual se cria um novo tipo de conhecimento, baseado em uma nova epistemologia. Assim, não podemos falar aqui em uma interdisciplinariedade de fato, já que não realizamos propriamente uma integração; podemos apenas falar em uma interdisciplinariedade de modo genérico, como uma comunicação de ideias. Veja mais em: Luiz Martino e Katrine Tokarski Boaventura, 2013.

Esse arcabouço teórico, além de fundamentar a pesquisa, permite uma análise mais abrangente das sentenças estudadas. Nesse sentido, adotaremos neste trabalho uma abordagem predominantemente qualitativa, pois, como afirma Pedro Demo, ela busca minimizar o reducionismo inerente à formalização metodológica (DEMO, 2002, p. 364). Concordamos com o autor, para quem esta é uma proposta menos deturpante da realidade e que permite uma compreensão mais aprofundada do fenômeno.

Assim, acreditamos que a análise qualitativa de julgados pode trazer mais benefícios para esta pesquisa, pois permite mostrar não apenas quais estereótipos estão presentes nas sentenças, mas também de que forma eles aparecem. Além disso, muitos dados que poderiam ser obtidos por meio de análise quantitativa já estão disponíveis em relatórios divulgados por órgãos oficiais - estudos importantes que desmascararam uma série de estereótipos sobre as vítimas de estupro⁸. Alguns desses dados indiretos serão oportunamente apresentados, de modo a apoiar a análise dos dados diretos, obtidos a partir das sentenças.

No entanto, a distinção entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa não é ontológica, mas apenas uma questão de intensidade, de modo que “toda qualidade é também, naturalmente, uma combinação quantitativa” (DEMO, 2008, p. 17). Dessa forma, o ideal é combinar ambas as abordagens, mesclando dados quantitativos e qualitativos. Nesse sentido, a abordagem quantitativa também estará presente nesta pesquisa, em uma análise descritiva e não tão minuciosa de aspectos relacionados aos julgados selecionados para análise de conteúdo.

Ressaltamos que a opção por realizar a pesquisa empírica, algo ainda pouco disseminado nos estudos em Direito, ocorreu por acreditarmos que ela oferece o que Miracy Gustin e Maria Tereza Dias chamam de *quadros de observação da realidade*, além de ser um meio que viabiliza a proposição de transformações da realidade investigada (GUSTIN; DIAS, 2015, p. 40). Essa abordagem converge, portanto, com os objetivos deste estudo: compreender como os estereótipos de gênero sobre as mulheres vítimas de estupro são produzidos e reproduzidos no Sistema de Justiça e, assim, obstam o acesso das mulheres à justiça, além de analisar de que forma eles atuam no processo de tomada de decisão dos magistrados e das magistradas.

A ideia de transformação da realidade investigada é especialmente relevante, tendo em vista a proposta de dogmática conscientemente política presente neste trabalho e a

⁸ Citamos alguns desses relatórios na introdução. Entre eles: IPEA, 2014a e FBSP, 2015.

compreensão de Direito como instrumento de mudanças sociais enunciada pela jurista feminista Alda Facio, que adotamos nesta pesquisa⁹.

(...) el Derecho, a pesar de ser un obstáculo para el desarrollo humano de la personalidad femenina, puede ser un instrumento de cambios estructurales, culturales y personales, lo cual necesariamente llevará, a largo plazo, a un mejoramiento en las condiciones en que vivimos las mujeres.¹⁰ (FACIO, 1999, p. 16)

A concepção de Direito da autora como um obstáculo ao desenvolvimento e, ao mesmo tempo, um catalisador de mudanças, nos leva a crer que o estudo dos estereótipos de gênero nas decisões judiciais ainda é necessário e pode levar ao aprimoramento do Sistema de Justiça e das práticas sociais. Isso porque são justamente aspectos como o uso de estereótipos de gênero nas decisões que ainda obstam o acesso das mulheres à justiça e à efetivação dos direitos humanos das mulheres. Desse modo, é preciso que sejam promovidas mudanças para que o Direito deixe de ser um obstáculo e passe a ser, cada vez mais, um instrumento de garantia e promoção de direitos.

Como a autora aponta, as referidas mudanças englobam aspectos pessoais, culturais e estruturais. Destacamos, nesse momento, a questão das mudanças estruturais, em razão da crise enfrentada pelo Poder Judiciário. Roberto Lima e Bárbara Baptista afirmam que essa crise decorre de um descompasso entre as demandas dos cidadãos e a atuação do Judiciário, e mostra o quanto o direito praticado está distante do direito que idealizamos. Além disso, coloca em evidência a configuração do direito como um *saber exclusivo*, de acesso particularizado e cada vez mais distante da sociedade. Esse distanciamento, de acordo com o autor e a autora, transparece, inclusive, no uso da terceira pessoa pelos *produtores de conhecimento jurídico*, o que revela “a ausência de reconhecimento da subjetividade desse poder-saber” (LIMA; BAPTISTA, 2010, p. 10).

Com a finalidade de evitar esse distanciamento, esta dissertação é redigida na primeira pessoa do plural. Essa escolha foi consequência de entendermos este trabalho como uma construção influenciada por diversas leituras, conversas, experiências e vivências, sem as quais este trabalho teria tomado uma forma completamente diversa da versão final. Em

⁹ É importante esclarecer que, apesar da ABNT recomendar a tradução de citações em outras línguas para o português nos trabalhos acadêmicos, optamos por manter o original no texto da dissertação, colocando sempre a tradução livre, realizada pela autora desta dissertação, na nota de rodapé. Acreditamos que, dessa forma, preservamos o sentido da citação, sem torná-la inacessível. No mesmo sentido, foram empregados no desenvolvimento desta dissertação alguns termos usuais em estudos sobre as mulheres e em estudos de gênero, mas que não constam em dicionários da língua portuguesa.

¹⁰ **Tradução livre:** (...) o Direito, apesar de ser um obstáculo ao desenvolvimento humano da personalidade feminina, pode ser um instrumento de mudanças estruturais, culturais e pessoais, que conduzirá necessariamente, a longo prazo, a uma melhora das condições em que as mulheres vivem.

síntese: reconhecermos a subjetividade da pesquisadora, inerente ao desenvolvimento da pesquisa, e resistirmos ao paradigma da neutralidade ainda arraigado ao Direito. Nesse sentido, destacamos dois aspectos convergentes que influenciam esse contexto: o *lugar de fala* e a *interseccionalidade*.

O *lugar de fala* é uma expressão que diz respeito à posição de onde olhamos para o mundo. Essa expressão surge com estudos pós-coloniais, no contexto das lutas e movimentos sociais, a partir da necessidade de reconhecer o protagonismo, na sua própria luta, daqueles que sofrem preconceito. É uma resposta ao silenciamento das minorias sociais por grupos privilegiados, especialmente em debates em espaços públicos.

Larissa Pelúcio afirma que, mais do que escutar aqueles que foram calados, o reconhecimento do saber situado permite criar uma nova epistemologia, que não seja contaminada pela ideia de um conhecimento universal verdadeiro e busque novas formas de reflexão acerca das subjetividades - marcadas por cor, religião, gênero, língua etc. Nesse sentido, ela aponta a necessidade de uma descolonização que ultrapasse questões político-administrativas:

Anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes. (PELÚCIO, 2012, p. 398-399).

Assim, o lugar de fala, reconhecido pelo saber situado, coloca em evidência que aspectos como quem desenvolveu a pesquisa e quem essa pessoa é no mundo são elementos que importam, na medida em que repercutem no trabalho realizado. Seguindo esse raciocínio, consideramos relevante nesta dissertação citar sempre as autoras e os autores usando, ao lado do sobrenome, o primeiro nome. Isso porque, na maioria dos trabalhos, vemos autoras e autores sendo citados apenas pelo seu sobrenome, o que, além de reforçar a marca patriarcal carregada pelo sobrenome, é mais um sintoma de uma pretensa neutralidade que, na verdade, coloca homens em evidência e invisibiliza mulheres.

Em consonância com a questão do lugar de fala está a *interseccionalidade*, categoria criada e definida por Kimberle Crenshaw. Trata-se de “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Assim, a interseccionalidade diz respeito à interdependência das relações de poder, como cor, sexo e classe. O termo vai além de identificar a multiplicidade dos sistemas de opressão e a não-hierarquização entre eles ao reconhecer a sobreposição desses sistemas na produção e reprodução das desigualdades.

A professora, pesquisadora e ativista afro-americana apresenta uma série de exemplos que mostram como a visão tradicional de discriminação pode gerar danos interseccionais. Um desses exemplos se refere a um processo movido contra a *General Motors*, nos Estados Unidos, em que o tribunal não reconheceu a acusação de discriminação racial e de gênero por parte de mulheres negras, com o argumento de que a GM contratava negros e também contratava mulheres. O tribunal ignorou, entretanto, que as mulheres que a GM contratava não eram negras e que os negros contratados não eram mulheres. Dessa forma, embora mulheres e negros fossem contratados, as mulheres negras não eram (CRENSHAW, 2004, p. 10-11). O exemplo mostra a necessidade de pensar conjuntamente as diversas formas de opressão, além de destacar as protagonistas na criação da categoria interseccionalidade: as mulheres negras.

Além de ser importante em uma perspectiva teórica, a interseccionalidade é relevante também do ponto de vista epistemológico, isto é, de produção de conhecimento – o que nos leva a pensar a questão do lugar de fala em termos interseccionais. Assim, situar esta pesquisa no contexto de produção de saberes passa necessariamente por situar a pesquisadora e sua trajetória¹¹: sou uma mulher branca de classe média. Poderia destacar outros marcadores sociais que fizeram com que eu ocupasse uma posição privilegiada – mesmo sendo mulher -, mas vou optar por ressaltar o fato de ter tido a oportunidade de estudar em escolas particulares e em uma universidade pública. Neste contexto, embora tenha me dedicado à pesquisa desde o ingresso na faculdade, a temática de gênero passou a ser um objeto de estudo apenas no mestrado, a partir de vivências que me levaram ao feminismo.

O estudo da violência sexual, em especial, não fazia parte do projeto inicial desta pesquisa. O medo de ser vítima desse tipo de violência, por outro lado, fez parte da minha vida desde cedo. Reconhecer em amigas e colegas esse medo como uma emoção compartilhada e, às vezes, paralisante, talvez seja um dos fatores que me levaram a decidir, consciente ou inconscientemente, estudar estereótipos sobre mulheres em casos de estupro – tema que tomou forma a partir do próprio percurso da pesquisa, dos eventos de que participei e das disciplinas que cursei.

Esses e outros componentes relativos à minha identidade e trajetória me levaram a estudar a produção e reprodução de estereótipos no nível individual e coletivo da forma como será apresentado neste trabalho. Por isso, é importante explicitar o lugar de fala: a fim de

¹¹ Apesar de adotarmos a primeira pessoa do plural como regra na escrita desta pesquisa, em alguns momentos, como ao apresentar a minha trajetória e ao relatar o procedimento de coleta de dados, até mesmo por uma questão lógica, usaremos a primeira pessoa do singular.

reconhecer que o percurso da pesquisa e os marcadores de diferença social de cada pessoa se interseccionam de modo que o desenvolvimento da pesquisa seja único, assim como a trajetória de cada indivíduo também é, e reflete na forma de ver e trabalhar o objeto de estudo.

Esse breve relato busca ir ao encontro do que Donna Haraway (1995) chama de *objetividade feminista*. Para a autora, apenas a perspectiva parcial permite uma visão objetiva, sendo o saber não localizável irresponsável, na medida em que não permite ser refutado. O *saber localizado*, em contrapartida, viabiliza uma avaliação crítica objetiva, firme e racional, que permite a contestação e a desconstrução, tendo em vista, inclusive, os pressupostos e pontos de partida assumidos. A autora entende que esse tipo de abordagem possibilita a transformação dos modelos de conhecimento que temos hoje e das maneiras de ver esses objetos de estudo e o mundo.

A resistência a essa utópica neutralidade e a busca pela transparência e não-ocultamento da pesquisadora e das autoras citadas está em consonância com a crítica presente neste trabalho à suposta imparcialidade atribuída aos juízes e às juízas: assim como a subjetividade da pesquisadora influencia as escolhas feitas no percurso do trabalho, bem como seu resultado, também a subjetividade dos atores do sistema de justiça influencia suas respectivas atuações - não apenas do magistrado, mas também do defensor, advogado, escrevente, promotor, entre outros.

Começamos, na sequência, a desmistificar essa suposta objetividade/racionalidade nas decisões judiciais, mas não sem antes esclarecer que o termo *decisão judicial*, ou apenas *decisão*, será usado neste trabalho em sentido amplo, como um conjunto de deliberações feitas ao longo do processo.

2. TOMADA DE DECISÃO, VIÉS DE GÊNERO E ESTEREÓTIPOS

I was a law school teacher, and that's how I regard my role here with my colleagues, who haven't had the experience of growing up female and don't fully appreciate the arbitrary barriers that have been put in women's way.¹²

Justice Ruth Bader Ginsburg

The power I exert on the court depends on the power of my arguments, not on my gender.¹³

Justice Sandra Day O'Connor

Como os juízes decidem? O que são estereótipos? Eles podem influenciar o processo de tomada de decisão? Estas são perguntas que têm estimulado uma série de pesquisas e embates há décadas, sendo possível abordá-las sob diferentes perspectivas, como, por exemplo, a partir do debate formalismo/realismos¹⁴. Neste capítulo, tratamos dessas questões buscando uma aproximação do Direito com algumas teorias e conceitos desenvolvidos no campo da Psicologia.

Eugenio Garrido e Carmen Herrero (2006) levam a crer que essa aproximação é possível, na medida em que a Psicologia e o Direito partem da mesma concepção de natureza humana e do seu comportamento, sendo a diferença entre eles o fundamento dos argumentos que embasam essa concepção: enquanto a Psicologia faz afirmações baseadas em métodos científicos, o Direito (ainda) faz afirmações baseadas no senso comum e na tradição.

Além de adotarem as mesmas premissas, o autor e a autora afirmam que ambas as áreas de conhecimento buscam as mesmas finalidades, o que é possível notar a partir da convergência de uma série de temas de estudo, tais como: identificação criminal, credibilidade de testemunhas, aceitação do testemunho de crianças e tomada de decisão por juízes e jurados.

Essa afinidade tem dado origem, inclusive, a novas áreas de estudo, como: a Psicologia do Testemunho, a Psicologia Criminal, a Vitimologia, a Psicologia do Trabalho, a Psicologia da Família, entre outras¹⁵. Todas essas áreas se reúnem em um mesmo campo de estudo: a Psicologia Jurídica, que trata dos pressupostos psicológicos em que se fundamentam

¹² **Tradução livre:** Eu era uma professora de direito, e é assim que considero meu papel aqui com meus colegas, que não tiveram a experiência de crescer sendo mulher e não conhecem plenamente as barreiras arbitrárias que foram colocadas no caminho das mulheres.

¹³ **Tradução livre:** O poder que eu exerço no tribunal depende do poder dos meus argumentos, não do meu gênero.

¹⁴ O termo *realismo* foi colocado no plural em razão do movimento realista não ser unísono, e apresentar membros, inclusive, com ideias contrapostas. Para saber mais, veja: Brian Leiter (1999).

¹⁵ Veja mais em: Fátima França (2004) e Vivian Lago *et al.* (2009).

as leis e quem as aplica, com o fim de explicar, prever e intervir (GARRIDO; HERRERO, 2006, p. 9).

Nesse contexto, Eugenio e Carmen afirmam que existe um caminho de ida e volta entre a Psicologia e o Direito, pois existem influências da Psicologia sobre o Direito e do Direito sobre a Psicologia. Esses diferentes encontros entre as duas áreas poderiam ser traduzidos em (i) Psicologia para o Direito; e (ii) Psicologia no Direito ou do Direito. No primeiro grupo estão inclusos os serviços que a Psicologia presta ao Direito, como as perícias em casos cíveis ou criminais; enquanto no segundo caso, interessam ao Direito os estudos da Psicologia acerca dos processos psicológicos que a lei pressupõe ou que são utilizados em documentos, como as sentenças judiciais (GARRIDO; HERRERO, 2006, p. 29-30).

Esta dissertação parte do que dispõe o segundo grupo, ou seja, de uma Psicologia no Direito, já que fazemos uso dos conhecimentos desenvolvidos pela Psicologia sobre os processos cognitivos humanos quanto à tomada de decisão e sobre a formação das primeiras impressões e dos estereótipos para compreender melhor esses fenômenos no contexto judicial, focando nos casos de estupro. Assim, neste capítulo, trataremos inicialmente da questão do julgamento e da tomada de decisão, abordando o tema das heurísticas e dos vieses, com foco no viés de gênero; e, em um segundo momento, abordaremos a questão da formação das primeiras impressões e dos estereótipos.

Começaremos, a seguir, tratando da tomada de decisão.

2.1 Julgamento e tomada de decisão

O processo de tomada de decisão não é uma questão apenas jurídica: é um fenômeno presente no cotidiano. Tomamos decisões o tempo todo – o que inclui decisões simples, como levar ou não um casaco ao sair de casa, e decisões mais complexas, como mudar ou não de emprego. Talvez em razão disso a *teoria da decisão* seja considerada uma área interdisciplinar de estudo: nela se insere uma série de outras teorias, cujo objeto de estudo é o comportamento e os fenômenos psíquicos daqueles que tomam decisões em diferentes contextos.

Nesse sentido, podemos pensar no processo de tomada de decisão em diversas áreas do conhecimento: na Administração, quando pensamos em decisões em âmbito corporativo; na Estatística, sobre modelos matemáticos de suporte para a tomada de decisão; no Marketing, quanto às propagandas que visam influenciar o comportamento de compra dos

consumidores; na Psicologia, que pode focar, entre outros aspectos, no processo cognitivo que leva à decisão; e também no Direito, quanto às decisões dos juízes e do júri.

Como já afirmamos, este trabalho parte de uma aproximação entre o Direito e a Psicologia, razão pela qual são necessários alguns esclarecimentos. O primeiro deles se dá em termos de semântica: se no Direito usamos julgamento e tomada de decisão como expressões sinônimas, na Psicologia há uma clara distinção entre elas. Neste caso, *tomada de decisão* envolve todo o processo de escolher um curso de ação, enquanto *julgamento* diz respeito aos componentes do processo de tomada de decisão (EYSENCK; KEANE, 2007, p. 460). Assim, o julgamento é uma parte do processo de tomada de decisão, ou seja, é um elemento ou um juízo de valor, uma probabilidade ou uma primeira impressão, que pode ser utilizado ou descartado ao longo do processo decisório.

Neste trabalho, buscamos nos ater a essas distinções, mas poderemos usar as expressões julgamento e tomada de decisão indistintamente para minimizar repetições. Consideramos que o importante é destacar que, com base em erros de julgamento, pessoas tomam decisões equivocadas o tempo todo, e interessa ao Direito saber o porquê isso ocorre, com a finalidade de evitar, entre outros aspectos, que os juízes e as juízas¹⁶ incorram nessas falhas.

Herbert Simon (1955) atribuiu esses erros de julgamento à racionalidade limitada humana. O economista e psicólogo foi pioneiro ao questionar, na década de 50, a existência do homem econômico racional¹⁷, figura idealizada pela teoria econômica clássica, - debate este que continua a ser desenvolvido atualmente por economistas comportamentais¹⁸. Simon afirmou que existem fatores externos e internos que restringem a possibilidade dessa suposta racionalidade, como a capacidade cognitiva da nossa mente em processar informações. Propôs, então, a substituição desse modelo tradicional por um modelo cujo homem racional fosse compatível com o acesso à informação e os mecanismos cognitivos dos quais os indivíduos efetivamente dispõem, dado o ambiente em que vivem.

¹⁶ Certamente, erros de julgamento não comprometem apenas a atuação de juízes, mas de todos que atuam no processo: promotores, defensores, escreventes, auxiliares de justiça, estagiários e até mesmo testemunhas. No entanto, como destacamos desde o início deste trabalho, focaremos nas decisões das magistradas e dos magistrados, pelo fato de serem figuras centrais no processo de democratização do Direito.

¹⁷ Simon define o *homem econômico racional* como aquele que tem conhecimento sobre os aspectos relevantes do ambiente que interferem na tomada de decisão, tem um sistema organizado e estável de preferências, além de habilidades para calcular projeções de resultados para cada alternativa disponível.

¹⁸ A *economia comportamental* é uma área de estudos que, a partir da influência de pesquisas da psicologia, neurociência e ciências sociais, considera a atuação de fatores sociais, psicológicos e emocionais, conscientes ou inconscientes, no processo de tomada de decisão econômica de indivíduos e instituições. Para saber mais, acesse o site que visa divulgar a disciplina e pesquisas sobre o tema no Brasil: <<http://www.economiacomportamental.org/>>.

Isso significa que, diante de um problema, temos acesso a uma quantidade limitada de informações, além da limitação dos nossos mecanismos cognitivos, como a atenção. Produzimos, assim, a melhor solução que podemos tendo em vista as circunstâncias em que nos encontramos – o que Simon chamou de *satisficing*.

Para chegar a essa solução, usamos estratégias variadas, entre elas, alguns atalhos mentais ou simplificações, chamadas de *heurísticas*. As heurísticas podem ser entendidas como elementos da referida racionalidade limitada e foram estudadas largamente por diversos pesquisadores, entre os quais destacamos Amos Tversky e Daniel Kahneman (1974).

Nos tópicos a seguir, explicaremos melhor o que são e quais são as três heurísticas propostas por Tversky e Kahneman, além de apresentarmos pesquisas sobre o tema na esfera do Direito. Falaremos também sobre o viés de gênero e sobre a possibilidade de mitigar os efeitos desses vieses.

2.1.1 *Processo dual e heurísticas*

As decisões que tomamos, como já vimos, em geral, são realizadas em um contexto de informação ou de conhecimento limitados sobre a situação. São decisões que devem ser tomadas rapidamente e cujo resultado nem sempre é conhecido. Podemos falar que essas são *decisões tomadas em situação de incerteza*. Entre essas decisões estão aquelas tomadas pelos juízes e juízas no julgamento de casos concretos, já que eles dificilmente terão acesso a todas as informações ou a todos os fatos que envolvem o litígio – razão pela qual o que será apresentado a seguir se aplica às decisões tomadas pelos magistrados e pelas magistradas.

Daniel Kahneman, no livro *Rápido e devagar: duas formas de pensar* (2012), afirma que as pessoas dispõem de dois sistemas para tomada de decisão em uma situação de incerteza. Para nos ajudar a entender como esses dois sistemas funcionam, Kahneman utiliza a metáfora dos dois agentes, com suas capacidades, limitações e funções individuais: o Sistema 1 e o Sistema 2¹⁹.

¹⁹ A metáfora do Sistema 1 e do Sistema 2 é apresentada por Kahneman no *best-seller* “Rápido e Devagar”, de modo que seu uso para fins acadêmicos pode ser criticado, por não ser uma explicação técnica ou científica. No entanto, optamos por apresentá-la por considerarmos que a metáfora facilita a compreensão de como agem esses mecanismos, especialmente para aqueles que não estão habituados a estudos dessa natureza.

É importante destacar que a própria lógica de que o cérebro poderia ser dividido em dois, sendo uma das partes responsável pelo pensamento rápido e impulsivo, enquanto à outra caberia o pensamento lento e racional, recebe críticas no sentido de ser uma simplificação extrema do funcionamento do binômio cérebro/mente. Para essa corrente, haveria uma interligação muito mais profunda e complexa entre os dois hemisférios cerebrais do que Kahneman leva a supor.

O *Sistema 1* é responsável pelas atividades realizadas no cotidiano e atua de modo automático e rápido, com pouco ou nenhum esforço e sem que haja uma percepção de controle voluntário – é o sistema intuitivo e emocional. O *Sistema 2*, por sua vez, é responsável pelas atividades mais complexas e, por isso, requer mais tempo, além de maior atenção e/ou consciência para sua atuação – é o sistema responsável pelo controle racional.

Esses sistemas interagem o tempo todo e são igualmente importantes. O Sistema 1 viabiliza o exercício de atividades rotineiras, sem que seja necessário um raciocínio aprofundado a cada instante, o que tornaria qualquer ação excessivamente dispendiosa. Já o Sistema 2 permite a resolução de questões mais complexas, além de filtrar decisões tomadas pelo Sistema 1 – filtro este que existe em razão deste sistema utilizar atalhos cognitivos, também denominados *heurísticas*, que podem levar a *vieses*. Vamos entender melhor isso.

Para que as decisões sejam tomadas de modo rápido, o Sistema 1 se apoia em *heurísticas*, mecanismos simplificadores do processo decisório humano que atuam em julgamentos em situação de incerteza. Nas palavras de Kahneman: “A definição técnica de heurística é um procedimento simples que ajuda a encontrar respostas adequadas, ainda que geralmente imperfeitas, para perguntas difíceis.” (KAHNEMAN, 2012, p. 127).

Mas como isso acontece? Se o indivíduo está diante de uma questão para a qual não consegue encontrar uma resposta satisfatória rapidamente, o Sistema 1 busca uma pergunta relacionada mais fácil e responde a esta pergunta em detrimento da questão inicial. Isso significa que o procedimento inclui a substituição de uma *pergunta alvo* por uma *pergunta heurística*. Por exemplo: diante da pergunta *Qual será a popularidade do presidente daqui a seis meses?* (pergunta alvo), posso pensar *Qual é a popularidade do presidente neste momento?* (pergunta heurística). Ao responder à segunda pergunta, posso fazer um ajuste para que a resposta se aplique à questão inicial; no entanto, estudos que apresentaremos a seguir mostram que esse ajustamento será insuficiente e o resultado será enviesado.

O exemplo descrito remete à *ancoragem*, que, ao lado da *disponibilidade* e da *representatividade*, compõem as três heurísticas nas quais as pessoas incorrerem ao tomarem decisões em situação de incerteza (TVERSKY; KAHNEMAN, 1974). Falaremos mais adiante sobre cada uma dessas heurísticas. Por ora, precisamos saber que elas costumam ser úteis e podem produzir julgamentos corretos, mas, em determinadas circunstâncias, podem levar a erros graves e sistemáticos de avaliação e controle. Esses erros também podem ser chamados de *vieses*.

Há uma série de vieses decorrentes de cada uma das heurísticas estudadas por Tversky e Kahneman. Para efeito ilustrativo e a fim de facilitar a compreensão dessa estrutura, colocamos abaixo um quadro descritivo.

VIES	DESCRIÇÃO
VIESES DA HEURÍSTICA DA DISPONIBILIDADE	
FACILIDADE DE LEMBRANÇA	Os indivíduos julgam que os eventos mais facilmente recordados na memória, com base em sua vividez ou ocorrência recente, são mais numerosos do que aqueles de igual frequência cujos casos são menos facilmente lembrados.
CAPACIDADE DE RECUPERAÇÃO	Os indivíduos são enviesados em suas avaliações da frequência de eventos, dependendo de como suas estruturas de memória afetam o processo de busca.
VIESES DA HEURÍSTICA DA REPRESENTATIVIDADE	
FALTA DE SENSIBILIDADE A PROPORÇÕES DA BASE	Os indivíduos tendem a ignorar as proporções da base na avaliação da probabilidade de eventos, quando é fornecida qualquer outra informação descritiva, mesmo se esta for irrelevante.
FALTA DE SENSIBILIDADE AO TAMANHO DA AMOSTRA	Os indivíduos, frequentemente, não são capazes de apreciar o papel do tamanho da amostra na avaliação da confiabilidade das informações da mesma.
CONCEPÇÕES ERRONEAS SOBRE O ACASO	Os indivíduos esperam que uma sequência de dados gerados por um processo aleatório pareça ser "aleatória", mesmo quando for demasiado curta para que aquelas expectativas sejam estatisticamente válidas.
REGRESSÃO A MÉDIA	Os indivíduos tendem a ignorar o fato de que eventos extremos tendem a regredir à média nas tentativas subsequentes.
A FALÁCIA DA CONJUNÇÃO	Os indivíduos julgam erradamente que as conjunções (dois eventos que ocorrem em conjunto) são mais prováveis do que um conjunto mais global de ocorrências do qual a conjunção é um subconjunto.
VIESES DA HEURÍSTICA DA ANCORAGEM E AJUSTAMENTO	
INSUFICIENTE AJUSTAMENTO DA ÂNCORA	Os indivíduos fazem estimativas para valores com base em um valor inicial (derivado de eventos passados, atribuição aleatória ou qualquer outra informação que esteja disponível) e, em geral, fazem ajustes insuficientes daquela âncora quando do estabelecimento de um valor final.
VÍES DE EVENTOS CONJUNTIVOS E DISJUNTIVOS	Os indivíduos exibem um viés tendendo para a superestimação da probabilidade de eventos conjuntivos e para a subestimação da probabilidade de eventos disjuntivos.
EXCESSO DE CONFIANÇA	Os indivíduos tendem a ser excessivamente confiantes quanto à infalibilidade de seus julgamentos ao responderem a perguntas de dificuldade variando de moderada a extrema.
VIESES QUE EMANAM DIVERSAS HEURÍSTICAS	
ARMADILHA DA CONFIRMAÇÃO	Os indivíduos tendem a buscar informações de confirmação para o que consideram ser verdadeiro e negligenciam a busca de indícios de não confirmação.
RETROSPECTO	Após terem constatado a ocorrência ou não de um evento, os indivíduos tendem a superestimar o grau em que teriam antevisto o resultado correto.

Fonte: BAZERMAN, 1994.

Diante do exposto, podemos falar em dois tipos de vieses. O primeiro deles se dá quando os erros são cometidos em razão de uma crença explícita ou de uma intenção consciente de agir, de modo que o sujeito esteja ciente da ação e de seus resultados ao tomar uma decisão – nesta hipótese falamos em *vieses explícitos*.

No entanto, as ciências cognitivas sugerem que os indivíduos nem sempre tem consciência dos processos mentais de percepção social e julgamento que motivam suas ações e decisões, de modo que também existem *vieses implícitos* – discriminações baseadas em atitudes ou estereótipos implícitos que levam a um tipo de preconceito especialmente

problemático. Isso porque se trata de um preconceito que fica à margem das leis antidiscriminatórias, as quais partem da premissa de que os seres humanos, por serem racionais, estão no controle de suas ações (GREENWALD; KRIEGER, 2006, p. 946-951).

A premissa da racionalidade deveria ser real, já que contamos com o Sistema 2, responsável pela racionalidade e pelo autocontrole. Contudo, apesar de a autocrítica ser uma das funções do Sistema 2, no contexto das atitudes, o Sistema 2 age mais como um defensor das emoções do Sistema 1, do que como um crítico delas. Nesse sentido, Kahneman afirma: “O Sistema 1 gera continuamente sugestões para o Sistema 2: impressões, intuições, intenções e sentimentos. Se endossados pelo Sistema 2, impressões e intuições se tornam crenças, e impulsos se tornam ações voluntárias.” (KAHNEMAN, 2012, p. 33-34).

Evidentemente, é mais fácil endossar as sugestões do Sistema 1 que questioná-las, pois isso facilita o trabalho do Sistema 2, poupando energia e abrindo espaço para resolver outras tantas questões que requerem atenção e raciocínio no dia a dia. O problema é que o Sistema 1 é uma “máquina de tirar conclusões precipitadas” (KAHNEMAN, 2012, p. 103), e essa economia de tarefas que leva o Sistema 2 a endossar essas impressões iniciais, ou mesmo os estereótipos, tornando-as ações voluntárias, traz o risco de naturalizar erros crassos, no cotidiano e também no contexto do judiciário.

Já destacamos que boa parte do que falamos até aqui (se não tudo) se aplica às decisões tomadas no Direito: pelas juízas e pelos juízes, e também pelos jurados e pelas juradas. Focaremos, neste trabalho, nas decisões do primeiro grupo: decisões tomadas em situação de incerteza, em pouco tempo, com informações limitadas e acesso a duas ou mais visões parciais sobre o fenômeno.

Nesse sentido, também se aplica o que falamos sobre racionalidade limitada: se a figura do juiz correspondesse à do homem econômico racional, ele seria um mero aplicador da lei, que a partir do silogismo aplicaria a norma (premissa maior) ao caso concreto (premissa menor), obtendo uma decisão (conclusão) – algo bastante próximo ao que propunham as teorias formalistas do direito.

Sabemos, no entanto, que os juízes não são meros aplicadores da lei e, por isso, não estão imunes às heurísticas e aos vieses de julgamento. Exemplos não faltam. No estudo *Extraneous factors in judicial decisions*, Shai Danziger, Jonathan Levav e Liora Avnaim-Pesso testaram o jargão atribuído ao movimento realista de que a justiça seria “o que o juiz comeu no café da manhã”. Os pesquisadores analisaram 1112 decisões, proferidas por oito juízes, que analisavam pedidos de liberdade condicional. A hipótese da pesquisa era que os juízes seriam mais suscetíveis a negar o pedido de liberdade condicional, conforme

avançassem na sequência de julgamentos. Para tanto, foram consideradas duas pausas durante o dia: lanche da manhã e almoço.

Os pesquisadores concluíram que os juízes eram mais propensos a conceder a liberdade condicional no começo do dia ou logo após os intervalos para refeição. Assim, a probabilidade de o pedido ser deferido quando estava entre os primeiros casos julgados (logo após a refeição) era de 65%. Por outro lado, essa porcentagem caía regularmente, chegando a zero, quando estava entre os últimos casos julgados (antes do intervalo seguinte).

Fatores como reincidência e gravidade do crime cometido foram analisados e não foram considerados determinantes no resultado da pesquisa. Em contrapartida, tanto o cansaço quanto a fome desempenharam um papel relevante associado à tendência em julgar a favor do *status quo*. Assim, os autores concluíram que variáveis estranhas ao direito podem influenciar as decisões judiciais – aumentando as evidências de que juízes são suscetíveis a vieses psicológicos (DANZIGER; LEVAV; AVNAIM-PESSO, 2011, p. 6892).

A referida tendência em julgar a favor do *status quo* também pode ser considerada um viés, e é especialmente relevante para o Direito quando pensamos na superação de entendimentos jurisprudenciais ultrapassados ou na reforma de decisões por meio de recurso. Isso porque o *viés do status quo* diz respeito a uma predisposição do julgador em manter escolhas já feitas ou manter a situação vigente, ainda que esta seja anacrônica ou contrária à lei (FREITAS, 2013, p. 234).

Como vimos no exemplo da concessão ou não de liberdade condicional e o momento do dia em que a decisão é tomada, esse viés é claramente influenciado pela fadiga do juiz, de modo que, quanto mais cansado (ou com fome) ele estiver, mais propenso ele estará para manter a prisão, negando provimento ao pedido de liberdade.

Quando o juiz ou a juíza responsável por reavaliar o caso é o mesmo que tomou a decisão inicial, há também a influência do *viés do egocentrismo*, segundo o qual as pessoas tendem a superestimar suas habilidades – inclusive os juízes e as juízas ao prolatarem suas decisões. Desse modo, além de uma predisposição a manter a situação inicial, haveria uma tendência a confiar excessivamente na sua análise anterior do caso concreto.

Um dos principais vieses que podem afetar as decisões judiciais e o Sistema de Justiça de modo mais abrangente, entretanto, é o *viés da confirmação*, que está relacionado a uma tendência do tomador de decisão em focar em provas, dados ou outras informações que apenas confirmem uma crença prévia ou impressão inicial do julgador (FREITAS, 2013, p. 233).

Ou seja, se o juiz ou a juíza acredita que a vítima é culpada pelo estupro sofrido, ele buscará apenas indícios que convalidem esse entendimento, atribuindo ao comportamento da vítima ou às roupas por ela usadas a responsabilidade do crime. Nesse sentido, esse viés pode estar relacionado ao julgamento por estereótipo e indica que as decisões, muitas vezes, podem já ter sido tomadas, antes mesmo de o juiz estar diante do caso concreto. É o sistema automático tomando as rédeas da decisão e impedindo que haja efetivamente uma deliberação na análise do conjunto probatório.

Outros vieses e heurísticas podem ser relevantes para o Direito, como mostraram Chris Guthrie, Jeffrey Rachlinski e Andrew Wistrich. Os pesquisadores realizaram diversos estudos (2002, 2001 e 2007) com o objetivo de aferir a influência das heurísticas e dos vieses cognitivos na tomada da decisão judicial. No artigo mais completo deles, denominado *Inside the Judicial Mind* (2001), os pesquisadores testaram a hipótese de que os juízes incorreriam em cinco heurísticas ou vieses no processo decisório: *ancoragem*, *enquadramento*, *retrospecto*, *representatividade* e *egocentrismo*. Os autores concluíram que juízes são suscetíveis a esses desvios cognitivos, o que estaria relacionado ao simples fato deles serem humanos e, portanto, falíveis, além de proferirem decisões em situação de incerteza e sob pressão, em razão do pouco tempo disponível para cada julgamento, o que os levaria a confiar nesses atalhos cognitivos (GUTHRIE, RACHLINSKI, WISTRICH, 2001, p. 779).

Neste trabalho falaremos um pouco mais apenas sobre as três heurísticas estudadas por Tversky e Kahneman (1974) – *ancoragem*, *disponibilidade* e *representatividade*. Antes de apresentarmos essas heurísticas, porém, devemos adiantar que a abordagem dual sofreu severas críticas, sendo Gerd Gigerenzer (1991, 1996) o autor de grande parte delas.

O pesquisador afirma que as heurísticas são conceituadas de modo muito vago, destacando o conceito de representatividade como indefinido e excessivamente amplo²⁰. Alega que Amos Tversky e Daniel Kahneman não propuseram modelos que explicassem detalhadamente quando e como essas heurísticas são usadas, além de pouco abordarem as interações entre os Sistemas 1 e 2.

As críticas também se referem ao fato das pesquisas realizadas no projeto de heurísticas e vieses, coordenado pelos dois referidos pesquisadores, estarem distantes das decisões que tomamos no cotidiano. De acordo com Gigerenzer, estas decisões são frequentemente influenciadas por fatores que raramente são estudados em laboratório, como as emoções e as idiosincrasias, ou seja, fatores individuais que podem ser determinantes no

²⁰ “The model may refer to a person, a coin, or the world economy (...)”. (GIGERENZER, 1996, p. 594). **Tradução livre:** O modelo pode se referir a uma pessoa, a uma moeda ou à economia mundial (...).

contexto dos julgamentos e das decisões. O pesquisador destaca, por fim, que, apesar de Tversky e Kahneman terem afirmado que as heurísticas são úteis, quase todo o trabalho publicado pela dupla é sobre como elas levam a erros. Em razão disso, Gigerenzer desenvolve estudos que destacam os aspectos positivos das heurísticas, grande parte deles publicados na obra *Simple Heuristics that Make us Smart* (2000), em que foca nas heurísticas rápidas e frugais (*fast and frugal heuristics*).

As críticas realizadas por Gerd Gigerenzer são pertinentes, no entanto, como ele mesmo reconhece, não desqualificam o trabalho desenvolvido por Tversky e Kahneman – que estimulou uma série de outras pesquisas sobre julgamento e tomada de decisão em diversas áreas do conhecimento²¹. Por essa razão, consideramos que vale a pena apresentarmos as principais heurísticas identificadas por eles e os desdobramentos desse trabalho no contexto do Direito.

2.1.1.1 Heurística da ancoragem

A *ancoragem* está relacionada ao uso de valores iniciais disponíveis para fazer estimativas ou decidir sobre alguma quantia. Nesse caso, o valor final, ainda que sofra um ajustamento, será baseado no valor inicial, que atuará como uma âncora. De modo semelhante, a ancoragem ajuda a responder perguntas para as quais não temos uma solução imediata, como no exemplo apresentado sobre a popularidade do presidente.

Em alguns casos, é desejável ou, ao menos, esperado que a âncora influencie o valor final. Na pesquisa realizada por Russell Korobkin e Chris Guthrie (1994), por exemplo, os pesquisadores concluíram que o valor apresentado como oferta inicial em acordo extrajudicial impactou o valor final acordado. Imaginar, porém, que um juiz ou uma juíza proferiria uma sentença mais rígida após ser exposto a um valor mais alto, parece surreal – especialmente quando esse valor, ou âncora, é obtido de maneira aleatória, como por um lançamento de dados.

Esse foi o estudo realizado por Birte Englich, Thomas Mussweiler e Fritz Strack, (2006) e os resultados foram preocupantes. Os pesquisadores testaram a hipótese de que juízes e promotores experientes seriam influenciados por âncoras irrelevantes, ainda que elas tivessem sido obtidas de modo aleatório. Fizeram, então, quatro estudos. No primeiro deles, os participantes (juízes ou promotores) analisavam um caso criminal e recebiam uma ligação

²¹ O próprio Gigerenzer foi influenciado por esses trabalhos e se dedicou a estudar as heurísticas no contexto do Direito. Veja em: *Heuristics and the Law* (GIGERENZER; ENGEL, 2006).

de um jornalista durante o recesso da Corte, em que ele perguntava se a pena atribuída em caso de condenação seria: (i) maior ou menor que um ano (grupo I); ou (ii) maior ou menor que três anos (grupo II). O experimento mostrou que a duração da condenação foi influenciada pelas âncoras, sendo que no grupo I a duração média da pena imposta foi 25 meses e no grupo II, 33 meses.

Apesar do segundo e do quarto estudos também serem interessantes, o terceiro estudo foi o mais alarmante. Depois dos juízes e promotores analisarem o caso apresentado, eles foram convidados a determinar, aleatoriamente, qual seria a pena pleiteada pelo promotor do caso fictício a partir do lançamento de um par de dados. Metade dos participantes recebeu dois dados viciados que sempre mostrariam os números 1 e 2 (grupo I); e a outra metade, dois dados que sempre exibiriam os números 3 e 6 (grupo II). Após o lançamento dos dados, os participantes eram instruídos a somar os valores obtidos e a preencher, no questionário recebido, a soma como pedido de sentença do promotor. Na sequência, foram convidados a decidir o caso apresentado. Novamente, os participantes do grupo II, expostos a uma âncora mais alta, deram sentenças mais rígidas (8 meses, em média) que os participantes do grupo I, expostos a um valor menor (5 meses, em média).

Os resultados dos experimentos são chocantes. O primeiro deles, além da influência da âncora em si, dá alguns indícios da influência que a mídia, ou mesmo o clamor público, pode exercer nos julgamentos que ganham maior repercussão. O segundo assusta ainda mais, ao mostrar que até mesmo o valor obtido a partir do lançamento de dados pode ser usado como um atalho no processo de tomada de decisão.

Veremos, a seguir, que não são apenas valores iniciais disponíveis que podem afetar os julgamentos.

2.1.1.2 Heurística da disponibilidade

A *disponibilidade* relaciona a facilidade com que o indivíduo se lembra de um determinado fato à super ou subestimação da probabilidade de que um dado evento ocorra. Nesse sentido, a frequência de um evento será julgada maior ou menor a depender das experiências pessoais que o indivíduo teve e de eventos semelhantes evocados em sua memória, que, por sua vez, dependerão do grau de interesse da pessoa pelo assunto e da carga emocional envolvida. Essa heurística também ajuda a explicar o porquê de comumente prestarmos atenção em alguns aspectos mais disponíveis, ou seja, que chamam mais a nossa atenção, em detrimento de outras características ou da análise do todo.

Assim, por mais que possamos ler notícias que questionem a efetividade do Judiciário, nada vai minar mais a nossa fé no Sistema de Justiça que um erro judicial que nos afete pessoalmente. Mas não é só isso. A heurística da disponibilidade pode influenciar a tomada de decisão judicial de modo mais direto, como mostrou o estudo de Mandeep Dhami (2003).

A professora analisou decisões sobre concessão de fiança de duas Cortes de Londres, na Inglaterra, para testar a hipótese de que os casos eram decididos com base em heurísticas - e não na regra de Franklin (*Franklin's rule*), a qual envolveria uma análise combinada entre as diferentes provas, com a finalidade de avaliar todo o conjunto probatório. A hipótese foi confirmada, sendo identificados três aspectos centrais do processo, usados como heurística, que determinavam o resultado, quer seja, a concessão ou não da fiança.

O estudo traz um diagnóstico preocupante, na medida em que mostra que juízes podem basear suas decisões em apenas algumas (poucas) provas do processo, o que viola princípios constitucionais que prezam por uma análise mais aprofundada e abrangente do complexo probatório apresentado no processo, como o devido processo legal. Nesse sentido, também é possível que atue o viés da confirmação, sobre o qual já falamos e que gera efeito semelhante: focar nas provas que corroboram o entendimento prévio do juiz ou da juíza e ignorar as provas em sentido contrário.

Na sequência, veremos o caso da heurística da representatividade – tão ou mais preocupante que as heurísticas já apresentadas.

2.1.1.3 Heurística da representatividade

A *representatividade* está associada à tendência dos indivíduos fazerem julgamentos com base no que consideram típico ou representativo de uma determinada categoria. Essa heurística pode ser considerada útil quando avaliamos, por exemplo, frutas ou animais; no entanto, ela nos estimula a cometer graves erros quando usada no julgamento de categorias sociais mais complexas, como os seres humanos.

Isso ocorre porque a heurística da representatividade envolve o julgamento por estereótipo, sendo este usado como atalho no processamento de informações sobre pessoas. Abordaremos, ainda neste capítulo, a questão da formação das primeiras impressões e dos estereótipos. Por enquanto, é importante sabermos que esse mecanismo pode levar a julgamentos e decisões discriminatórias, que podem decorrer de vieses como gênero e raça.

Esses vieses têm sido aferidos em estudos empíricos por meio de instrumentos como o Teste de Associação Implícita²². O teste, que pode ser encontrado em plataformas *online*, mede os vieses a partir da velocidade com que o indivíduo parecia dois conceitos, como avô/dócil e tia/dócil. Segundo consta na plataforma, quanto mais esses dois conceitos estiverem associados, mais fácil e rápido será responder a eles como uma só unidade.

Os vieses também têm sido estudados por meio de outros instrumentos e técnicas empíricas, como questionários, análise de julgados e entrevistas. No tópico a seguir apresentaremos algumas das pesquisas realizadas com relação ao viés de gênero, após explicarmos em que consiste esse viés.

2.1.2 Viés de gênero

A expressão *viés de gênero* tem sido utilizada em uma série de estudos na temática de gênero, mas muitas vezes sem que se apresente de qual significado se parte, ou seja, o que se entende por esse viés. Deborah Round definiu o viés de gênero como uma tendência a levar o sexo em consideração ao pensar sobre pessoas ou comportar-se em relação a elas.

Especificamente no contexto das decisões judiciais, o viés de gênero resulta em decisões ou ações baseadas em noções pré-concebidas dos papéis sexuais, em detrimento de julgamentos justos e imparciais dos casos concretos (ROUND, 1998, p. 2193).

Como essas noções são muitas vezes compartilhadas por grande parte da população, elas acabam sendo naturalizadas pela sociedade e são frequentemente invisibilizadas, inclusive no Judiciário. O apagamento, no entanto, não torna essa naturalização menos perversa, pois esses preconceitos continuam a gerar efeitos nocivos para as mulheres.

Regina Graycar (2009) faz um alerta para os danos que essa reprodução pode gerar quando o juiz ou a juíza responsável por julgar uma demanda considera suas opiniões (e preconceitos) pessoais ao julgar. Nesse caso, se o juiz ou a juíza considera ter um determinado conhecimento a respeito das mulheres – conhecimento este adquirido a partir das experiências que teve em sua vida privada -, a autoridade de juiz(a) torna esse “conhecimento” privado uma questão com repercussão pública.

²² Saiba mais sobre o projeto em: TESTE DE ASSOCIAÇÃO IMPLÍCITA. Disponível em: <<https://implicit.harvard.edu/implicit/brazil/>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

Para conhecer estudos que fizeram uso do teste, veja: Anthony Greenwald e Linda Krieger (2006) e Justin Levinson e Danielle Young (2010).

É importante destacar que há uma série de críticas quanto à confiabilidade do teste, já que os resultados obtidos podem apenas refletir estereótipos, os quais são culturalmente compartilhados, em detrimento de um julgamento do participante. Para conhecer essas críticas, consulte: Hal Arkes e Philip Tetlock (2004).

O quadro é agravado quando o senso comum é levado em consideração em detrimento das provas produzidas em contraditório, especialmente sabendo que esse senso comum é uma construção branca e masculina, ou seja, que representa a versão dos fatos de quem detém a autoridade e o poder – e há um obstáculo enorme para que os discursos das mulheres ocupem os mesmos espaços e gozem da mesma autoridade que esse senso comum marcado pelo gênero e pela raça de que estão imbuídos tradicionalmente os discursos legais.

Abordaremos um pouco melhor a noção de Direito como construção masculina a partir dos estudos de teóricas feministas do direito. Focamos, neste momento, em apresentar como as pesquisas têm utilizado a noção de viés de gênero, já que podem ser dados enfoques diversos a essa expressão, tendo em vista diferentes temas.

Para Nancy Levit (2006), não basta que a sentença tenha efeitos discriminatórios com relação ao gênero, também é necessário que esses efeitos decorram do uso de uma heurística. Nesse sentido, ela interpreta algumas dessas heurísticas de modo mais abrangente com relação ao que foi proposto por Kahneman e Tversky; por exemplo, a ancoragem, que, além de ser o apoio em valores iniciais ao fazer estimativas, pode também ser traduzida como um apego a noções obsoletas e equivocadas. A professora mostra como isso ocorre apresentando como exemplo o uso da heurística da ancoragem e a definição de estupro.

Adaptando esse exemplo para o contexto brasileiro, podemos afirmar que, apesar do artigo 213 do Código Penal (CP) brasileiro nada dispor acerca da resistência física por parte da vítima de estupro, no imaginário social, e às vezes até nos tribunais²³, essa resistência é considerada condição para que o crime se configure. Esse tipo de crença sustenta e é sustentada por outros mitos, como o silêncio ser sinônimo de consentimento, a mulher dizer não quando quer dizer sim, entre outros. Desse modo, os indivíduos, conscientemente ou não, ancoram suas impressões em todo esse arsenal de mitos, o que produz efeitos claramente discriminatórios.

Nancy Levit destaca, porém, que o viés de gênero pode afetar de maneiras muito mais sutis as percepções das pessoas sobre questões de gênero e, por poderem influenciar decisões sem que os indivíduos tenham consciência disso, essas discriminações podem ficar à margem das legislações antidiscriminatórias. Os estudos que apresentaremos na sequência podem dar alguns sinais do que a pesquisadora quis dizer com isso.

²³ Em 2016, a mídia internacional noticiou o caso da juíza espanhola que perguntou à vítima de estupro se ela havia fechado as pernas para tentar evitar o crime. O exemplo mostra que a questão não é abordada de maneira problemática apenas no eixo latino-americano, dos países considerados subdesenvolvidos, mas uma questão de apelo global. Vale esclarecer que a legislação penal espanhola também não impõe como requisito a resistência física da vítima para que o referido crime se configure.

A questão da feminização das profissões jurídicas e das barreiras – visíveis e invisíveis – que (ainda) dificultam o acesso e a permanência das profissionais do direito em posições de poder, por exemplo, é uma abordagem bastante presente entre os estudos de viés de gênero. Essas barreiras se manifestam seja por meio de um tratamento enviesado e discriminatório com relação às advogadas no exercício da profissão (ROUND, 1998), seja pela associação do homem à figura de juiz e das mulheres a características relacionadas ao lar (LEVINSON; YOUNG, 2010), e, até mesmo após o ingresso das mulheres em cargos como a magistratura, com a criação de critérios de avaliação e de promoção que são prejudiciais para as mulheres (ELEK, ROTTMAN, 2014; MELVILLE, 2014).

Também são discutidas, sob a perspectiva dos vieses, as possíveis diferenças entre as decisões proferidas por juízes e por juízas, ou seja, a depender do sexo daquele que julga a ação, e/ou do sexo de quem recorre ao Judiciário (demandante). Entre esses trabalhos que buscam averiguar a existência de viés de gênero²⁴, notamos que há uma imprecisão no emprego do termo vieses. Isso porque alguns desses estudos não o utilizam como categoria, apenas empregam o termo viés ou enviesamento tangencialmente, em um sentido comum de desvio da norma/padrão. Apesar dessa constatação, agrupamos essas pesquisas em conjunto, em razão da similaridade entre os objetos de estudo. Destacamos dois deles.

Christina Boyd, Lee Epstein e Andrew Martin (2010) analisaram demandas cujo mérito era igualdade ou não discriminação, tanto em decisões monocráticas, quanto em decisões colegiadas. O estudo mostrou que juízas, em decisões monocráticas, tendem a dar provimento a demandas cujo mérito é o reconhecimento de discriminação cerca de 10% mais vezes em relação a juízes. De modo semelhante, concluíram que a presença de pelo menos uma juíza em decisões colegiadas leva ao aumento do percentual de julgamentos que reconhecem a discriminação nos litígios analisados.

No Brasil, Stefânia Grezzana (2011) buscou aferir a existência de viés de gênero nos julgamentos realizados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), a partir da análise dos impactos da composição de gênero das Turmas julgadoras e do sexo do Ministro Relator nos resultados dos processos. A pesquisadora verificou em três das dezesseis categorias temáticas criadas a incidência do viés de gênero, de modo que Ministras tendiam a julgar mais vezes a favor de demandantes mulheres e Ministros tendiam a julgar mais vezes a favor de demandantes homens. Notadamente, essas três categorias eram: equiparação (salarial, de direitos, de jornada de trabalho); enquadramento (funcional e sindical, vínculo de emprego,

²⁴ Alguns deles: Christina Boyd *et al.* (2010), Stefânia Grezzana e Vladimir Ponczek (2011); Luiza Franco e Noel Struchiner (2015), Moin Yahya e James Stribopoulos (2007).

cargo de confiança); e outros (multas por embargos protelatórios e outros trâmites processuais).

É interessante notar que a denominação viés, em todos esses trabalhos, pressupõe um desvio com relação a uma suposta posição mais correta ou neutra. Essa nomenclatura e seu significado parecem bastante apropriados quando pensamos no uso de estereótipos relacionados ao estupro para o reconhecimento do crime, ou quando analisamos estudos sobre feminização da profissão, afinal, se mulheres são contratadas ou promovidas em menor proporção com relação aos homens, isso é claramente um desvio com relação ao que entendemos como justo e correto.

No entanto, quando falamos em julgamentos enviesados, no sentido de juízas julgarem de modo diferente de juízes, e considerando o que falamos sobre o neutro no direito ser masculino – questão que será mais desenvolvida no próximo capítulo –, talvez o problema seja continuar considerando o julgamento do juiz-homem como o padrão.

Isso significa que se Ministras tendem a julgar mais a favor de mulheres e Ministros tendem a julgar mais a favor de homens, ou juízas dão provimento a demandas de não discriminação ou igualdade em maior proporção com relação aos juízes, não seria absurdo pensar que o julgamento masculino seja o enviesado e o das juízas seja o mais próximo do justo e do correto.

Para evitar confusões terminológicas no trabalho, entretanto, usaremos a expressão viés de gênero no sentido de erro cognitivo pelo uso de estereótipos de gênero ao decidir, ou seja, um sentido mais próximo a preconceito ou desvio com relação ao que, hipoteticamente, consideramos mais correto e justo em termos de gênero.

Antes, porém, de focarmos na questão da formação das primeiras impressões e dos estereótipos, tema do próximo tópico, precisamos enfrentar o seguinte questionamento: é possível cessar os efeitos de tantas heurísticas e vieses que podem comprometer o exercício da atividade jurisdicional?

2.1.3. Como mitigar os efeitos das heurísticas e dos vieses

Não há indicativos de que seja possível deixar de usar heurísticas e/ou deter os efeitos dos vieses. Como já vimos, isso sequer seria desejável, já que esses atalhos cognitivos viabilizam a sobrevivência humana e muitas vezes levam a respostas adequadas. Podemos, no entanto, tentar mitigar os efeitos nocivos decorrentes da existência desses mecanismos.

Pensando no que acabamos de expor a respeito do viés de gênero, Christine Jolls e Cass Sunstein (2006) propuseram a criação de ações afirmativas que visem gerar diversidade nos espaços de decisão. A dupla de pesquisadores afirma que há estudos empíricos que comprovam o potencial do aumento da diversidade em diminuir a incidência de vieses de julgamento e, assim, democratizar os resultados e efeitos obtidos nas decisões dos litígios. Essa diversidade também é benéfica em termos de legitimidade e reconhecimento, pois é importante que a população se sinta representada ao ver a composição do Judiciário.

De modo mais abrangente, Juarez Freitas (2013) afirma que a primeira providência para não incorrer em desvios cognitivos consiste em conhecê-los. Logo, são necessários estudos de difusão acerca dos processos mentais relacionados à tomada de decisão, bem como pesquisas que desvendem os vieses no contexto do Judiciário.

A partir disso, depreendemos a importância de pesquisas de cunho descritivo, que mostrem como as decisões, de fato, são tomadas, já que isso permite que modelos normativos de tomada de decisão sejam criados com muito mais embasamento, além de ir ao encontro de uma tendência recente de desenvolver pesquisas empíricas no contexto do Direito²⁵.

O professor Juarez também propõe que sejam adotados hábitos alternativos que atuem como antídoto contra os vieses. Assim, cada enviesamento será contra-atacado por uma rotina alternativa. Por exemplo: para evitar o viés da confirmação, o tomador de decisão deverá criar o hábito de duvidar sempre das próprias crenças, procurando evidências que confrontem seu entendimento inicial.

As sugestões do professor são importantes, mas não superam um obstáculo relevante: dependerá do juiz ou da juíza adotar um novo hábito, e o comportamento de duvidar de si nem sempre é bem aceito pelos indivíduos, já que vai contra o *viés do egocentrismo*, tendência de confiar excessivamente em suas próprias ações (GUTHRIE; RACHLINSKI; WISTRICH, 2001, p. 811).

Outras sugestões para mitigar a influência dos vieses no processo decisório são propostas pelos pesquisadores Chris Guthrie, Jeffrey Rachlinski e Andrew Wistrich (2007). São elas: (i) aumentar o tempo disponível para que os juízes e as juízas decidam cada litígio; (ii) anotar opiniões acerca dos casos sob julgamento, de modo a estimular o juízo lógico e dedutivo do juiz e/ou da juíza; (iii) educação continuada para os juízes e as juízas, mediante a promoção de treinamentos, além do oferecimento de *feedbacks* por seus pares; (iii) elaboração de *scripts* e *checklists*, com o objetivo de encorajar um processo metódico, que assegure o

²⁵ Para saber mais sobre essa tendência, consulte o *site* da Rede de Pesquisa Empírica em Direito (REED): <<http://reedpesquisa.org/>>.

cumprimento dos passos que levam ao raciocínio deliberativo; e (iv) realocação das demandas em varas especializadas.

As alterações propostas dependem de reformas profundas no modo como o Sistema de Justiça é organizado e desenvolve suas atividades. No entanto, os impactos gerados pelos vieses na tomada de decisão judicial são claros e demandam esforços no sentido de mitigá-los, se desejarmos uma aproximação real com relação aos ideais de justiça dispostos no ordenamento jurídico brasileiro. É certo que impedir a incidência em vieses não representa garantia de uma boa decisão; contudo, não há dúvidas de que isso pode ajudar a evitar erros sistemáticos decorrentes de vieses explícitos ou implícitos, ou seja, dos quais os indivíduos tenham ou não consciência - o que levará a práticas mais democráticas no Judiciário.

Como admitimos a definição de viés de gênero como um erro causado pelo uso de estereótipos de gênero como heurística ou atalho, é necessário compreender o que são e como se formam esses estereótipos, o que será feito no próximo tópico.

2.2. Formação das primeiras impressões, estereótipos e representações sociais

Como já afirmamos, a noção de estereótipo está inserida no contexto de tomada de decisão em situação de incerteza, uma vez que os estereótipos são usados como heurística, ou seja, como um atalho na tentativa de reduzir a incerteza no momento da tomada de decisão ou ao fazermos julgamentos sobre um grupo.

Os estereótipos, suas funções, estrutura e como se formam fazem parte de alguns dos temas mais estudados pela Psicologia, como: a formação das impressões, a identidade social, as relações entre grupos, a discriminação social, a teoria da atribuição causal, entre outros (SOUZA, 2010, p. 32). No entanto, não vamos nos aprofundar em cada uma dessas teorias, pois fugiria aos objetivos propostos neste estudo. Apenas apresentaremos, de modo sucinto, e talvez superficial, como se formam os estereótipos e como eles podem ser conceituados.

Essa breve abordagem é feita para que possamos compreender melhor esse elemento que está presente em ambos os referenciais teóricos dos quais partimos nesta dissertação, além de viabilizar uma conexão entre eles, quer sejam: (i) a abordagem dual sobre julgamento e tomada de decisão, focando no viés de gênero, ou julgamento por estereótipo de gênero – já apresentada neste capítulo; e (ii) os estudos de teóricas feministas do direito, especialmente no que se refere à produção e reprodução de estereótipos de gênero na esfera jurídica – tema que será abordado no próximo capítulo.

Nesse sentido, partiremos do processo de categorização e da formação das primeiras impressões, para então tratarmos dos estereótipos e da teoria das representações sociais.

2.2.1. Categorização, formação das primeiras impressões e estereótipos

Desde o nascimento, entramos em contato com uma quantidade enorme de informações: objetos, formas, cores, ações, sensações e sentimentos. Para que possamos lidar com todo esse contingente e para que ele faça sentido, fazemos uso de alguns mecanismos, como a *categorização* – processo mental básico por meio do qual agrupamos, por semelhança, as informações com as quais nos deparamos (LIMA, 2007, p. 157).

Esse processo é a base para uma série de outros processos cognitivos, como a percepção e a aprendizagem, e nos permite estruturar as informações e incorporá-las à nossa rede de conhecimento sobre um determinado assunto. Conforme entramos em contato com novos elementos, essa rede cresce, criando novas estruturas e associações. Isso permite que esses elementos não sejam percebidos de modo isolado, mas como parte de um conjunto ordenado e coerente.

Podemos categorizar um objeto, uma ideia, ou mesmo uma pessoa - o que será feito tendo em vista o ambiente no qual estamos inseridos e o modo como respondemos a ele. A criação de categorias sociais, ou seja, compostas por pessoas, ocorre nesse contexto. Em um primeiro momento, categorizamos com a finalidade de julgar pessoas como confiáveis ou não; na sequência, continuamos a fazer uma série de outras classificações, apoiadas em diferentes critérios e atributos.

Eugene Borgida, Corrie Hunt e Anita Kim afirmam que o gênero é uma dimensão fundamental da categorização. Isso leva as pessoas a frequentemente confiarem mais em estereótipos sobre as mulheres, no processo de formação das primeiras impressões, que nas informações individuais sobre uma determinada mulher (BORGIDA; HUNT; KIM, 2005, p. 616-617).

Nesse sentido, como a *formação das primeiras impressões* sobre alguém se dá com base em informações limitadas, é possível que nessa intuição inicial haja muito do próprio percebedor (PISANI; PEREIRA; RIZZON, 1994, p. 24-25). Essa constatação é problemática por dois motivos: primeiro, porque o estado do percebedor é uma das principais fontes de erro na percepção social; segundo, porque as primeiras impressões, apesar de pouco confiáveis, tendem a ser duradouras. Os dois aspectos estão relacionados e são ainda mais preocupantes se analisados em conjunto: o estado do percebedor, ou seja, as necessidades, sentimentos e

expectativas daquele que se depara com o outro, influencia a impressão que ele forma sobre esse alguém, mas essa influência é fonte de equívoco e este tende a se prolongar no tempo, pois as primeiras impressões – as falhas, inclusive – tendem a durar.

As primeiras impressões também são formadas com base em *estereótipos* compartilhados pelo percebedor, como os estereótipos de gênero, sendo eles também uma das principais fontes de erro na percepção social. Para Henri Tajfel, os estereótipos são resultantes do processo de categorização e podem ser definidos como uma generalização de uma característica para toda uma categoria ou grupo de pessoas (TAJFEL, 1969, p. 81-82).

Estereotipar pode ser útil: tal qual a categorização, auxilia na simplificação da realidade, além de preservar o sistema de valores de um grupo e auxiliar na criação de uma identidade social. Isso pode funcionar quando os estereótipos têm um conteúdo positivo ou neutro; no entanto, essa utilidade cessa nas muitas das vezes em que esse conteúdo é negativo ou problemático – o que pode acontecer devido à generalização estar ligada ao sistema de crenças e valores dominantes. Nesse sentido, Maria Cecília Minayo afirma que essas crenças são “uma mistura das ideias das elites, das grandes massas e também das filosofias correntes, e expressão das contradições vividas no plano das relações sociais de produção.” (MINAYO, 1994, p. 109).

Dessa forma, os estereótipos também podem ser difundidos e usados como justificativa para ações violentas contra membros de outros grupos. O colonialismo e o neocolonialismo, por exemplo, utilizaram como justificativa a necessidade de expandir o cristianismo e civilizar os povos chamados de primitivos, atrasados e selvagens. Essa percepção estereotipada de um grupo étnico faz com que os indivíduos superestimem as diferenças entre eles e as pessoas que pertencem a este outro grupo e que subestimem as diferenças dentro de cada grupo²⁶. Essa pode ser considerada uma das bases do preconceito, já que esse distanciamento imaginário permite que um grupo mantenha sua posição dominante colocando outro grupo em desvantagem (TAJFEL, 1969, p. 95).

Percebemos, a partir disso, que a estereotipia não decorre apenas de um processo cognitivo. O que permite falarmos da existência de preconceitos e estereótipos sociais é justamente o fato de eles serem compartilhados. Isso faz com que esse suposto consenso seja utilizado como critério de validade e de adequação. Nesse sentido, os estereótipos também atuam a nível sociocultural de construção da realidade. A teoria das representações sociais, sobre a qual falaremos a seguir, explica como isso acontece.

²⁶ Para entender melhor, leia sobre a *teoria da identidade social*, desenvolvida por Tajfel.

2.1.1. Representações sociais, estereótipos e gênero

A noção de *representação social* foi proposta por Serge Moscovici, na década de 60, tendo como ponto de partida o conceito de representação coletiva de Émile Durkheim²⁷. Trata-se de uma forma de criação coletiva, produto da interação e comunicação, com função de convencionar acerca de objetos, pessoas e acontecimentos, e de prescrever condutas e pensamentos, por se impor como uma força irresistível (MOSCOVICI, 2007).

As representações sociais compõem um conjunto de conhecimentos organizados sobre o mundo físico e social do qual as pessoas fazem parte e que permite a elas compreendê-lo. Essas representações são geradas a partir de dois processos, cuja função é transformar algo desconhecido ou distante em algo familiar: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem é o processo por meio do qual o indivíduo incorpora algo desconhecido ao seu sistema de categorias, comparando com o que considera típico dessa categoria. Já a objetivação é a operação que *corporifica as ideias*, tornando-as experiências concretas.

O objetivo dessa teoria é compreender o processo de construção desse conhecimento a partir das relações sociais, ou seja, da interação e comunicação – o que proporciona certa permeabilidade a esse conhecimento, já que ele pode se transformar à medida que a própria sociedade se modifica e vice-versa.

Nesse sentido, Moscovici afirma que essas representações poderiam ser vistas como a versão contemporânea do *senso comum*, que está continuamente sendo criado e recriado na sociedade, inclusive a partir da popularização do conhecimento científico e tecnológico (MOSCOVICI, 2007, p. 95). Esse senso comum não envolve apenas a difusão do conhecimento científico, mas todo o conhecimento que permeia a comunicação e interação, o que inclui noções equivocadas e estereótipos.

Para o autor, os *estereótipos* estão inseridos nas representações sociais e com ela se comunicam. Altay Souza explica como isso acontece: assim como as representações sociais, os estereótipos são compartilhados por um grupo e simultaneamente produzidos por ele. Nesse processo de produção de estereotipia, interviria de modo automático a representação correspondente à categoria, bem como as características aplicáveis aos seus membros (SOUZA, 2010, p. 34 e 38).

²⁷ Moscovici (2007) considerava que a palavra *coletiva* remetia a algo estático, a elementos constitutivos (ou fatores explicativos) da sociedade, como religião e ciência. A mudança de representação coletiva para social buscou incorporar um aspecto dinâmico a essas representações, pois elas não seriam somente um produto da idealização grupal, mas também um processo. Para entender melhor, veja: o próprio Serge Moscovici (2007), especialmente as páginas 45 a 49, e Maria Cecília de Souza Minayo (1994).

Essas representações e estereótipos não estão restritos a algumas esferas, são ideias difundidas inclusive no Judiciário. Neste contexto, diversas teorias e estudos foram desenvolvidos no sentido de revelar a presença desses estereótipos, como a teoria crítica racial e a teoria feminista do direito – sobre a qual falaremos no capítulo seguinte -, que trata, entre outros aspectos, dos estereótipos sobre mulheres.

Por ora, podemos afirmar que a teoria das representações sociais também forneceu subsídios para os estudos de gênero, por viabilizar a análise de uma *epistemologia do senso comum sobre os sexos*, como explica Lígia Amâncio.

Nesta perspectiva, os saberes comuns sobre os homens e as mulheres constituem representações sociais que se alimentam dos valores, crenças e ideologias dominantes e que adquirem sentido através da objectivação das diferenças entre os sexos. No entanto, a construção destes saberes comuns não se configura numa mera diferenciação, mas sim na assimetria dos modelos masculino e feminino. (AMÂNCIO, 1993, p. 129).

O senso comum, portanto, é baseado em representações sobre o masculino e o feminino não apenas diferentes, mas assimétricas, que são utilizadas como instrumento para manutenção das hierarquias de gênero que subalternizam as mulheres. Essas hierarquias se manifestam de diversas formas, como a partir da associação do *ser homem* ao *ser indivíduo*. Nesse contexto de domínio da masculinidade, restam às mulheres apenas os “estreitos limites da feminilidade” (AMÂNCIO, 1993, p. 134-136).

Como já afirmamos, essa conjuntura excludente com relação às mulheres repercute em todas as esferas sociais e institucionais – o que inclui o contexto do Direito. Discutiremos mais essa questão no capítulo seguinte, a partir da perspectiva de teóricas feministas do direito.

3. MULHERES, DIREITO E ACESSO À JUSTIÇA

To the extent feminist law embodies women's point of view, it will be said that its law is not neutral. But existing law is not neutral.²⁸

Catharine Mackinnon

Falamos até aqui sobre o uso de estereótipos de gênero como heurística no nível individual ou cognitivo, e começamos a ver como o contexto em que nos inserimos influencia a produção e reprodução desses estereótipos, ou seja, o fenômeno a nível coletivo. Neste capítulo seguimos nesse trajeto, apresentando algumas contribuições importantes do movimento de mulheres para a compreensão do tema na esfera do Direito.

Antes, é necessário esclarecer que, assim como Nancy Levit (2006), consideramos as abordagens a partir do viés de gênero e de estudos feministas compatíveis e complementares, já que a atenção aos erros heurísticos com efeitos discriminatórios com relação ao gênero é apenas uma abordagem diferente para a análise do mesmo fenômeno, de modo que estudos dessa natureza também contribuem com o projeto feminista.

Nancy destaca que é possível que haja certa resistência à abordagem a partir do viés de gênero, sob o argumento de que atribuir a discriminação a vieses cognitivos pode levar os indivíduos a se eximirem da responsabilidade por seus atos (LEVIT, 2006, p. 79-80). No entanto, consideramos que os estudos de gênero com base na categoria vieses não isentam as pessoas da responsabilidade tanto de buscar mecanismos para mitigá-los, quanto de responder pelos efeitos discriminatórios gerados por eles.

No mesmo sentido, a pesquisadora acrescenta que os estudos de gênero formam uma “casa de muitos quartos” (*a house of many rooms*) e que a variedade de esforços pode ajudar a promover os objetivos feministas de igualdade de gênero. Propõe, assim, que os estudos feministas sejam realizados também por meio de análises a partir de heurísticas e vieses, a fim de investigar as maneiras por meio das quais os erros heurísticos podem se combinar com o pensamento convencional para reforçar visões tradicionais de gênero (LEVIT, 2006, p. 81).

Em última instância, ambas as abordagens questionam a suposta imparcialidade do Direito e colocam à prova uma série de paradigmas que, ao serem reproduzidos, sustentam essas visões tradicionais. Veremos, agora, a partir da perspectiva de teóricas feministas do direito, como o movimento de mulheres e os estudos de gênero contribuíram com esses debates.

²⁸ **Tradução livre:** À medida que a lei incorpore o ponto de vista das mulheres, dirão que essa lei não é neutra. Mas a lei existente não é neutra.

3.1. Feminismos, estudos sobre mulheres e gênero

Inicialmente, precisamos esclarecer que falamos em feminismos no plural pelo fato de o movimento feminista ser também plural, ou seja, composto por uma série de vertentes, com diferentes enfoques, demandas e propostas²⁹. Podemos falar, por exemplo, em feminismo liberal, feminismo radical, feminismo socialista, feminismo marxista, feminismo da diferença, feminismo cultural, feminismo negro, feminismo pós-colonial, entre outros. Nesse sentido, agrupar esses distintos movimentos de mulheres na categoria *feminismo*, no singular, camuflaria suas múltiplas facetas, além de poder levar a um entendimento essencialista, que desconsiderasse as intersecções que se articulam e subalternizam ainda mais algumas mulheres.

É evidente, porém, a importância do agrupamento desses *feminismos* como unidade de luta política – razão pela qual destacamos os aspectos em comum entre essas diferentes abordagens. Para Alda Facio e Lorena Fries, falar em feminismo remete a todas as pessoas e grupos, reflexões e atuações orientadas a acabar com a situação de subordinação das mulheres e alcançar, portanto, sua emancipação e a construção de uma sociedade em que não haja discriminação por sexo e gênero (FACIO; FRIES, 2005, p. 263). As autoras destacam alguns elementos comuns às feministas, entre os quais: a crença de que homens e mulheres têm o mesmo valor enquanto seres humanos igualmente diferentes e igualmente semelhantes e o repúdio a todas as formas de discriminação, que se articulam e se nutrem mutuamente.

A partir disso, podemos concluir, com relação às semelhanças e diferenças entre as múltiplas correntes do pensamento feminista, que os feminismos partem de um ponto em comum: identificam a situação de opressão das mulheres na sociedade e a dominação masculina, questionando a atribuição dessa hierarquia a aspectos naturais; divergem, em contrapartida, ao atribuírem essa subordinação a diferentes causas e apresentarem diferentes estratégias políticas e propostas de transformação dessa realidade social.

Os estudos feministas têm sido desenvolvidos com base em uma série de categorias de análise, entre as quais, mulher e gênero. Enquanto os estudos sobre a mulher se concentravam na problemática das mulheres definidas pelo seu sexo, os estudos de gênero eram mais abrangentes, pois não se restringiam aos estudos sobre mulheres, envolvendo

²⁹ Heleieth Saffioti considera, em razão disso, que não há um modelo feminista, mas uma perspectiva feminista, que se manifesta por meio de diferentes modelos, e afirma que “ignorar as diferentes vertentes do feminismo é grave, pois homogeneiza uma realidade bastante diferenciada”. (SAFFIOTI, 2001, p. 129)

também estudos sobre os homens e sobre as relações entre eles e as mulheres (JARAMILLO, 2000, p. 107).

Isso significa que, nos estudos sobre a mulher, essa categoria era determinada com base nas diferenças biológicas entre homens e mulheres. Essa ênfase nos aspectos biológicos logo levou a críticas quanto ao potencial essencialista desses estudos, que consideravam todas as mulheres oprimidas pelo fato de serem mulheres – aspecto universal e invariável, que implicitamente adotava as experiências de mulheres brancas de classe média como parâmetro.

Com a finalidade de superar esses problemas, ganha força o conceito de gênero. Joan Scott explica que essa categoria sugere uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso do termo mulher e indica que as ideias sobre os papéis sociais próprios aos homens e às mulheres são construções sociais – o que, nas palavras de Scott, significa dizer que o gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1996, p. 271). O termo ainda insere uma dimensão relacional na análise, pois sugere que homens e mulheres são definidos um a partir do outro, de modo que o estudo sobre as mulheres implica o estudo sobre os homens e vice-versa.

Subjacente à percepção de subordinação das mulheres como construção social, está a possibilidade de transformação dessa situação, pois o que é construído pode ser modificado. Nesse sentido, a historiadora propõe que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunto com uma visão de igualdade política e social que também leve em consideração a classe e a raça – categorias que, ao lado do gênero, organizam as desigualdades de poder e compõem os pilares das relações sociais (SCOTT, 1996, p. 302).

No entanto, assim como foram identificados aspectos problemáticos com relação aos estudos sobre as mulheres, a utilização do gênero como categoria analítica também foi alvo de críticas, dentre as quais destacamos duas. A primeira delas diz respeito à priorização do gênero em detrimento de outros marcadores sociais – aspecto criticado pelas feministas negras, latinas, indígenas e lésbicas. Cláudia Pons Cardoso afirma que essa crítica mostra a necessidade de romper com o feminismo hegemônico, que ignora as experiências de mulheres não brancas, e de incorporar as vozes dos povos marginalizados a partir de uma perspectiva interseccional “que reconheça a diferença e a multiplicidade de eixos e identidades que dão forma à vida das mulheres” (CARDOSO, 2012, p. 83).

A segunda crítica se refere à categoria gênero não se dissociar completamente do sexo, já que os papéis são construídos socialmente sobre uma base biológica, de modo que a categoria gênero não superaria de fato as críticas em face da categoria sexo. Linda Nicholson (2000) chama esse fenômeno de *fundacionalismo biológico*, que remete a um relacionamento

entre biologia e socialização, na medida em que o gênero seria composto por uma base material da identidade (sexo) e por uma construção social. Uma das principais representantes dessa crítica é Judith Butler (2003), que discute as formulações baseadas em binarismos (sexo/gênero; homem/mulher; masculino/feminino; entre outros) e questiona as proposições que entendem as identidades como fixas.

Nesse contexto de críticas ao uso do gênero como categoria de análise, algumas feministas propõem uma nova utilização da categoria mulheres. Esse novo sentido difere do primeiro, da década de 70, na medida em que parte de uma perspectiva interseccional, que se afasta do essencialismo inerente às primeiras formulações dessa categoria. Linda Nicholson (2000) destaca que a formulação desse novo sentido de mulheres não remeteria a uma característica específica, mas estaria associada à identificação de uma rede de características, sendo esta uma tarefa contínua, que dependeria de uma *política de coalização*³⁰. Essa política seria vantajosa em dois aspectos: garantiria o reconhecimento das diferenças entre as mulheres e das assimetrias de poder entre elas, ao mesmo tempo em que mapearia os pontos em comum, o que viabilizaria uma articulação política feminista. É a partir dessa nova formulação da categoria mulheres que desenvolvemos este trabalho.

Os estudos feministas, sobre gênero e sobre mulheres, se disseminaram por diversas áreas do conhecimento, propondo que se pensasse como as configurações de gênero interferiam nas múltiplas realidades objeto de estudo. Com o campo do direito não foi diferente, sendo este um alvo certo de críticas feministas. Apresentaremos, na sequência, algumas dessas reflexões.

3.2. Críticas feministas ao direito

Assim como o movimento feminista não é homogêneo, as críticas feministas ao Direito também não são: elas necessariamente variam a depender da linha teórico-epistemológica da qual se parte. Convergem, no entanto, por uma proposta em comum: pensar o Direito a partir de uma perspectiva de gênero. Essa proposta tem sido traduzida pela expressão *teoria feminista do direito*, que alude a estudos críticos, desenvolvidos por feministas ou com base em referenciais teóricos feministas, “sobre as epistemologias jurídicas

³⁰ Linda Nicholson entende *política de coalização* não como uma articulação temporária entre grupos com interesses definidos, mas como: “uma política composta por listas de reivindicações relativas às diferentes necessidades dos grupos que constituem a coalização, ou composta por reivindicações articuladas num determinado nível abstrato para incluir a diversidade, ou ainda composta por reivindicações específicas em torno das quais grupos diferentes temporariamente se unem.” (NICHOLSON, 2000, p. 37).

e os fundamentos filosóficos que embasaram o pensamento jurídico ocidental na modernidade e cujos reflexos são visíveis ainda hoje” (CAMPOS, 2011, p. 1-2; 2012).

Um dos primeiros questionamentos feministas diz respeito à própria compreensão do Direito, que se contrapõe ao positivismo legalista, ou seja, não é entendido como sinônimo de lei promulgada, pois ganha contornos muito mais amplos, incluindo normas de administração da justiça, normas de interpretação e também regras informais, que surgem a partir dos costumes, tradições e práticas políticas. Alda Facio (1999) propõe e sistematiza esse conceito a partir de três eixos: (i) componente formal-normativo; (ii) componente estrutural; e (iii) componente político-cultural.

O componente formal-normativo diz respeito às leis escritas e formalmente promulgadas, ou seja, que passaram pelo procedimento legislativo necessário para que se tornassem leis. Fazem parte desse componente as leis constitucionais, infraconstitucionais, tratados internacionais, decretos, regulamentos, entre outros. O componente estrutural, por sua vez, é formado pelas instituições jurídicas e também pelo conteúdo que os atores do sistema de justiça atribuem às leis ao aplicá-las e interpretá-las - conteúdo este que se torna uma lei tão efetiva e vigente quanto às próprias leis escritas (FACIO, 1999, p. 64). Por fim, o componente político-cultural corresponde aos sentidos que as pessoas conferem às leis e à sua aplicação com base na doutrina jurídica, nas tradições e nos costumes, assim como o uso que elas fazem tanto das leis existentes, quanto daquelas que seguem vigentes como senso comum, apesar de terem sido formalmente revogadas.

Facio explica que esses componentes são imbricados, ou seja, estão relacionados entre si, de modo que cada um deles é influenciado, limitado e definido pelo outro. Por exemplo, a própria interpretação que um tribunal atribui a uma lei (componente estrutural) depende da existência de uma lei (componente formal-normativo) e dos sentidos que os especialistas e os cidadãos atribuem a ela (componente político-cultural). Isso significa que, para que se apreenda o conteúdo e os efeitos de uma lei, é necessário analisá-la sob essas três perspectivas.

Essa compreensão ampliada do fenômeno jurídico é especialmente importante para as mulheres, porque inclui as leis não escritas e as regras informais, que são frequentemente retomadas nas práticas e nos discursos jurídicos e acabam por reforçar a mentalidade institucional que compactua com a subordinação das mulheres na sociedade. Muito se tem produzido, nesse sentido, para desmascarar a suposta neutralidade reivindicada pelo Direito, com o objetivo de mostrar que, na verdade, o Direito é um mecanismo fixador de gênero.

Carol Smart (2000) destrincha essa noção em três níveis de reflexão, afirmando que o Direito é sexista, o Direito é masculino e o Direito tem gênero. Assim, aponta que o Direito é sexista, porque estabelece diferenciações baseadas no sexo, ao mesmo tempo em que cria uma ordem hierárquica entre elas que coloca as mulheres em desvantagem. Frances Olsen (2009) exemplifica esse fenômeno a partir das associações entre os homens e as características ligadas ao racional, ao objetivo, ao abstrato e ao universal; enquanto que as mulheres são relacionadas ao irracional, ao subjetivo, ao concreto e ao particular. Nesse contexto, o Direito se identifica com o lado hierarquicamente superior, que consagra os valores masculinos.

Essa afirmação leva ao segundo nível de reflexão: o Direito é masculino. Smart explica que isso decorre de uma tradição de exclusão das mulheres dos espaços de poder e da vida pública de modo geral. Nesse sentido, a maioria dos legisladores, juízes e juristas de renome foram e ainda são homens. Com isso, a suposta neutralidade e objetividade reivindicada pelo Direito, na verdade, corresponde ao ponto de vista masculino. Catharine Mackinnon desenvolve esse argumento.

Those with power in civil society, not women, design its norms and institutions, which become the status quo. Those with power, not usually women, write constitutions, which become law's highest standards. Those with power in political systems that women did not design and from which women have been excluded write legislation, which sets ruling values.³¹ (MACKINNON, 1993, p. 611)

Essa constatação gera uma série de implicações. A primeira delas é que quando a lei incorpora o ponto de vista masculino, ela reforça os valores a ele correspondentes na sociedade e os legitima, ao mesmo tempo em que ganha legitimidade – ciclo este que perpetua a dominação masculina e torna outras perspectivas invisíveis (MACKINNON, 1993, p. 610).

Um segundo ponto seria que essa dominação, que parte da perspectiva masculina como universal, relega tudo que se refere à mulher à posição de diferente, específico, exceção – o que só acontece porque se pressupõe o homem como o padrão. Nesse contexto, mesmo quando o Direito se propõe a contemplar o ponto de vista das mulheres, ao editar uma lei, por

³¹ **Tradução livre:** Aqueles que têm poder na sociedade civil, não as mulheres, definem suas normas e instituições, que se tornam o *status quo*. Aqueles com poder, geralmente não mulheres, escrevem constituições, que se tornam os mais altos padrões da lei. Aqueles com poder nos sistemas políticos, que as mulheres não projetaram e dos quais as mulheres foram excluídas, escrevem legislações, que estabelecem os valores governantes.

exemplo, sua aplicação será mediada por instituições e indivíduos moldados pela perspectiva masculina e pela ideologia patriarcal³² (JARAMILLO, 2000, p. 122).

Como terceiro e último nível de reflexão, Smart propõe que o Direito tem gênero. Nesse sentido, é possível pensá-lo como discurso ou sistema que produz não só diferenças de gênero, mas também formas muito específicas de diferenças polarizadas, de modo que uma prática jurídica pode ter significados bastante díspares para homens e para mulheres.

Partindo do pressuposto que o Direito é masculino, essas diferenças frequentemente tem como resultado o silenciamento de demandas de mulheres por justiça de gênero. Ana Santos afirma que um dos meios pelos quais esse objetivo é alcançado é pela linguagem jurídica, que, a partir da formulação de leis e decisões judiciais com um vocabulário supostamente objetivo e neutro, acaba por situar a demanda inicial das mulheres em uma semântica que não corresponde ao que foi por elas reivindicado (SANTOS, 2012, p. 15).

Se pensarmos que a linguagem reflete os valores da sociedade e que o Judiciário está inserido nessa cultura notadamente patriarcal, temos que o discurso jurídico também é patriarcal e androcêntrico. Isso permite entender o porquê da discriminação e opressão contra as mulheres se manterem, apesar de boa parte das normas expressamente discriminatórias terem sido revogadas – o que, para Alda Facio, “reafirma a sensação de que não haverá justiça para as mulheres” (FACIO, 2006, p. 4), já que as mulheres continuarão a ser discutidas, descritas e tratadas pelo Direito de maneira subordinada com relação aos homens.

Segundo estas críticas, isto deve-se a que o discurso continua sendo patriarcal porque reflecte e reproduz continuamente a ideia de que as mulheres valem menos enquanto seres humanos. Se valem menos, o que dizemos num juízo, por exemplo, tem necessariamente menos valor do que o diz um homem. (FACIO, 2006, p. 5)

Isso se torna ainda mais problemático pelo fato de o Direito ser uma “linguagem do Estado autorizada”, como a autora costa-riquenha propõe. Nesse contexto, o discurso deixa de ser apenas uma maneira de falar sobre algo e passa a ser um posicionamento político, ou seja, a forma como o Estado pensa e atua com relação ao tema. Diante disso, Alda afirma que estudar o Direito como discurso pode ser uma chave de estudo importante para as mulheres, pois tem o potencial de demonstrar como ele pode ser patriarcal – ainda que boa parte das normas não seja -, ou que elas possam eventualmente defender os direitos das mulheres (FACIO, 2006, p. 5).

³² Por *ideologia patriarcal*, entendemos um sistema de crenças que constrói diferenças entre homens e mulheres, de modo que elas sejam entendidas como biológicas ou naturais – diferenças essas que são usadas para manter a opressão das mulheres (FACIO, 1992, p. 28).

Em sentido semelhante, Smart afirma que o Direito é uma *tecnologia de gênero*³³, pois opera como mecanismo fixador de diferenças de gênero, ou seja, constitui um discurso que insiste em rígidas distinções e binarismos (homem/mulher; masculino/feminino) construídos como modalidades opostas (SMART, 2000, p. 68).

Assim, ao mesmo tempo em que parte dessas distinções, o Direito as reproduz, sendo a produção e reprodução de estereótipos de gênero agentes e efeitos claros dessa tecnologia de gênero, que se inserem nessas práticas como formas difundidas e difusoras de discriminação. Acobertadas pelo referido paradigma da neutralidade reivindicado pelo Direito, essas práticas são naturalizadas e determinam previamente quais são os comportamentos desejáveis e aceitáveis a depender do sexo dos sujeitos que buscam o Sistema de Justiça.

Com isso, o Direito corre sérios riscos de perder seu potencial catalisador de mudanças sociais e se restringir a “uma força que contribui para a manutenção das mulheres em seu lugar de subalternidade” (SEVERI, 2016a, p. 52). A alternativa a essa fatalidade é que o Direito se abra a fissuras em que ocorram disputas de sentidos que permitam repensá-lo e reconstruí-lo a partir de novos paradigmas relacionados ao gênero e ao Direito de modo geral. Essa pode ser uma tarefa árdua, dado que são muitas as forças que atuam em sentido contrário. A violência contra as mulheres, sobre a qual falaremos a seguir, é uma delas.

3.3. Violência contra as mulheres e direitos humanos

Em 2007, um estudo de prevalência da violência contra as mulheres por parceiro íntimo³⁴ no Brasil mostrou que quase 20% das mulheres já sofreram ou sofrem violência física, psicológica e sexual. A violência psicológica, acompanhada ou não de violência física e/ou de violência sexual, é a de maior incidência: relatada por cerca de 90% das mulheres. A violência sexual, por sua vez, mostra ter sua ocorrência associada pelo menos a uma das duas outras formas de violência (SCHRAIBER *et al*, 2007). O gráfico abaixo, retirado do estudo em questão, ilustra esses dados.

³³ *Tecnologia de gênero* é uma categoria formulada por Teresa de Lauretis, a partir do conceito de *tecnologia sexual* proposto por Michel Foucault. Para Teresa, o gênero é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, e de discursos, bem como das práticas da vida cotidiana (LAURETIS, 1994, p. 208).

³⁴ As pesquisadoras consideraram como *parceiro íntimo*: “companheiro ou ex-companheiro, independentemente de união formal, e namorados atuais desde que mantendo relações sexuais” (SCHRAIBER *et al*, 2007, p. 799).

Gráfico 1: Frequência e sobreposição dos casos de violência psicológica, física e sexual na vida. Município de São Paulo. **Fonte:** SCHRAIBER *et al*, 2007, p. 802.

É necessário ressaltar, porém, que apesar da alta prevalência da violência contra as mulheres no Brasil e no contexto latino-americano de modo mais amplo, não se trata de uma questão regional, mas de um fenômeno de incidência mundial. Com a finalidade de coletar dados sobre essa realidade, a Organização Mundial da Saúde coordenou um estudo realizado em diversos países, que focou em duas formas de violência³⁵: a física e sexual praticada pelo parceiro íntimo e a praticada por alguém diferente do parceiro (familiares, amigos, desconhecidos).

A pesquisa, ilustrada pela figura a seguir, mostrou que a violência afeta mais de um terço das mulheres em todo o mundo e gera diversos efeitos importantes sobre a saúde física, sexual, reprodutiva e mental das mulheres. Em razão disso, declarou que a violência contra as mulheres é uma questão de saúde pública com proporções epidêmicas, além de consistir em uma forma de violação dos direitos humanos das mulheres (WHO, 2013).

³⁵ É importante ressaltar que o termo *violência contra as mulheres* engloba muitas outras formas de violência, abrangidas ou não pelo estudo. São exemplos: a mutilação genital feminina, o feminicídio e o tráfico de mulheres (WHO, 2013, p. 4).

Figura 1: Mapa global que mostra as taxas de prevalência regional de violência de parceiro íntimo por região da OMS. **Fonte:** WHO, 2013, p. 18.

O reconhecimento da violência contra as mulheres como uma forma de violação dos direitos humanos é uma tendência que teve início na década de 90, especialmente no contexto das conferências internacionais, entre as quais destacamos: (i) a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena (1993), na qual os direitos das mulheres foram, pela primeira vez, reconhecidos como direitos humanos; e (ii) a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing (1995), cujo Relatório aponta a violência contra as mulheres como obstáculo ao exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Também no contexto internacional, foram celebrados tratados internacionais com a temática de gênero, com destaque para dois deles: (i) a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984; e (ii) a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 1994 e ratificada pelo Brasil em 1995.

Ambos os tratados são marcos jurídicos importantes para as mulheres e trazem algumas definições estratégicas. A CEDAW expressa um compromisso com relação à busca

pela igualdade entre homens e mulheres por meio do combate à *discriminação contra as mulheres* – expressão conceituada pelo artigo 1º da convenção:

Para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher independentemente de seu estado civil com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos: político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Esta definição é importante porque abrange uma série de discriminações, não se restringindo àquelas praticadas propositalmente (discriminação direta), mas envolvendo também ações que, apesar de aparentemente neutras, geram efeito discriminatório (discriminação indireta). A definição também é ampliativa ao reconhecer que a discriminação pode acontecer em diferentes momentos: na criação das leis (reconhecimento), na sua fruição (gozo) ou na tutela jurisdicional (exercício) (SEVERI, 2016b, p. 579).

A Convenção acerta, ainda, ao estabelecer o Comitê sobre Eliminação da Discriminação contra a Mulher³⁶, cuja finalidade é examinar os progressos alcançados na sua aplicação a partir da análise de relatórios submetidos pelos Estados Partes, nos quais devem constar as medidas (legislativas, judiciárias, administrativas, entre outras) adotadas pelos Estados a fim de eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres. Nesse sentido, não apenas amplia o rol de práticas entendidas como discriminatórias, como também cria mecanismos para acompanhar e fiscalizar em que medida os Estados Partes estão se mobilizando para coibi-las.

A partir da análise desses relatórios, o Comitê da CEDAW também emite recomendações aos Estados Partes. Entre elas está a Recomendação Geral nº 19, que definiu a violência contra as mulheres como uma das formas de discriminação praticada contra elas, nos seguintes termos: “A violência contra a mulher é uma forma de discriminação que inibe gravemente o gozo de direitos e liberdades em igualdade com o homem” (CEDAW, 1992).

A Recomendação Geral nº 35, por sua vez, ao atualizar a Recomendação Geral nº 19, acrescentou que a violência contra as mulheres é uma violência de gênero, pois é um tipo de “violência que é dirigida contra uma mulher porque é mulher ou que afeta as mulheres desproporcionalmente” (CEDAW, 2017). Nesse sentido, destacou que a violência de gênero contra as mulheres é um dos meios que reforçam a situação de subordinação das mulheres em

³⁶ Para que o Comitê possa receber denúncias de indivíduos ou grupos de indivíduos dos Estados Partes, estes devem reconhecer a jurisdição do Comitê, por meio da ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. O Protocolo foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1999 e ratificado pelo Brasil em 2002.

relação aos homens na sociedade, consistindo em um obstáculo para a efetivação da igualdade substantiva e para o gozo das mulheres dos direitos humanos e liberdades fundamentais previstos na CEDAW.

No eixo latino-americano, a Convenção de Belém do Pará dedicou-se a tratar especificamente da violência contra as mulheres. A Convenção reafirma em seu preâmbulo que essa violência constitui uma forma de violação de direitos humanos e de liberdades fundamentais e traz a definição do termo *violência contra a mulher* em seu artigo 1º: “Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.”.

A violência contra as mulheres abrange, como mostra o artigo, a violência física, sexual e psicológica, mas a Convenção avança também ao reconhecer expressamente a violência institucional, ou seja, “perpetrada ou tolerada pelo Estado e seus agentes, onde quer que ocorra” (art. 2º). Protege, assim, de maneira ampla o direito de toda a mulher a uma vida livre de violência, o que inclui, de acordo com a Convenção, o direito a uma vida livre de discriminação e o direito a ser valorizada e educada livre de estereótipos pautados na ideia de subordinação das mulheres (art. 6º).

Ambas as convenções são marcos normativos dos *direitos humanos das mulheres* – formulação que manifesta uma crítica à definição individualista e universal de direitos humanos e à sua identificação com valores ocidentais e masculinos. Para Elizabeth Jelin, essa tem sido uma das grandes contribuições do feminismo: criticar e desmascarar o paradigma que adota homens como ponto de referência universal e que transforma os *outros* – inclusive as mulheres – em diferentes ou invisíveis (JELIN, 1994, p. 125).

A autora explica que os direitos humanos inicialmente consistiam em direitos civis e políticos e surgiram da necessidade de conter os abusos cometidos pelo Estado. Assim, ficaram resguardadas as liberdades da vida pública, enquanto os direitos e liberdades associados à vida privada, na esfera das relações familiares, continuaram sem proteção. Essa dicotomia público/privado, em que são protegidos apenas os direitos relativos ao público, leva a uma “mutilação na cidadania das mulheres”³⁷ (JELIN, 1994, p. 126), já que é na esfera privada que as mulheres mais têm seus direitos violados – especialmente por seus pais, maridos e companheiros.

³⁷ Elizabeth Jelin entende *ciudadania* como: “uma prática conflitiva vinculada ao poder que reflete as lutas em torno de quem poderá dizer o quê no processo de definir quais são os problemas comuns e de que forma serão abordados.” (JELIN, 1994, p. 119).

Essas diversas violências praticadas em âmbito privado geram um aparente conflito: de um lado, o direito à privacidade e intimidade nas relações domésticas; de outro, a responsabilidade estatal de coibir violações de direitos humanos. Essa tensão, contudo, é, por um longo período, manejada a fim de justificar a omissão do Estado e a impunidade no que diz respeito à violência contra as mulheres. Nesse contexto, os movimentos de mulheres passam a reivindicar que não basta coibir os abusos cometidos pelo Estado, é necessário que os direitos humanos combatam os efeitos da sociedade machista sobre as mulheres também em seus lares (PIMENTEL; PANDJIARJIAN, 2000, p. 109).

Não aprofundaremos aqui no debate sobre as esferas pública e privada, apenas destacamos que não é possível falar em direitos humanos que contemplem de fato as mulheres sem que eles estejam vigentes tanto na esfera pública, quanto na privada. Essa interdependência ressalta o caráter indivisível dos direitos humanos, de modo que sua ausência no âmbito privado impede sua plena realização no âmbito público e vice-versa (FRIES, 2000, p. 51). Não se trata, portanto, de desconsiderar os avanços que os direitos humanos trouxeram, apenas de reivindicar um conteúdo mais inclusivo para esses direitos.

Muitos foram os avanços com relação a medidas que visassem efetivar os direitos humanos das mulheres, inclusive em decorrência das conferências e convenções já abordadas. No Brasil, o marco jurídico e político de transição democrática e incorporação dos direitos humanos é a Constituição Federal de 1988, que contempla os direitos humanos das mulheres em seu artigo 5º, inciso I, ao estabelecer a igualdade entre homens e mulheres³⁸.

Após a promulgação da Constituição, diversas leis infraconstitucionais foram revogadas ou reformuladas a fim de serem adaptadas ao novo contexto democrático. Destacamos, por exemplo, as reformas promovidas pela Lei 11.106/2005 e pela Lei 12.015/2009, que alteraram o Código Penal. A primeira lei, entre outras mudanças, revogou dois incisos que tratavam da extinção da punibilidade do agressor que se casasse com a vítima em crimes contra os costumes – entre os quais, o estupro³⁹. Já a segunda, alterou o título *dos crimes contra os costumes* para *dos crimes contra a dignidade sexual*, além de passar a tipificar como estupro os atos libidinosos.

³⁸ Art. 5º: “I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

³⁹ Art. 107: Extingue-se a punibilidade: “VII - pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI da Parte Especial deste Código; (Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005); VIII - pelo casamento da vítima com terceiro, nos crimes referidos no inciso anterior, se cometidos sem violência real ou grave ameaça e desde que a ofendida não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da celebração; (Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005)”.

Resultado dos esforços constitucionais e das convenções internacionais sobre os direitos das mulheres, a promulgação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) é um importante marco legal no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres e acerta em diversos pontos, como ao usar a expressão *em situação de violência* em detrimento de *vítima*. Carmen Hein de Campos explica que esse deslocamento discursivo provoca uma reconstrução do sujeito inscrito na lei, que deixa de ocupar uma posição apenas passiva e passa a um lugar de transição, que permite a superação da violência (CAMPOS, 2011, p. 6). Destacamos também o fato de a lei apresentar as formas de violência doméstica a partir de um rol exemplificativo, indicado pela expressão “entre outros” que consta no artigo 7º da lei.

Entre as formas de violência explicitadas pela lei, está a *violência sexual*⁴⁰, que tem sido um alvo constante de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Nesse sentido, a Secretaria de Políticas para as Mulheres definiu a violência sexual na publicação *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* nos seguintes termos:

Violência sexual – É a ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule o limite da vontade pessoal. Manifesta-se como: expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa; toques e carícias não desejados; exibicionismo e *voyerismo*; prostituição forçada; participação forçada em pornografia; relações sexuais forçadas - coerção física ou por medo do que venha a ocorrer. (SPM, 2011, p. 22)

De maneira mais concisa, mas não menos importante, a Lei 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, também trouxe a definição desse tipo de violência como: “qualquer forma de atividade sexual não consentida” (art. 2º).

É importante reforçar que a agressão sexual, inclusive o estupro, é uma forma de violência de gênero contra as mulheres, caracterizada como um crime contra o direito das mulheres à segurança pessoal e à sua integridade física, sexual e psicológica, como pontua a Recomendação Geral nº 35 da CEDAW.

Certamente esses avanços legais em âmbito nacional e internacional são importantes para o projeto de efetivação e consolidação dos direitos das mulheres; no entanto, ainda há uma enorme distância entre o direito formal e o direito que se pratica. Retomando a

⁴⁰ A Lei Maria da Penha define a violência sexual no artigo 7º, inciso III, como: “qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos”.

concepção de Direito de Alda Facio (1999), verificamos que, apesar de mudanças terem sido promovidas quanto ao componente formal-normativo (leis e convenções, por exemplo), pouco se tem feito quanto aos componentes estrutural e político-cultural, que fazem parte do processo de atribuição de sentido às normas. Assim, as alterações legais tem seu efeito positivo mitigado pela ainda arraigada cultura sexista e discriminatória contra as mulheres que influencia a interpretação e aplicação das leis, tal qual o senso comum vigente.

São necessárias, portanto, políticas públicas no sentido de transformar a cultura de subordinação de gênero. Nesse sentido, Eva Blay propõe que o enfrentamento desta cultura requer “políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos” (BLAY, 2003, p. 96). A professora afirma que essa iniciativa depende de uma ação conjugada, que articule programas de diferentes Ministérios (da Justiça, Educação, Saúde, Planejamento, entre outros), sendo fundamental, em termos de educação, a inclusão da dimensão de gênero nos programas escolares.

Essas políticas públicas também devem levar em consideração a variedade de sujeitos a quem elas se destinam, bem como suas múltiplas experiências, ou seja, deve-se adotar uma perspectiva interseccional nessa atuação. A título de exemplo, o *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil* mostrou que, apesar de o número de homicídios de mulheres brancas ter diminuído cerca de 10% entre 2003 e 2015, o homicídio de mulheres negras aumentou mais de 50% no mesmo período (FLACSO, 2015, p. 30). Estes dados reforçam que a transformação da cultura patriarcal e a ampliação dos direitos humanos em termos de gênero também deve se atentar às diversas formas pelas quais o gênero se intersecta com outras identidades, como a raça, mas também a classe, a sexualidade, a nacionalidade, a idade, entre outras.

A ampliação dos direitos humanos das mulheres – em termos de intersecção, inclusive – é um passo importante e abrange não só um contingente maior de direitos e de público destinatário, mas também o acesso deste público a um Sistema de Justiça eficaz, que atue no sentido de promover a efetivação desse rol de direitos conquistados. Passaremos, então, a tratar do acesso deste público – as mulheres – à justiça.

3.4. Acesso das mulheres à justiça

Guita Grin Debert e Maria Filomena Gregori afirmam que vivemos em um grande paradoxo no Brasil: embora a Constituição de 1988 seja uma das mais avançadas no mundo

em termos de direitos e garantias fundamentais, persiste a desigualdade entre homens e mulheres no acesso à justiça (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 166). Esta desigualdade, além de comprometer a efetividade dos direitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro, consiste em uma forma de violação dos direitos humanos, como apontou o Comitê da CEDAW na Recomendação Geral nº 33 sobre o acesso das mulheres à justiça.

Com base na análise dos Relatórios submetidos pelos Estados Partes, o Comitê identificou uma série de obstáculos e restrições no acesso das mulheres à justiça, tais como leis discriminatórias, discriminação interseccional, estereótipos de gênero e procedimentos e práticas em matéria probatória, além da violência de gênero. Diante disso, e com a finalidade de modificar essa realidade que impede as mulheres de acessarem o sistema de justiça em condição de igualdade com relação aos homens, a Recomendação elencou seis componentes essenciais para garantir esse direito, sendo eles:

- a) Justiciabilidade** requer o acesso irrestrito das mulheres à justiça, bem como a capacidade e o empoderamento para reivindicar seus direitos estabelecidos na Convenção enquanto titulares desses direitos;
- b) Disponibilidade** exige o estabelecimento de tribunais, órgãos quase judiciais ou outros por todo o Estado parte, em áreas urbanas, rurais e remotas, bem como sua manutenção e financiamento;
- c) Acessibilidade** requer que todos os sistemas de justiça, tanto formais como quase judiciais, sejam seguros, econômica e fisicamente acessíveis às mulheres, e sejam adaptados e apropriados às suas necessidades, incluindo as mulheres que enfrentam formas interseccionais ou compostas de discriminação;
- d) Boa qualidade dos sistemas de justiça** requer que todos os componentes do sistema se ajustem aos padrões internacionais de competência, eficiência, independência e imparcialidade e proporcionem, em tempo oportuno, remédios apropriados e efetivos que levem à resolução de disputas sustentável e sensível a gênero para todas as mulheres. Requer também que os sistemas de justiça sejam contextualizados, dinâmicos, participativos, abertos a medidas práticas inovadoras, sensíveis a gênero, e levem em consideração as crescentes demandas por justiça pelas mulheres;
- e) Provisão de remédios** requer que os sistemas de justiça ofereçam às mulheres proteção viável e reparação significativa por quaisquer danos que elas possam sofrer (ver artigo 2 da Convenção); e
- f) Prestação de contas dos sistemas de justiça** é assegurada através do monitoramento para garantir que funcionem em conformidade com os princípios de justiciabilidade, disponibilidade, acessibilidade, boa qualidade e provisão de remédios. A prestação de contas dos sistemas de justiça também se refere ao monitoramento das ações dos profissionais do sistema de justiça e de sua responsabilidade jurídica nos casos em que eles violam a lei. (CEDAW, 2015, p. 6-7) (grifo nosso).

É possível notar que os componentes enumerados pela Recomendação visam superar tanto as barreiras sociais ao acesso das mulheres à justiça, apontando como diretriz a capacitação e o empoderamento das mulheres para reivindicarem seus direitos, quanto as barreiras institucionais, como ao sugerir medidas que tornem os espaços fisicamente

acessíveis às mulheres e os julgamentos sensíveis à questão de gênero (ONU Mulheres, 2011, p. 52-55; SEVERI, 2011, p. 331).

Uma vez apontados esses componentes, a Recomendação passa a propor uma série de medidas destinadas a assegurar e desenvolver cada um deles. No caso da *justiciabilidade*, por exemplo, o Comitê recomenda aos Estados Partes que:

- a) Assegurem que os direitos e as correlativas proteções jurídicas sejam reconhecidos e incorporados na lei, aprimorando a capacidade de resposta sensível a gênero por parte do sistema de justiça;
- b) Ampliem o acesso irrestrito das mulheres aos sistemas de justiça e assim as fortaleçam para alcançar a igualdade de *jure* e de *facto*;
- c) Assegurem que os profissionais dos sistemas de justiça lidem com os casos de uma forma sensível a gênero;
- d) Assegurem a independência, imparcialidade, integridade e credibilidade do judiciário e a luta contra a impunidade;
- e) Abordem a corrupção nos sistemas de justiça como um importante elemento de eliminação da discriminação contra mulheres no acesso à justiça;
- f) Enfrentem e removam as barreiras à participação das mulheres como profissionais dentro de todos os órgãos e em todos os níveis dos sistemas judiciais e quase judiciais, e de serviços relacionados com a justiça.** Adotem medidas, incluindo medidas especiais temporárias, para garantir que as mulheres estejam igualmente representadas no judiciário e em outros mecanismos de aplicação da lei, como magistradas, juízas, promotoras, defensoras públicas, advogadas, administradoras, mediadoras, agentes policiais, funcionárias judiciais e da justiça penal e peritas, bem como em outras capacidades profissionais; (...) (CEDAW, 2015, p. 7) (grifo nosso).

É interessante notarmos que, ao tratar sobre a justiciabilidade, a CEDAW amplia a compreensão usualmente empregada de acesso à justiça, afirmando, no *item f*, que o acesso das mulheres à justiça também compreende o *acesso das mulheres como profissionais* do direito aos espaços de poder. Nesse sentido, sugere, inclusive, a adoção de ações afirmativas (medidas especiais temporárias) com a finalidade de garantir a representatividade de mulheres no sistema de justiça e a equiparação entre mulheres e homens na composição desses espaços no Judiciário.

Com relação a esta composição, Fabiana Severi afirma que o Poder Judiciário é predominantemente composto por homens e, quanto mais alto o cargo ou função na carreira da magistratura, menor o número de integrantes mulheres. Este diagnóstico vai de encontro ao que se entende por um Judiciário democrático, que “envolve não apenas a diversidade no acesso à justiça, mas também que ele tenha uma composição que seja reflexo, o mais possível, da sociedade, em termos de diversidade de gênero, sexualidade, étnico-racial e de classe social.” (SEVERI, 2016c, p. 106). A autora acrescenta que, se o problema das mulheres brancas é ocupar cargos mais altos no Poder Judiciário, no caso da população negra,

especialmente das mulheres negras, o problema ainda consiste em ingressar nesse sistema – o que reitera a necessidade de ser engendrada uma política interseccional.

A democratização do Judiciário e a efetivação do acesso à justiça também dependem do componente *boa qualidade dos sistemas de justiça*. Entre as recomendações que o Comitê da CEDAW emitiu nesse sentido, está que os Estados Partes “implementem mecanismos para garantir que as regras probatórias, investigações e outros procedimentos legais e quase judiciais sejam imparciais e não influenciados por estereótipos ou preconceitos de gênero” (CEDAW, 2015, p. 9). A partir dessa diretriz é possível depreender que a reprodução de estereótipos sobre as mulheres no Judiciário compromete o princípio da imparcialidade e, em última instância, mitiga o acesso das mulheres à justiça.

No capítulo seguinte, falaremos sobre esses estereótipos, sobretudo aqueles relacionados a mulheres que passaram por uma forma específica de violência e violação dos direitos humanos das mulheres: o estupro.

4. ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E ESTUPRO

Sobre o padrão temporal das ocorrências, um detalhe chama a atenção: a prevalência dos estupros segue de maneira inversa à dos incidentes letais violentos, como homicídios (...), que ocorrem mais nos fins de semana e meses de primavera e verão. No caso dos estupros, a frequência é maior nos meses de inverno e às segundas-feiras.

IPEA, 2014a, p. 26-27.

Retomando o conceito de estereótipos, podemos afirmar que eles são generalizações de uma característica ou atributo para toda uma categoria ou grupo de indivíduos. Nesse sentido, estereotipamos as pessoas: (i) para reduzir a incerteza e a complexidade do mundo exterior, ou seja, para economizar esforços ou energia; (ii) para classificar as pessoas como diferentes de nós e do grupo ao qual pertencemos; e (iii) como um guia de identidade, para prescrever atributos, papéis e condutas aos quais homens e mulheres devem se adequar (COOK; CUSACK, 2010, p. 16-23).

Quando falamos em estereótipos de gênero⁴¹, as generalizações se referem a características, comportamentos e papéis que a sociedade espera que as mulheres ou os homens desempenhem, a depender de seu sexo. Com base nessas presunções, a sociedade cria hierarquias que têm reforçado a situação de subordinação das mulheres na sociedade, violando a igualdade entre homens e mulheres e restringindo direitos, especialmente das mulheres que se comportam de maneira contraestereotípica. Em razão disso, teóricas feministas têm afirmado que “estereotipar é uma ação política de controle sobre os corpos das mulheres” (DINIZ, 2011, p. 452; SEVERI, 2016b, p. 575).

Assim, apesar de existirem estereótipos, preconceitos e discriminações sobre homens e sobre mulheres – e deles serem prejudiciais para ambos –, focaremos nos estereótipos de gênero sobre as mulheres, tendo em vista os objetivos deste estudo e pesquisas recentes realizadas por institutos como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Datafolha e IPEA, que têm demonstrado que esses estereótipos permanecem arraigados na sociedade. A título de exemplo, pesquisa recente mostrou que 64% dos entrevistados concordam integral ou parcialmente com a ideia de que “os homens devem ser a cabeça do lar”, 79% acreditam que “toda mulher sonha em casar”, 60% entendem que “uma mulher só se sente realizada quando

⁴¹ Estereótipos de gênero incluem tanto estereótipos sobre as mulheres, quanto estereótipos sobre os homens. Focaremos, neste trabalho, nos estereótipos sobre as mulheres, mas como trataremos destes estereótipos em sentenças de crimes de estupro, muitas vezes eles virão acompanhados de estereótipos sobre os homens, relacionados à figura do agressor, razão pela qual optamos por introduzir o tema como estereótipos de gênero, e não apenas sobre mulheres.

tem filhos” e 55%, que “tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama” (IPEA, 2014b, p. 5-7 e 12).

Rebecca Cook e Simone Cusack nomeiam esse grupo de estereótipos como *prescritivos* ou *normativos*⁴²: aqueles que prescrevem atributos, papéis e comportamentos aos quais homens e mulheres devem se adaptar (COOK; CUSACK, 2010, p. 21). Podemos afirmar que os dados apresentados acima são prescritivos na medida em que pressupõem que as mulheres devem ser submissas aos homens, que todas as mulheres devem sonhar em casar, devem ter filhos para se sentirem realizadas e devem ter um determinado comportamento sexual, ou seja, ser recatada, caso queiram se casar.

Os estereótipos podem, no entanto, passar de prescrições de conduta a agentes que naturalizam a violência contra as mulheres e contribuem para a cultura do estupro. Nesse sentido, na mesma pesquisa que acabamos de citar, 65% dos participantes concordaram total ou parcialmente com a frase “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar” e 59%, com a frase “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (IPEA, 2014b, p. 22-23). De modo semelhante, em pesquisa ainda mais recente, 42% dos homens entrevistados concordaram com a afirmação “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas” (FBSP; DATAFOLHA, 2016, p. 8).

Uma característica agravante dos estereótipos – e das primeiras impressões de modo geral, como afirmamos no capítulo 2 – é que eles tendem a perdurar. Assim, noções perversas, como as apontadas acima, não levam apenas a práticas discriminatórias contra as mulheres no momento em que são enunciadas, mas contribuem para a reprodução desses estereótipos no longo prazo e para a manutenção de uma estrutura social que subalterniza as mulheres. Cook e Cusack acrescentam à persistência dos estereótipos, a sua dominação social como um fator que colabora para a situação de subordinação das mulheres. Essa dominação está relacionada, para as autoras, ao fato dos estereótipos se articularem por meio dos setores da sociedade e através das culturas (COOK; CUSACK, 2010, p. 25-26).

Por estarem presentes nas tramas sociais e arraigados nas consciências dos indivíduos, esses estereótipos também são absorvidos e reproduzidos pelos operadores do direito, muitas vezes de maneira inconsciente, mas que repercute no seu fazer jurisdicional. Essa reprodução de práticas discriminatórias e o reforço de estereótipos de gênero ocorrem

⁴² As autoras discorrem também acerca de *estereótipos descritivos ou estatísticos* – aqueles que buscam descrever como as mulheres são; eles podem até, de modo geral, corresponder à realidade, mas são problemáticos por generalizarem as experiências de todas as mulheres. Por exemplo: homens, em geral, podem ser mais fortes que mulheres; mas lutadoras de MMA podem ser mais fortes que muitos homens. (COOK; CUSACK, 2010, p. 18).

acobertados pelo suposto paradigma de neutralidade que vige no Direito, que naturaliza estereótipos e impõem padrões de conduta, não apenas, mas especialmente às mulheres.

Considerando as características de persistência e dominação dos estereótipos, é pertinente verificar como as mulheres já foram retratadas no Direito para entendermos como isso reflete na forma como ela é representada atualmente. António Manuel Hespanha se dedica a traçar esse perfil histórico quanto às imagens sobre o feminino no Direito e elenca três representações sobre a mulher: (i) menos dignas; (ii) frágeis e passivas; e (iii) lascivas, astutas e más.

A imagem da mulher como *menos digna* com relação aos homens era pautada, sobretudo, nas leis da natureza e em concepções religiosas, entre as quais que as mulheres seriam responsáveis pelo pecado original. Essa representação foi, por muito tempo, utilizada como justificativa para incapacitá-las para atuar no espaço público, seja como profissionais ou como sujeitos políticos (HESPANHA, 2001, p. 75-81).

De modo semelhante, a imagem da mulher *frágil e passiva* difundiu a ideia de que as mulheres não eram seres autônomos, de forma que sua capacidade civil era equiparada à das crianças. Em razão disso, não poderiam, por exemplo, herdar os bens da família, além de ser necessário, para fins econômicos e civis, que estivessem sob a tutela de um homem – seu pai, antes do casamento, ou seu esposo, após contrair matrimônio (HESPANHA, 2001, p. 81-83).

Por último, a imagem das mulheres como *lascivas, astutas e más* faz referência à suposta perversidade das mulheres, cujo remédio seria seu rigoroso confinamento ao mundo doméstico (HESPANHA, 2001, p. 85). O autor ainda afirma que a lascívia era considerada a virtude moral oposta à honestidade, sendo esta uma virtude antinatural para as mulheres e que as impedia, por exemplo, de serem testemunhas (HESPANHA, 2001, p. 85-86).

Muitos desses estereótipos seguem vigentes no Direito, explícita ou implicitamente. A própria noção de *mulher honesta*, revogada do Código Penal apenas em 2005, leva a crer que as mulheres, de modo geral, continuaram a não ser consideradas dignas de confiança – imagem que permanece vigente no senso comum e nas práticas jurídicas. Como veremos na análise das sentenças, são diversos os julgados que ainda se pautam nesse ideal de mulher e, com base na correspondência ou não a esse perfil, decide-se se o depoimento da mulher é confiável, se a denúncia da vítima é verdadeira e se ela merece que seu agressor seja punido – o que gera um impacto particularmente maléfico para as mulheres vítimas e sobreviventes de violência.

Nesse sentido, Fabiana Severi afirma que as mulheres são retratadas pelo Judiciário como uma *categoria suspeita*: aquela que emite relatos exagerados ou mentirosos sobre a

violência sofrida, que utiliza o Direito como instrumento de vingança ou para obter vantagens e/ou que são corresponsáveis pelos abusos, por se comportarem de maneira contraestereotípica. Para a autora, estes e outros estereótipos, além de serem prejudiciais às mulheres de modo geral e compõem um obstáculo ao acesso das mulheres à justiça, são formas de violência institucional, praticadas pelo Estado e seus agentes (SEVERI, 2016b, p. 576).

Diante desse contexto, é importante reforçar que a violência contra as mulheres e a violência institucional, que gera revitimização de mulheres que foram violentadas, são formas de violação dos direitos humanos das mulheres – originadas ou agravadas pela disseminação de estereótipos de gênero. No que se refere à violência institucional, a Recomendação Geral nº 33 da CEDAW, sobre a qual já falamos, aponta que esses estereótipos são cotidianamente empregados por juízes e juízas:

Com frequência, juízes adotam rígidos padrões sobre comportamentos que consideram apropriados para as mulheres, penalizando aquelas que não agem conforme esses estereótipos. Os estereótipos também afetam a credibilidade dada às vozes, aos argumentos e depoimentos das mulheres, sistema de justiça, que pode, por como partes e testemunhas. Esses estereótipos podem levar juízes a mal interpretar ou aplicarem as leis. Isso tem profundas consequências, por exemplo, no direito penal, quando resulta que perpetradores de violações a direitos das mulheres não sejam considerados juridicamente responsáveis, mantendo-se assim uma cultura de impunidade. Em todas as áreas do direito, os estereótipos comprometem a imparcialidade e integridade do sistema de justiça, que podem, por sua vez, levar à denegação da justiça, incluindo a revitimização de denunciante. (CEDAW, 2015, p. 14).

Este diagnóstico, do qual parte a Recomendação e que decorre da análise dos relatórios proferidos pelos Estados Partes da CEDAW, realizadas pelo Comitê, além de identificar o uso de estereótipos como uma forma de violência e violação dos direitos humanos das mulheres, reafirma que o uso de estereótipos pode comprometer o acesso das mulheres à justiça. Assim, segue em consonância com o relatório emitido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em 2007.

A CIDH observou que a resposta judicial dos Estados americanos em casos de violência contra as mulheres era notavelmente deficiente e que não correspondia à gravidade e incidência do problema. Destacou, ainda, que vários países signatários da Convenção de Belém do Pará exibiam um padrão sistemático de impunidade, sendo que os procedimentos judiciais eram carentes em termos de investigação, sanção e reparação efetiva. Nesse sentido, a morosidade ao longo do procedimento investigativo e a falta de preparo dos profissionais, que muitas vezes culpabilizam as vítimas e/ou as revitimizam, são obstáculos reiterados ao acesso das mulheres à justiça. (CIDH, 2007).

Quando falamos em estupro, a situação se agrava – por isso falaremos especificamente sobre ele, para então tratarmos dos estereótipos de gênero comumente associados às vítimas de estupro.

4.1. Estupro

O *caput* do artigo 213 do Código Penal brasileiro traz o conceito normativo de estupro, que consiste em “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Compreende, assim, tanto a conjunção carnal, quanto os atos libidinosos praticados sem o consentimento da vítima, que poderá ser uma mulher ou um homem. Mas nem sempre foi assim. O estupro só passou a abranger atos libidinosos e deixou de limitar o sujeito passivo do crime à mulher a partir de 2009, com a promulgação da Lei 12.015.

Esta lei introduziu reformas importantes na legislação penal, algumas das quais já foram apresentadas nesta pesquisa, como a alteração do Título VI do CP de *dos crimes contra os costumes* para *dos crimes contra a liberdade sexual*. Alterações como esta são relevantes especialmente por provocarem um deslocamento discursivo: se nos crimes contra os costumes protegia-se a honra do pai, do marido ou da família, com a mudança na redação da lei o objetivo passa a ser proteger a liberdade sexual da vítima e, assim, a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo.

Nesse sentido, embora o marco legal do estupro passe a admitir o homem como vítima, as mulheres continuam sendo os principais alvos. Como aponta Catharine Mackinnon (1993), trata-se de uma forma de violência praticada, sobretudo, por homens contra mulheres, o que é sintomático de uma cultura de subordinação social das mulheres.

Rape is a sex-specific violation. Not only are the victims of rape overwhelmingly women, perpetrators overwhelmingly men, but also the rape of women by men is integral to the way inequality between the sexes occurs in life. Intimate violation with impunity is an ultimate index of social power. Rape both evidences and practices women's low status relative to men. Rape equates female with violable and female sexuality with forcible intrusion in a way that defines and stigmatizes the female sex as a gender. Threat of sexual assault is threat of punishment for being female.⁴³ (MACKINNON, 1993, p. 615).

⁴³ **Tradução livre:** O estupro é uma forma específica de violência contra as mulheres. Não só as vítimas de estupro são esmagadoramente mulheres, os agressores são esmagadoramente homens, mas também o estupro de mulheres por homens é parte integrante da forma como a desigualdade entre os sexos ocorre na vida. Violência íntima somada à impunidade é o maior indicativo que pode haver de poder social. O estupro evidencia e reproduz o status de inferioridade das mulheres com relação aos homens. O estupro equipara o feminino ao violável e a sexualidade feminina a uma intrusão forçada, de modo a definir e estigmatizar o sexo feminino como gênero. A ameaça de agressão sexual é uma ameaça de punição por ser mulher.

Assim, ao mesmo tempo em que o estupro é resultado de uma estrutura social que coloca as mulheres em situação de desvantagem, ele contribui para que essa estrutura se mantenha por meio da violência contra as mulheres. O estupro é, portanto, um tipo de violência de gênero, e conjuga violência sexual, física e psicológica, além de poder ser praticado no ambiente doméstico-familiar, ou fora dele.

É necessário observar que a estrutura que contribui para a subordinação social das mulheres e sustenta as agressões sexuais praticadas contra elas, é a mesma que coloca em dúvida a validade da palavra da vítima, que, na teoria, é considerada o vértice das provas nos crimes sexuais (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998b, p. 64). Pela própria natureza do delito, esses crimes não costumam deixar vestígios e são praticados na ausência de terceiros, o que leva à dificuldade de comprovação dos fatos por outras provas materiais ou pela participação de testemunhas no processo. Assim, se a veracidade do depoimento da vítima é questionada, pouco lhe resta para provar a violência sofrida.

Um aspecto a ser destacado, retomando a ideia de interseccionalidade, é que, embora todas as mulheres estejam suscetíveis a serem vitimadas, as mulheres negras, de classes populares, de baixa escolaridade e que habitam bairros periféricos são as que mais sofrem esse tipo de violência, como mostrou a pesquisa *Violência Sexual*, realizada pela Unicef (2014). No mesmo sentido, o Balanço de 2015 do Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) mostrou que cerca de 60% das vítimas de violência (física, sexual e psicológica) que utilizam este serviço de atendimento são pretas ou pardas (SPM, 2016, p. 12).

Os dados refletem uma realidade denunciada por Kimberle Crenshaw: historicamente, o estupro foi considerado um crime racial, na medida em que o processo poderia ser anulado, caso a vítima não fosse branca. A autora aponta, como reflexo dessa realidade histórica, que ainda hoje são raros os casos em que o agressor de uma mulher negra é condenado. Quando condenado, a duração média da pena para o estuprador de uma mulher negra é de dois anos, enquanto de uma mulher latina é de seis anos e de uma mulher branca, dez anos (CRENSHAW, 2004, p. 12-13).

Angela Davis complementa que o estupro, na verdade, é historicamente um crime cometido por homens brancos contra mulheres negras, na escravidão e como reflexo dela. No contexto escravagista, o estupro era também um instrumento de dominação econômica do proprietário e de controle do feitor sobre os corpos das mulheres negras na condição de escravas, praticado a fim de aniquilar o desejo delas de resistir (DAVIS, 2016, p. 20 e 36). Nessa perspectiva, a autora afirma que, embora o estupro seja praticado, sobretudo, por homens brancos, a maioria das acusações é dirigida a homens negros. Nesse sentido, informa

que “dos 455 homens condenados por estupro que foram executados entre 1930 e 1967, 405 eram negros” (DAVIS, 2016, p. 177).

Davis afirma que o racismo e a institucionalização do estupro contra mulheres negras na escravidão encorajaram a coerção sexual de modo geral, inclusive contra as mulheres brancas: “Uma vez que os homens brancos estavam convencidos de que podiam cometer ataques sexuais contra as mulheres negras impunemente, sua conduta em relação às mulheres de sua própria raça não podia permanecer ilesa” (DAVIS, 2016, p. 181). Nesse contexto, sexismo e racismo se retroalimentam, contribuindo para uma estrutura social de opressão.

As informações apresentadas por Angela Davis e por Kimberle Creenshaw referem-se aos Estados Unidos; no Brasil, não encontramos dados desta natureza, tampouco dados específicos sobre violência sexual contra mulheres negras. A ausência de dados também é um dado que evidencia o descaso de órgãos oficiais na produção de estatísticas acerca desta realidade e contraria a Recomendação Geral nº 35 da CEDAW, que prevê a criação de um sistema de coleta, análise e publicação regular de dados estatísticos que sejam desagregados tendo em vista os múltiplos marcadores sociais, que afetam algumas mulheres em diferentes graus e de diferentes maneiras.

A ausência desses dados impede que sejam formuladas respostas legais e políticas públicas adequadas, que levem em consideração as experiências concretas das mulheres e, em conjunto com a não indicação de cor/raça das vítimas e dos agressores nas sentenças, nos impossibilita de desenvolver uma análise com a perspectiva interseccional necessária. Em razão disso, abordaremos os estereótipos de gênero e relacionados ao estupro de modo geral, mas sempre lembrando que algumas mulheres se situam em eixos onde convergem múltiplas formas de discriminação que as subalternizam ainda mais.

4.2. Estereótipos de gênero sobre as mulheres vítimas de estupro

Quanto à relação entre estereótipos de gênero e estupro, Regina Schuller *et al.* (2010) afirma que os estereótipos estabelecem representações pouco flexíveis sobre a imagem da vítima, do agressor e da reação à agressão⁴⁴. Nesta questão, os estereótipos confundem-se

⁴⁴ Nesse sentido: “The woman who comes to the attention of the authorities has her victimization measured against the current rape mythologies, i. e., who she should be in order to be recognized as having been, in the eyes of the law, raped; who her attacker must be in order to be recognized, in the eyes of the law, as a potential rapist; and how injured she must be in order to be believed. If her victimization does not fit the myths, it is unlikely that an arrest will be made or a conviction obtained.” (R v. SEABOYER, 1991 *apud* SCHULLER *et al.*, 2010, p. 760).

com os mitos sobre o estupro, definidos como preconceitos, estereótipos e falsas crenças sobre o estupro, a vítima de estupro e seu agressor (BURT, 1980, p. 217). São exemplos de mitos sobre o estupro: a mulher que *realmente* foi estuprada teria resistido o máximo possível fisicamente, teria lesões físicas graves e visíveis e informaria imediatamente a polícia; o estuprador é um monstro, desconhecido da vítima e sem acesso ao sexo consensual; o estupro é causado por um *impulso* estimulado pela aparência, roupa ou comportamento da mulher (SCHAFFRAN, 2005).

É importante destacarmos a distinção que Regina Schuller *et al* (2010, p. 765) traçam entre estereótipos de gênero e estereótipos sobre a vítima de estupro. Isso porque, apesar de muitas vezes esses estereótipos se confundirem, como quando se atribui ao comportamento da vítima, em desacordo com valores tradicionais, a responsabilidade pela violência sofrida, há casos em que eles se distinguem. Por exemplo: o suposto dever da mulher de casar é um estereótipo de gênero, mas não um estereótipo sobre a vítima; enquanto o dever de cooperar com a polícia e prestar depoimento sempre que for solicitada é um comportamento esperado da vítima como *prova* de que realmente sofreu uma agressão sexual, mas não é diretamente um estereótipo de gênero⁴⁵.

Tratamos neste trabalho especialmente sobre os casos em que estereótipos de gênero e estereótipos sobre a vítima se sobrepõem, razão pela qual poderemos usar ambas as expressões indistintamente. Não acreditamos que isso será um problema, até mesmo porque tanto os estereótipos de gênero, quanto os estereótipos sobre a vítima de estupro são utilizados como meio para negar ou justificar a agressão sexual do homem contra a mulher, além de poderem ser utilizados para a absolvição do agressor.

Nesse sentido, quando a vítima não for considerada recatada e respeitável, quando conhecer o agressor, quando não estiver sóbria, quando não tiver resistido ou não puder provar que resistiu, ou quando não tiver denunciado o crime imediatamente à polícia, não será avaliada como uma vítima genuína (SCHULLER *et al*, 2010, p. 762-764). Ou seja, quando não corresponder ao estereótipo de vítima, ou de mulher honesta, a mulher poderá passar rapidamente de vítima a responsável pela violência sofrida.

Tradução nossa: A mulher que busca as autoridades tem sua vitimização medida com base nos mitos relacionados ao estupro, por exemplo, quem ela deveria ser para ser reconhecida como tendo sido, aos olhos da lei, estuprada; que seu atacante deve ser para ser reconhecido, aos olhos da lei, como um potencial estuprador; e como ela deve estar ferida para que acreditem nela. Se sua vitimização não se encaixa nos mitos, é improvável que uma prisão seja decretada ou que uma condenação seja obtida.

⁴⁵ É preciso destacar, contudo, que a aceitação de estereótipos tradicionais de gênero prediz a aceitação de mitos relacionados ao estupro, de modo que, mesmo quando estes estereótipos não se sobrepõem, há uma correlação subjacente entre eles (GRUBB; TURNER, 2012, p. 447).

Por essa razão, Silvia Pimentel, Ana Lúcia Schritzmeyer e Valéria Pandjarian (1998a, p. 57) afirmam que o estupro é “o único crime do mundo em que a vítima é acusada e considerada culpada da violência praticada contra ela”. As autoras abordam essa inversão dos polos do processo na obra *Estupro: crime ou cortesia?* a partir da análise qualitativa de cinquenta processos judiciais de estupro, e concluem que a culpabilização das vítimas decorre muitas vezes de um esforço da defesa em desqualificá-la a partir do manejo dos diversos estereótipos associados à mulher no processo.

Como forma de denunciar a articulação desses estereótipos em prejuízo das mulheres, as autoras cunharam a expressão *in dubio pro stereotypo*, que faz alusão ao princípio da presunção de inocência (*in dubio pro reo*). Trata-se de uma crítica aos casos em que a presunção de inocência extravasa seus limites e se transforma em um julgamento por estereótipo: “além de contar com o benefício da dúvida, o réu conta também, a seu favor, com o benefício do estereótipo e da discriminação social, em detrimento do respeito à cidadania da vítima mulher.” (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998a, p. 131).

A reprodução desse tipo de conduta no sistema de justiça, e mesmo a omissão do Estado em coibir práticas desta natureza, contribuem para a criação e manutenção de um ambiente hostil para as mulheres. Isso pode ajudar a explicar, por exemplo, o fato de o estupro ser um dos crimes mais subnotificados no Brasil: estima-se que apenas 7,5% dos casos sejam reportados à polícia (DATAFOLHA; CRISP, 2013, p. 14). Como antecipamos na introdução deste trabalho, muitas mulheres deixam de denunciar o crime por medo de que não acreditem nela e pela crença de que o sistema legal não punirá o agressor⁴⁶ – fatores que mostram que os espaços do Judiciário não são acolhedores para as mulheres e evidenciam os múltiplos obstáculos que impedem o acesso das mulheres à justiça.

Notamos, portanto, que as diversas reformas legais realizadas no ordenamento jurídico brasileiro não foram suficientes para alterar a cultura de gênero vigente no Judiciário. Nesse sentido, destacamos a importância de programas de conscientização e capacitação para os agentes do sistema de justiça como medida indispensável para a mudança deste paradigma (CEDAW, 2015, p. 14-15; BRAGA; ANGOTTI; MATSUDA, 2014, p. 8). Somado a isso, é preciso tornar essas violências naturalizadas visíveis, o que Rebecca Cook e Simone Cusack (2010) sugerem que se faça por meio da nomeação dos estereótipos.

⁴⁶ Amy Buddie e Arthur Miller acrescentam que muitas mulheres que são estupradas não se identificam como vítimas de estupro (BUDDIE; MILLER, 2001, p. 139). Este fato dá indícios de que as mulheres também podem padecer da naturalização das múltiplas formas de violência praticadas contra elas – seja por desconhecimento ou por uma questão de sobrevivência.

As autoras propõem que a eliminação das múltiplas formas de discriminação contra as mulheres depende da eliminação dos estereótipos de gênero. Nesse contexto, identificar e nomear estes estereótipos seria uma etapa indispensável, parte de uma tarefa semelhante ao diagnóstico de uma enfermidade, sem o qual é impossível iniciar um tratamento. Afirmam, desse modo, que nomear permite revelar um dano individual inicialmente oculto e, com isso, reconhecer e dar visibilidade às experiências coletivas de opressão decorrentes dos estereótipos (COOK; CUSACK, 2010, p. 54-57).

Tendo em vista essa necessidade de nomear e dar visibilidade aos estereótipos de gênero que integram o Judiciário e que obstam o acesso das mulheres à justiça e, assim, a efetivação dos direitos humanos das mulheres, a pergunta que buscamos responder neste trabalho é: quais são os estereótipos que obstam o acesso das mulheres vítimas de estupro à justiça? Para tanto, analisamos sentenças de 1º grau do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) proferidas no ano de 2016 em crimes de estupro. Explicaremos, na sequência, como foram buscadas e selecionadas essas sentenças que compõem o corpus de análise desta pesquisa.

4.3. Procedimento de coleta de dados

A busca dos julgados foi realizada por meio da *Consulta de julgados de 1º Grau*⁴⁷, no Portal de Serviços E-SAJ, do Tribunal de Justiça de São Paulo. Optamos por trabalhar com julgados da 1ª instância porque, historicamente, as mudanças no entendimento e na atuação dos tribunais são promovidas pelas bases do Judiciário. Por outro lado, o contato entre os juízes/juízas e as partes na audiência poderia aflorar estereótipos de gênero que pudessem prejudicar o acesso das mulheres à justiça e transparecer nas sentenças.

Inicialmente, realizei⁴⁸ uma pesquisa exploratória, testando uma série de combinações de palavras-chave. Na pesquisa final⁴⁹ foram utilizadas as seguintes coordenadas: (i) em *Pesquisa Livre*, utilizei as palavras-chave: “213” e “NÃO vulnerável”; (ii) em *Classe*, selecionei a opção: “Ação Penal - Procedimento Ordinário”; (iii) em *Assunto*, selecionei a opção: “Estupro”; e (iv) indiquei como data inicial 01/01/2016 e como data final 31/12/2016.

⁴⁷ PORTAL DE SERVIÇOS E-SAJ. Acesso em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjpg/>>.

⁴⁸ Como afirmamos no capítulo de metodologia, vide nota 9, em alguns momentos, por uma questão de lógica, utilizarei a primeira pessoa do singular.

⁴⁹ As pesquisas exploratórias foram realizadas entre 26 de agosto de 2016 e 06 de fevereiro de 2017. A pesquisa final, por sua vez, foi realizada em 03 de março de 2017.

Com o item (i) busquei evitar resultados que envolvessem estupro de vulnerável (artigo 217-A, do Código Penal), embora considere o estudo do tema extremamente relevante, por entender que abranger esses resultados no contingente de julgados analisados acrescentaria uma série de outras variáveis, que não teria tempo hábil para analisar neste estudo. Mesmo quando coloquei apenas “NÃO vulnerável”, ou “NÃO 217-A”, estes resultados continuavam a aparecer, de modo que indicar o artigo 213 e o operador booleano⁵⁰ não somado ao *vulnerável* auxiliou na delimitação dos julgados encontrados. Já o item (ii) buscou excluir da pesquisa sentenças em Procedimentos Investigativos, como Inquérito Policial e Auto de Prisão em Flagrante, além de sentenças em Execução Criminal – presenças constantes nas buscas exploratórias. O item (iii) corresponde ao próprio objeto de estudo, enquanto que com o item (iv) busquei fazer um recorte temporal no estudo que fosse compatível com o tempo disponível para realizar a pesquisa.

Obtive, a partir da busca apresentada, 100 (cem) julgados. Entre eles, ainda apareceram julgados relativos ao estupro de vulnerável, termos de audiência e despachos, os quais foram excluídos da amostra. Também foram excluídas sentenças de embargos declaratórios e de extinção de punibilidade. Por fim, excluí também as sentenças de casos anteriores a 2010, uma vez que, como já explicamos nesta pesquisa, em 2009, houve a promulgação da Lei 12.015, que alterou o artigo 213, do Código Penal, e uniu o crime de estupro e o crime de atentado violento ao pudor em um único tipo penal. Com essas exclusões, chegamos ao contingente final, composto por 63 (sessenta e três) sentenças.

É importante, contudo, apontarmos alguns fatores que podem ter limitado os resultados encontrados. O primeiro deles, sobre o qual já falamos, é a questão da subnotificação dos crimes de estupro. Dois outros aspectos relevantes são: (i) o segredo de justiça; e (ii) as limitações inerentes à própria base de dados e mecanismo de busca do portal eletrônico do TJSP.

Embora a regra no processo penal seja o princípio da publicidade dos atos processuais, há casos em que, com a finalidade de preservar a intimidade das partes, o processo pode correr em *segredo de justiça* – hipótese em que o acesso ao processo se torna restrito às partes e aos seus advogados. Quando se trata de crimes contra a dignidade sexual, o artigo 234-B do Código Penal, incluído pela Lei nº 12.015 de 2009, determina que todos os

⁵⁰ Fabia Veçoso *et al* explicam que operadores booleanos “são códigos e símbolos disponibilizados pelos bancos de dados eletrônicos para auxiliar os usuários em suas pesquisas.” Estes operadores podem ser explícitos (tais como: “E”; “OU”; “NÃO”) ou implícitos (como o uso de aspas) (VEÇOSO *et al*, 2014, p. 113).

processos devem tramitar em segredo de justiça – o que pode ter reduzido de maneira significativa os resultados obtidos na busca de julgados.

Somado a isso, existem as particularidades das bases eletrônicas de julgados. Nesse sentido, Fabia Veçoso *et al* verificaram, ao analisar as bases eletrônicas de julgados dos tribunais superiores (STF e STJ), que os bancos de dados não disponibilizam todas as decisões via portal eletrônico de busca de jurisprudência. Além disso, o sistema de busca não varre o inteiro teor das decisões, apenas a ementa e um resumo estruturado, elaborado por funcionários do tribunal (VEÇOSO *et al*, 2014, p. 127). É possível, portanto, que existam limitações de natureza semelhante no portal do Tribunal de Justiça de São Paulo, as quais podem ter atuado como filtros implícitos nos resultados obtidos nesta pesquisa.

No tópico a seguir apresentaremos alguns dados considerados relevantes sobre os julgados a serem analisados. Esclarecemos, porém, que a intenção é apenas apresentar um cenário geral desses casos, e não propriamente realizar uma análise quantitativa.

4.4. Apresentação dos dados

Apresentaremos agora um panorama geral das 63 sentenças a serem analisadas, comparando os dados a elas referentes com resultados de outras pesquisas e relatórios oficiais. É importante termos em mente, ao observarmos esses dados, que a amostra que os embasa nesta pesquisa é pequena; portanto, por mais que os dados apresentados possam dar indícios do que comumente acontece no estado de São Paulo, eles devem ser lidos com cautela, a fim de evitar falsas generalizações.

Inicialmente, consideramos interessante verificar se há uma concentração de denúncias de crimes de estupro na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), também denominada Grande São Paulo⁵¹, com relação ao interior do estado.

⁵¹ Para efeitos deste trabalho, consideramos a classificação de Região Metropolitana de São Paulo da EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Urbano), segundo a qual a RMSP compreende 39 municípios: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jujutiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo (capital), Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>>.

Gráfico 2: Quantidade de processos por região (Grande SP e Interior). **Fonte:** elaborado pela autora.

Levando em consideração que o estado de São Paulo contém 645 municípios (IBGE) e que a Grande São Paulo abrange 39 deles – ou seja, 6% do total de municípios –, é possível notar certa prevalência das denúncias na região da capital. Isso porque 33,3% das sentenças encontradas nesta pesquisa foram julgadas em comarcas situadas na RMSP, ou seja, um terço dos julgados foi decidido em 6% dos municípios do estado.

Ao confrontarmos os dados desta pesquisa com relatórios oficiais, descobrimos que o Instituto *Sou da Paz*, com base nas estatísticas divulgadas pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, divulgou dados que permitem aferir que 22,5% das notificações de estupro à polícia no estado de São Paulo foram feitas na Grande SP e 77,5%, no interior (SOU DA PAZ; 2016, p. 16). Embora os dados sejam um pouco diferentes dos coletados nesta pesquisa, em ambos os casos prevalecem notificações na RMSP, pois 6% dos municípios concentram 22,5% das notificações.

Podemos especular acerca de possíveis motivos para essa prevalência. O primeiro deles seria a concentração populacional, uma vez que cerca de 50% da população estadual, isto é, mais de 20 milhões de pessoas habitam a RMSP. Outros fatores que podem influenciar esse resultado são a violência e o maior acesso à informação e a campanhas de conscientização na RMSP, havendo uma cultura de silêncio no interior. Como afirmamos, estas são apenas hipóteses, que podem vir a ser confirmadas ou refutadas em pesquisas futuras.

Um aspecto sempre presente em relatórios oficiais é o percentual de homens e mulheres correspondente às vítimas e aos agressores nos crimes de estupro. Acrescentamos a

esta análise, a composição em termos de sexo dos magistrados e das magistradas que proferiram as sentenças presentes neste estudo.

É importante observar que nem sempre a proporção um agressor para uma vítima é mantida. Assim, há um caso em que há mais de uma vítima (três vítimas, sendo o agressor o gerente de um estabelecimento onde as vítimas eram funcionárias) e há dois casos com mais de um agressor (dois agressores e uma vítima em cada um deles). Ainda, há mais de uma sentença proferida pelo mesmo juiz/juíza – melhor dizendo, uma juíza decidiu dois casos analisados nesta pesquisa e um juiz sentenciou também dois destes processos.

Gráfico 3: Distribuição por sexo das vítimas, agressores e juízas/juízes. **Fonte:** elaborado pela autora.

O percentual com relação ao sexo de vítimas e agressores nas sentenças analisadas se aproxima aos dados descritos em relatórios oficiais: enquanto nesta pesquisa 97% das vítimas são do sexo feminino, em relatórios oficiais, esse percentual é próximo de 90% (IPEA, 2014a, p. 8; SOU DA PAZ, 2016, p. 19); de modo semelhante, nesta pesquisa todos os agressores são do sexo masculino, o que corresponde aos dados oficiais, segundo os quais 97% dos agressores são homens (IPEA, 2014a, p. 9).

Os dados desta pesquisa correspondem ao esperado não apenas por se aproximarem dos dados que constam nos relatórios oficiais, produzidos a partir de amplas amostras, mas também por ratificarem o que mostram estudos sobre as mulheres e estudos de gênero: o estupro é um crime cometido majoritariamente por homens contra mulheres. Assim, não se trata de um crime cometido *apenas* contra mulheres – os dois casos presentes entre as

sentenças em análise evidenciam isso -, mas é um crime praticado *predominantemente* contra mulheres. Não por acaso, a violência sexual é abrangida pelo conceito de violência de gênero contra as mulheres, como mostram o artigo 2º da Convenção de Belém do Pará e o artigo 7º da Lei Maria da Penha.

É interessante notarmos também a distribuição das sentenças tendo em vista o sexo de quem a profere, isto é, se é um juiz ou uma juíza responsável pelo caso. Neste trabalho, cerca de 30% dos casos foram julgados por juízas, enquanto 70% foram decididos por juízes. Trata-se de um dado interessante, especialmente quando confrontado com estatísticas acerca da composição por sexo do Poder Judiciário. Nesse sentido, o Censo do Poder Judiciário mostrou o percentual de magistrados segundo os ramos da Justiça, por sexo, de modo que, na Justiça Estadual, 65,5% dos magistrados eram do sexo masculino e 34,5%, do sexo feminino (CNJ, 2014, p. 37).

Assim, além da significativa e ainda presente concentração de homens na magistratura, de modo geral, e na Justiça Estadual, competente para julgar os crimes de estupro, os dados produzidos nesta pesquisa parecem evidenciar um agravamento dessa desigualdade. Este agravamento pode ser atribuído à *segregação horizontal* – fenômeno estudado no contexto da feminização das profissões jurídicas, segundo o qual as mulheres (juízas, inclusive) são levadas a atuar em áreas consideradas próprias ao gênero feminino, como o Direito Civil, em detrimento de áreas como o Direito Econômico e o Direito Penal⁵².

Como o crime de estupro compete às varas criminais da Justiça Estadual, que as magistradas são desestimuladas a ocupar em nome de uma suposta incompatibilidade de gênero, ainda que 65% dos magistrados da Justiça Estadual sejam homens e 35% sejam mulheres, nesta pesquisa, 70% são juízes e 30% são juízas. Sendo assim, a diferença entre os resultados obtidos nesta pesquisa e no censo do CNJ, além da discrepância com relação ao tamanho da amostra, pode decorrer do fenômeno da segregação horizontal.

Voltando a tratar dos sujeitos inscritos nas sentenças estudadas, é importante observarmos a relação entre a vítima e o agressor nos casos analisados.

De início, destacamos a dificuldade em classificar as múltiplas relações existentes, assim como relatou Daniella Georges Coulouris (2004). Isso porque há casos, como na Sentença 41, em que a vítima e o acusado se conheceram no dia em que o crime foi praticado; porém, conversaram e se estabeleceu uma relação inicial de confiança anterior ao delito – razão pela qual o agressor foi classificado como conhecido.

⁵² Para entender melhor, consulte Ulrike Schultz e Gisela Shaw (2003).

De modo geral, classificamos o acusado como *familiar*, quando tinha uma relação de parentesco com a vítima – o que abrangeu, nesta pesquisa, pai, tio, padrasto e companheiro da mãe. Na categoria *parceiro íntimo*, por sua vez, foram alocados agressores que já tinham tido qualquer relação amorosa, afetiva e/ou sexual com a vítima (ex-ficante, ex-namorado ou ex-marido). Já entre os *conhecidos* foram inseridos amigos da família, vizinhos, colega de trabalho e locatário da vítima. Por fim, os *desconhecidos* abrangeram tanto aqueles que conheciam de vista a vítima, sem nunca terem conversado, quanto os desconhecidos de fato, que nunca tinham se visto antes.

Gráfico 4: Percentual de condenação e absolvição a depender da relação da vítima com o agressor (familiar, conhecido, desconhecido e não identificável). **Fonte:** elaborado pela autora.

Assim, se somarmos as categorias *familiar*, *parceiro íntimo* e *conhecido*, chegamos a 55% do total das sentenças analisadas. Nesse sentido, os dados obtidos nesta pesquisa são bastante semelhantes aos dados levantados pelo Instituto Sou da Paz (2016, p. 21-22), segundo os quais cerca de 60% dos estupros foram cometidos por um agressor com algum tipo de relacionamento com a vítima (25% familiar; 4,8% relacionamento amoroso; e 29% conhecido), enquanto 35,5% foram cometidos por desconhecidos. De modo semelhante, os dados produzidos por Silvia Pimentel, Ana Lucia Schritzmeyer e Valéria Pandjarian⁵³

⁵³ É necessário esclarecer que a pesquisa realizada pelas autoras e publicada na obra “Estupro: crime ou cortesia?” envolveu também a análise de casos de assédio, além de ter sido realizada antes da promulgação da Lei 12.015/2009, que incluiu no tipo penal de estupro o atentado violento ao pudor.

(1998a, p. 189), que também dividiram os casos analisados quanto ao tipo de relacionamento existente entre réus e vítimas em duas categorias: parentes/conhecidos (54%) e desconhecidos (14%).

Os dados desta pesquisa descritos no gráfico 4 sugerem, ainda, que parece haver uma relação inversamente proporcional entre proximidade vítima/réu e condenação. Ou seja, quanto mais íntima a relação entre a vítima e o agressor, mais difícil condenar o réu – ou mais difícil acreditar na vítima. Desse modo, quando a vítima e o réu tiveram um relacionamento anterior, mais de 80% dos casos resultaram em absolvição; quando o acusado era uma familiar, mais de 60% das sentenças foram absolutórias; e quando o agressor era um conhecido, a probabilidade de condenação era de 50%. Em contrapartida, caso o réu fosse um desconhecido, a chance de condenação era de 80% - o que reforça um dos principais mitos relacionados ao estupro: do estuprador como um desconhecido da vítima.

Uma última observação com relação ao gráfico 4, também válida para o gráfico 5, é que uma das 63 sentenças analisadas resultou em absolvição imprópria (artigo 26, do Código Penal). Apesar de a absolvição imprópria ser apontada no artigo 386, inciso V, do Código de Processo Penal, como uma das causas de absolvição, optamos por classificar este caso como condenação, em razão de haver a imposição de uma pena ao réu: a medida de segurança.

Passamos, então, ao gráfico 5, no qual descrevemos o percentual de condenações e absolvições por sexo dos juízes e das juízas.

Gráfico 5: Percentual de condenações e absolvições por sexo dos juízes e juízas. **Fonte:** elaborado pela autora.

Embora alguns estudos demonstrem um viés de gênero no julgamento de determinadas demandas, como em casos de discriminação (BOYD; EPSTEIN; MARTIN, 2010; GREZZANA, 2011) e mesmo de estupro (ARCE; FARIÑA; FRAGA, 2000), não podemos afirmar que esse enviesamento tenha sido encontrado nesta pesquisa. Isso porque, tanto a diferença percentual em termos de condenação, quanto a diferença percentual referente à absolvição determinada por juízes e juízas, corresponde a apenas uma sentença (4%). Somado à discrepante quantidade de casos julgados pelos magistrados, isto é, quase 70% do total, esse fato impede uma comparação fidedigna, que demandaria ao menos uma quantidade equânime de julgados para cada um dos sexos.

Dificuldade semelhante foi encontrada por Fernanda Andrade Almeida (2016). A pesquisadora analisou uma série de julgados para testar a hipótese de que o gênero do magistrado influencia o resultado das decisões judiciais; no entanto, não chegou a uma conclusão definitiva, especialmente pelo fato de constatar a assimetria de gênero na composição do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, descrito pela autora como “um espaço dominado pelo gênero masculino”.

Como a autora, não podemos, nesta pesquisa, recorrer ao viés de gênero, ou seja, a uma suposta diferença no modo de julgar das juízas e dos juízes, como justificativa para o aumento da participação das mulheres na magistratura. Contudo, a mera observação do gráfico permite concluir que não é necessário utilizar este argumento para defender uma maior participação feminina, basta que vejamos a absoluta falta de representatividade das mulheres. Dito de outra forma, apesar de as mulheres comporem 55% da população mundial, apenas 30% dos casos em análise foram julgados por juízas – dados que evidenciam a persistente desigualdade das mulheres no acesso a posições de poder no espaço público.

Consideramos, diante disso, que, embora não seja indispensável que as mulheres julguem de um modo diferente ou particular com relação aos homens, é imprescindível que tenhamos um Judiciário minimamente representativo como pré-requisito para uma conformação mais democrática e plural.

Focamos, a partir de agora, em alguns aspectos relacionados aos crimes imputados aos réus. Inicialmente, temos o intuito de verificar qual o percentual total de sentenças absolutórias e condenatórias, para depois analisar se há alguma distinção em termos de condenação/absolvição quando se trata de um crime consumado ou tentado.

Gráfico 6: Percentual de condenações e absolvições por conduta (consumada ou tentada). **Fonte:** elaborado pela autora.

Quanto ao percentual total de sentenças condenatórias, embora a quantidade de sentenças analisadas nesta pesquisa seja reduzida, os dados obtidos dão indícios de que houve um aumento no percentual de condenações. Isso porque, nesta pesquisa, 57% dos casos resultaram na condenação do acusado, enquanto na pesquisa realizada por Silvia Pimentel, Ana Lucia Schritzmeyer e Valéria Pandjarian (1998a, p. 80), há quase vinte anos, o percentual de sentenças condenatórias em primeira instância foi de 46% ⁵⁴.

As autoras levantaram, nesta mesma pesquisa, outro dado interessante: destas 46% sentenças condenatórias, apenas 2% referiam-se a tentativas de estupro (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998a, p. 80). Comparando esta informação com os dados que podem ser aferidos a partir do gráfico 6, descobrimos que, das 57% sentenças condenatórias, 16% se referem à conduta tentada de estupro. Ou seja, os dados sugerem um aumento ainda maior nas condenações quando tratamos especificamente da tentativa de estupro.

É importante esclarecermos, contudo, que as condutas foram classificadas como consumadas ou tentadas a depender dos artigos indicados na denúncia do Ministério Público – informação presente no relatório da sentença. Ou seja, se presente o artigo 14, inciso II, do CP, a conduta foi classificada como tentada; caso contrário, como consumada. Consequência direta desse critério de classificação é que a condenação não corresponde necessariamente à modalidade denunciada. Isso porque é possível que em um caso denunciado como estupro consumado tenha havido condenação, porém na modalidade tentada.

⁵⁴ Essa comparação deve ser analisada com os cuidados que explicamos na nota 53.

Uma análise atenta das sentenças, nesse sentido, permitiu identificar que dos 36 casos em que houve condenação, 21 foram como estupro consumado⁵⁵ (58%). Ainda entre as denúncias de estupro consumado: em quatro casos houve condenação como tentativa (11%); em um caso como furto (3%); e em um houve absolvição imprópria (3%); Já sobre as denúncias de tentativa de estupro, sete delas resultaram em condenação nos mesmos termos (19%); uma condenação foi por roubo (3%); e em uma houve desclassificação para importunação ofensiva ao pudor, nos termos do artigo 61, do Decreto-Lei 3.688/1941 (3%).

Sob um prisma geral, em 58% dos casos houve condenação por estupro consumado, em 30% como tentativa de estupro, sendo o percentual remanescente (12%) composto por condenações por roubo, furto e importunação ofensiva ao pudor, além de uma absolvição imprópria.

Outros dados importantes relativos ao total de condenações (36 sentenças) se referem ao regime de cumprimento da pena e à possibilidade de recorrer em liberdade. Quanto ao primeiro ponto: 75% dos réus foram condenados a cumprir a pena em regime fechado, 17% em regime semiaberto e 8% em regime aberto. Já quanto ao segundo, 72% dos condenados não puderam recorrer em liberdade, ao passo de 28% puderam. Alguns juízes atribuem a condenação em regime fechado e a impossibilidade de o réu recorrer em liberdade ao fato de o estupro ser tipificado como um crime hediondo, previsto no artigo 1º, inciso V, da Lei 8.071/1990. Outros sequer justificam essas decisões e ignoram por completo a previsão constitucional de individualização da pena, disposta no artigo 5º, inciso XLVI, da CF.

Mudando um pouco o enfoque, isto é, tendo em vista o percentual total de absolvições (43%) – e não mais de condenações –, consideramos interessante verificar também quais são as alegações mais frequentes do acusado ao se defender. O gráfico 7, apresentado a seguir, mostra uma síntese dos resultados.

⁵⁵ É interessante destacar que em um dos casos, apesar de na denúncia constar tentativa de estupro, a condenação se deu como estupro consumado.

Gráfico 7: Frequência das alegações do acusado (estratégia de defesa). **Fonte:** elaborado pela autora.

Notamos, assim, que a alegação clássica da defesa é negar a ocorrência do crime, sendo a segunda alegação mais comum alegar o consentimento da vítima quanto à prática do ato sexual. Estas parecem ser de fato as estratégias mais fáceis e assíduas, tendo em vista a dificuldade de se colherem provas que corroborem a versão da vítima em crimes sexuais. Ainda, foi possível identificar que alguns réus confessaram a prática do delito. Por outro lado, há casos em que o réu é revel e/ou a sentença não permitiu identificar o argumento de defesa.

Quanto a este ponto, quer seja, a impossibilidade de identificar a alegação da defesa, ressaltamos que em pelo menos cinco das 63 sentenças analisadas, os juízes⁵⁶ sequer relataram os fatos, impedindo que conhecêssemos até mesmo as versões das partes sobre o que acontecera. Não identificar a versão do réu, nesse contexto, pode ser sintomático, pois em alguns desses casos o juiz parece não relatar os argumentos da defesa porque simplesmente acaba por atuar ele próprio como defensor do réu e acusador da vítima – ponto a ser abordado com maior profundidade no tópico seguinte.

Não por acaso, a causa mais frequente de absolvição do réu é a falta de provas (incisos II e VII), que embasou mais de 95% das decisões absolutórias analisadas, como mostra o gráfico 8.

⁵⁶ Coincidentemente ou não, observamos que os juízes que proferiram estas cinco sentenças eram todos homens.

Gráfico 8: Frequência das causas de absolvição do acusado nas sentenças. **Fonte:** elaborado pela autora

Apresentado um panorama geral das sentenças analisadas, passaremos, então, à análise de conteúdo das sentenças, na qual buscaremos identificar a existência de estereótipos sobre mulheres vítimas de estupro.

4.5. Análise de sentenças em crimes de estupro

Como metodologia de investigação, utilizaremos nesta pesquisa a análise de conteúdo, a partir de uma abordagem predominantemente qualitativa. Para Laurence Bardin, a análise de conteúdo é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2001, p. 42).

A autora aponta que a análise de conteúdo deve consistir no tratamento da informação contida nas mensagens, ou seja, deve-se partir do *corpus* de análise (mensagem), mas não se restringir a ele. Nesse sentido, Bardin afirma que o objetivo da análise de conteúdo deve ser manipular as mensagens de modo a realçar aquilo que está por trás delas, o que permite “inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2001, p. 46).

Para alcançar este objetivo, a pesquisadora ou o pesquisador deverá ter em vista três fases no desenvolvimento da análise: (i) a pré-análise, que consiste na fase de organização do material e envolve a escolha dos documentos a serem analisados e a formulação das hipóteses e dos objetivos do estudo; (ii) a exploração do material, que está relacionada à criação das categorias analíticas; e (iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, que se referem à análise propriamente dita (BARDIN, 2001, p. 95-141).

Nesta pesquisa, como já foi esclarecido, optamos por trabalhar com sentenças de 1º grau do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, em casos de estupro julgados em 2016. Essas sentenças foram lidas e organizadas por eixos temáticos, a fim de identificar como as mulheres que buscaram o sistema de justiça (vítimas) eram retratadas, o que subsidiou a construção de categorias de análise. Admitimos como pressuposto dessa construção a necessidade de identificar e nomear os estereótipos de gênero, como destacaram Rebecca Cook e Simone Cusack (2010). Assim, de modo subjacente à leitura flutuante⁵⁷, estava a ideia de nomear essas categorias analíticas com base nos estereótipos encontrados.

Apresentaremos, a seguir, a categorização e a análise propriamente dita, entretanto, antes disso, consideramos importante expor como foi o contato inicial com as sentenças analisadas, destacando algumas observações e impressões gerais sobre elas.

4.5.1. *Impressões iniciais*

Primeiramente, é relevante esclarecer que tinha a expectativa de encontrar sentenças descaradamente machistas e cheias de estereótipos facilmente identificáveis como violações dos direitos humanos das mulheres. No entanto, não foi exatamente assim que o primeiro contato com as sentenças ocorreu. A partir de uma leitura flutuante, identifiquei alguns aspectos problemáticos que geraram certo incômodo, mas nem sempre era possível atribuir uma causa específica a este desconforto. Depois de alguns retornos à teoria, esses incômodos passaram a tomar forma e a receber nomes, que foram convertidos em categorias.

Esse processo dependeu de compreender a sentença como um documento oficial que já é uma interpretação, pois, assim como o processo judicial como um todo, é uma expressão textual cujo objetivo é traduzir uma experiência (OLIVEIRA; SILVA, 2005, p. 256). A sentença é, portanto, uma interpretação dos fatos realizada a fim de dar um desfecho ao

⁵⁷ A *leitura flutuante* é definida por Laurence Bardin como uma primeira leitura, que consiste em um contato inicial com o texto. Trata-se de uma “leitura intuitiva, muito aberta a todas as ideias, reflexões, hipóteses, uma espécie de *brainstorm*” (BARDIN, 2001, p. 75).

litígio; nesse sentido, cada palavra ou tempo verbal escolhidos têm um peso e um significado, assim como a seleção dos trechos dos depoimentos do réu, da vítima e das testemunhas também é consequência de um exercício de valoração quanto ao que realmente importa ser reafirmado nos autos e será determinante para o resultado da decisão. Nesse contexto, as juízas e os juízes exercem um papel importante, como destacamos até aqui: eles e elas não são meros porta-vozes do discurso oficial do Estado; seus valores, crenças e experiências influenciam sua atuação (OLIVEIRA; SILVA, 2005, p. 256).

Analisar essas escolhas semânticas e valorativas como imbricadas na atividade jurisdicional permite entender porque termos como a vítima “*in thesis*”, “teria sido constrangida”, ou “o suposto crime” geram incômodo. Na verdade, essas expressões reforçam uma estrutura vigente que subalterniza as mulheres e, como já explicitamos, as torna ou as mantém como uma categoria suspeita. Assim, embora seja uma linguagem usualmente empregada no Direito, é necessário ressaltar o poder inerente a ela, os sentidos que dela emanam e os efeitos que gera.

De modo semelhante, essas escolhas estão latentes na sentença de modo geral, na atenção que se dá ao caso. Quanto a este ponto, um dado interessante é a quantidade média de páginas das sentenças. Tendo como base as 63 sentenças analisadas, o tamanho médio das sentenças condenatórias era de 8 (oito) páginas, variando de 3 a 30 páginas, enquanto no caso das sentenças absolutórias, a média era de 5 (cinco) páginas, variando de 2 a 10 páginas. Estes dados poderiam não ser considerados relevantes, já que é possível alegar que o princípio da presunção de inocência em benefício dos acusados demanda uma argumentação extensa e cuidadosa. Embora isso seja verdade, há decisões absolutórias que beiram ao descaso, nas quais os juízes ou juízas sequer relatam o que aconteceu – seja pela sua perspectiva ou a partir dos depoimentos da vítima, do réu ou das testemunhas. Certamente o tamanho da sentença não é sinônimo de qualidade, mas quando ele é indicativo de negligência por parte do julgador, torna-se um dado que não pode ser ignorado.

Também não podemos ignorar o fato de, em diversas sentenças, o juiz ou a juíza argumentar em sentidos contraditórios. É comum, por exemplo, o magistrado ou a magistrada ressaltar a importância da palavra da vítima de modo abstrato, para, na sequência, a desqualificarem no caso concreto, como ocorreu na sentença que segue:

Assim sendo, embora seja cediço que em crimes contra os costumes a palavra da vítima assume grande importância, isto porque delitos desta natureza são sempre praticados na mais perfeita clandestinidade, presentes apenas os agentes passivo e ativo da infração, no caso em questão, não é possível condenar o réu com base

exclusivamente em tal depoimento, uma vez que **tudo** indica que a relação sexual foi consensual. (Sentença 19)⁵⁸ (grifo nosso)

Se a palavra da vítima deve ser levada em consideração, no mínimo, não se pode dizer que *tudo* indica que o estupro não se caracterizou no caso em questão. Ao menos o depoimento da vítima e, no caso, de uma testemunha de defesa, levavam a uma conclusão diversa.

Assim como a contradição pode consistir em destacar a importância da palavra da vítima, para então decidir de modo contrário no caso concreto, também há casos em que o juiz afirma que a palavra da vítima deve ser sopesada com cautela, para na sequência atribuir-lhe credibilidade, como no caso abaixo:

Como bem se sabe, os relatos dos ofendidos devem ser sopesados com cautela. Desse modo: **‘As declarações da vítima devem ser recebidas com cuidado, considerando que sua atenção expectante pode ser transformadora da realidade, viciando-se pelo desejo de reconhecer e ocasionando erros judiciários’** (JUTACRIM 71:306).

Finda a instrução, resta evidenciada a responsabilidade do réu pela prática a ele imputada na peça inicial. A palavra da vítima foi firme e clara ao descrever a agressão e a prática de conjunção carnal consumada.

Não se deve olvidar que nesta espécie de delito, de natureza sexual, a palavra da vítima assume preponderante importância por ser a única prova de que dispõem a acusação, em face da clandestinidade da infração. (Sentença 9) (grifo nosso).

Sem entrar, por enquanto, no mérito da citação, focando apenas na contradição, ao que parece, os juízes separam algumas citações de acórdãos e da doutrina que sempre são utilizadas, independente das peculiaridades do caso concreto e do caráter condenatório ou absolutório da sentença. Isso leva a uma série de incoerências no conteúdo das decisões, além de evidenciar certo descaso e negligência com casos tão delicados e complexos.

Outro aspecto contraditório se refere ao segredo de justiça. Já havíamos notado que, apesar de o artigo 234-B do Código Penal determinar que os processos relativos a crimes contra a dignidade sexual devem tramitar em segredo de justiça, foi encontrada na busca de jurisprudência do TJSP uma quantidade considerável de julgados. Somado a isso, observamos que na maioria das sentenças constam os nomes completos do réu e da vítima.

Quanto à vítima, o nome aparece de modo integral em 76% das sentenças analisadas; em 19% dos casos aparecem apenas suas iniciais; e em apenas 5% das decisões a intimidade da vítima é, de fato, protegida. Quanto ao réu, seu nome completo consta em todos os processos. Levando em consideração que a sentença é de primeira instância e a decisão ainda não transitou em julgado, sendo cabível recurso, isso também torna essa exposição bastante

⁵⁸ Optamos por enumerar as sentenças e por não revelar o número dos processos por questões éticas, principalmente tendo em vista que o nome das partes não foi, na maioria dos casos, preservado.

problemática, especialmente por ferir o princípio da presunção de inocência, previsto no art. 5º, inciso LII, da Constituição Federal⁵⁹.

Quanto à culpabilidade do réu, aproveitamos para destacar que, nesta pesquisa, não partimos do pressuposto de que todos os réus sejam culpados, ou que todas as sentenças condenatórias sejam equivocadas. O objetivo é apenas analisar como foram articulados os argumentos nas sentenças para construir a verdade que fundamenta cada uma das decisões, a fim de mostrar como as mulheres são retratadas nesses contextos. Ressaltamos, por fim, que as mulheres podem ser representadas de maneira estereotipada tanto em sentenças absolutórias, quanto nas condenatórias – de modo que os processos que dão origem a estas sentenças (e elas próprias) podem ser tão ou mais desgastantes para as mulheres que aquelas, isto é, absolutórias.

Vejamos, então, quais os estereótipos identificados nessas sentenças.

4.5.2. *Mulher honesta*

Augusto Triviños, ao explicar a análise de conteúdo, destaca a importância desta técnica se embasar não apenas no contexto linguístico, mas também no histórico das expressões e dos conceitos (TRIVIÑOS, 1987, p. 163). Nesse sentido, consideramos essencial explicitar o contexto em que a expressão *mulher honesta* esteve presente na legislação penal, pois, embora revogada do Código Penal (CP), ela continua vigente no imaginário social e gera reflexos nas sentenças – seja de maneira implícita ou, até mesmo, explícita.

Antes da promulgação da Lei 11.106/2005, o termo *mulher honesta* era expressamente previsto em três artigos do CP: (i) no artigo 215, que tipificava a posse sexual mediante fraude, nos seguintes termos: “Ter conjunção carnal com *mulher honesta*, mediante fraude”, sendo a pena maior se o crime fosse praticado contra *mulher virgem*; (ii) no artigo 216, que previa o atentado ao pudor mediante fraude, tipificado como “Induzir *mulher honesta*, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”; e, por fim, (iii) no artigo 219, que considerava crime o rapto violento ou mediante fraude, redigido da seguinte forma: “Raptar *mulher honesta*, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso”.

Embora a palavra *honesto* tenha sido revogada dos três artigos com as novas redações propostas pela lei 11.106/2005, no caso do artigo 215, o aumento de pena para

⁵⁹ Art. 5º - “LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

vítimas virgens e a alteração da tipificação do crime, de *posse sexual mediante fraude* para *violação sexual mediante fraude* só ocorreu em 2009, com a promulgação da lei 12.015, que também revogou na íntegra os artigos 216 e 219, do CP. Assim, ao menos até 2009, uma realidade nada remota, ainda persistia na lei a ideia de mulher como coisa a ser possuída.

Com isso, apresentamos o contexto em que se inscreveu a expressão *mulher honesta*, mas permanece a dúvida: o que caracteriza uma mulher como honesta? Como essa expressão se manifesta nas sentenças? Quais as consequências de ser considerada uma mulher honesta ou de não se enquadrar nessa categoria? A primeira destas perguntas foi respondida por Daniella Georges Coulouris:

(...) o conceito de mulher honesta compreendia a forma de se comportar socialmente, as roupas utilizadas, o tipo de trabalho que realizavam (ou que de preferência não realizavam), o ambiente social que frequentavam ou em que residiam, sua adequação à moral sexual discursivamente prescrita em textos legais, orientações religiosas, médicas, familiares, educativas, manuais de etiqueta social e revistas femininas populares no Brasil desde o início do século XX. (COULOURIS, 2004, p. 12).

É possível notar, a partir da explicação de Daniella, que a honestidade a que se refere o termo não se restringe à integridade ou ética da mulher, envolve, sobretudo, a adequação do seu comportamento aos padrões sociais vigentes na época, inclusive quanto ao (não) exercício de sua sexualidade. Ou seja, um bom comportamento deveria ser acompanhado pela retidão sexual, isto é, pela castidade da mulher.

Ressaltamos que o termo *mulher* tem sido empregado neste tópico no singular justamente porque a expressão *mulher honesta* tem um sentido essencialista e universalista, que representa como todas as mulheres *deveriam ser*, o que obsta o exercício da individualidade e da autonomia plena das mulheres. Trata-se, portanto, de um estereótipo prescritivo, pois designa um ideal de mulher a que todas as mulheres deveriam se conformar. Nesse contexto, as mulheres que se encaixam nesse estereótipo de honestidade têm sua credibilidade cancelada pelo Poder Judiciário, enquanto aquelas que não correspondem ao modelo previsto têm sua palavra desacreditada.

Os dois trechos transcritos a seguir se referem a acórdãos citados pelos juízes nas suas respectivas sentenças. O primeiro deles, citado em três das sentenças analisadas nesta pesquisa, mostra como a noção de mulher honesta continua viva no Judiciário, mesmo quando não é empregada de maneira expressa: é a mulher que se adéqua às convenções sociais de comportamento e, por isso, goza de prestígio e confiança.

É irrecusável que a palavra da vítima, nos crimes de violência sexual, assume excepcional relevância, devendo merecer credibilidade e prevalecer sobre a palavra

do acusado, quando apoiada nas demais provas dos autos, **e goze de boa reputação** (TJSP - AC - Rel. Alves Braga – RT 448/339). (Sentença 24; Sentença 36; Sentença 56) (grifo nosso).

Assim, ocorre, no caso, um deslocamento da pauta do julgamento do crime para a vida pregressa da mulher, de modo que sua conduta familiar, afetiva e sexual será investigada a fim de deliberarem sobre a lisura da sua reputação e, com isso, sobre a credibilidade atribuída à sua palavra. Da mesma forma ocorre no segundo trecho, citado em duas das sentenças analisadas, em que o juiz enaltece a figura da *mulher recatada*.

Os crimes contra os costumes, via de regra, a prova não é coletânea dos fatos, quase sempre sendo mais circunstancial que direta. Assim, a palavra da vítima é de maior valor probante, especialmente quando se trata de **mulher recatada, sem aparente interesse em prejudicar o indigitado autor do delito** (TJSP - AC - Rel. Hoepfner Dutra - RT 419/88). (Sentença 24; Sentença 56) (grifo nosso).

No caso, o juiz entende como *mulher recatada* aquela que não tem interesse em prejudicar o agressor; admite, assim, de maneira implícita, que a mulher que exerce a sua sexualidade poderá acusar o réu apenas para prejudicá-lo. Destacamos que, nesse contexto, também está inserida a crença de que o agressor da mulher recatada é um desconhecido, como ocorre nas três sentenças que citam os trechos de acórdãos transcritos (Sentenças 24, 36 e 56). Assim, o distanciamento da mulher com relação ao seu agressor reduz a dúvida quanto à possibilidade da acusação ter sido feita injustamente, o que auxiliará a caracterizá-la como uma mulher honesta.

É interessante observarmos quanto aos excertos citados que a escolha dos juízes de reproduzir esses acórdãos demonstra uma anuência tácita com relação ao seu conteúdo; ou seja, se o juiz citou o trecho transcrito, é porque concorda com ele. Outra possibilidade é que ele simplesmente transcreva esses excertos, sem refletir sobre eles. Em ambas as hipóteses, o juiz reproduz esses estereótipos acriticamente e, com isso, torna-se corresponsável pela sua perpetuação⁶⁰.

Tratando agora apenas dos textos escritos pelos juízes e juízas responsáveis pelas sentenças analisadas, sem mais nos referirmos às citações por eles empregadas, é importante repararmos como há uma expectativa de que a mulher honesta seja também uma super-heroína em defesa da sua honra. Os trechos abaixo ilustram esse ponto.

Ora, em razão da **pronta reação da ofendida que bravamente lutou contra seu algoz**, não é possível determinar se ele realmente tinha ou não a intenção de estuprá-la, muito embora todos os indícios apontem neste sentido. (Sentença 47)

⁶⁰ Algo semelhante ocorreu no caso *Vertido v. Philippines*, julgado pelo Comitê da CEDAW, em que o Estado Parte foi condenado após ter absolvido o agressor do crime de estupro com base em estereótipos de gênero sobre a vítima, o agressor e o próprio crime, desconsiderando as peculiaridades do caso concreto (CEDAW, 2010).

Já o crime de estupro, entretanto, foi apenas tentado. O réu, para satisfazer sua lasciva, despiu-se, deitou-se sobre a vítima e passou a ameaça-la, **mas ela não cedeu, ao contrário, resistiu bravamente e conseguiu sair-se ilesa, ao menos fisicamente.** (Sentença 50) (grifos nossos).

É curioso notar como é de certa forma paradoxal a expectativa com relação à vítima: ao mesmo tempo em que ela deve ser frágil e recatada, espera-se que ela reaja *bravamente* diante de qualquer ameaça à sua honra. E deve, ainda, tomar cuidado para que essa reação não seja tão eficaz a ponto de impedir que o juiz identifique qual era a real intenção do réu ao abordá-la.

Nesse sentido, no primeiro caso, a *pronta reação da ofendida* impossibilitou que o juiz deduzisse se o réu pretendia, de fato, estuprá-la – mesmo que o réu tenha dito na Delegacia que a tinha estuproado –, razão pela qual o acusado foi absolvido. Já no segundo, a condenação foi por tentativa de estupro, uma vez que a bravura da vítima permitiu que ela saísse ilesa *ao menos fisicamente*. É importante destacar, quanto a este ponto, que a expressão citada (ao menos fisicamente) é um indicativo de que o juiz interpretou o termo *violência*, expresso no *caput* do tipo penal de estupro, de maneira restritiva, ressaltando que não houve violência física em detrimento de averiguar a possibilidade de ter sido empregada violência psicológica, que também pode gerar danos gravíssimos para a vítima.

Diante do que colocamos, parece que a reação da vítima em sua própria defesa é considerada uma característica associada ao perfil da mulher honesta; no entanto, se a atuação da mulher for tão efetiva a ponto de o crime não deixar vestígios físicos, ela poderá deixar de corresponder ao estereótipo de vítima e, com isso, não mais receber a proteção do Estado.

Quanto ao estereótipo de vítima, observamos com base nas sentenças que, de modo geral, não basta que a mulher honesta tenha sido vítima de estupro, é preciso que ela *pareça* ter sido vítima. Assim, é curioso como os juízes e juízas ressaltam trechos dos depoimentos das testemunhas em que elas descrevem o estado emocional da vítima. Nesse contexto, ganham destaque os depoimentos dos policiais militares, testemunhas contumazes nessas situações por entrarem em contato com a vítima logo após o crime, a fim de socorrer-na.

Expressões como: “(a vítima) mostrou-se muito abalada quando o viu (réu)” (Sentença 38), “encontraram a vítima nua e visivelmente com o estado emocional alterado” (Sentença 44) e “a vítima explicou o que havia acontecido, confirmando o estupro, estando bastante abalada e com ferimento no lábio e o rosto vermelho” (Sentença 59) são alguns exemplos de como os juízes ressaltam esses aspectos nas sentenças. Com relação a esses casos, é interessante destacar dois pontos: primeiro, que as três citações apresentadas se

referem justamente às falas de policiais militares, cujos depoimentos gozam de fé pública, isto é, presunção de veracidade; e, segundo, que as três sentenças resultaram na condenação dos respectivos réus.

Seria possível argumentar que os juízes e juízas não necessariamente avaliaram esses depoimentos como provas centrais. No entanto, como eles ressaltaram os trechos citados nas sentenças, provavelmente os levaram em consideração ao julgar o caso, ou, ao menos, ao julgar a credibilidade da vítima. Essa influência, em alguns casos, é explicitada na própria decisão judicial, como na Sentença 49, em que o juiz responsável pelo caso destaca a descrição relatada pelos policiais quanto à emotividade da vítima para, logo na sequência, decidir:

Nos crimes sexuais, que ocorrem na clandestinidade, a palavra da vítima é de suma importância, ainda quando congruente nas duas fases da persecução em que é ouvida. Mas somado a isto, **reforço mais uma vez, que os policiais militares Getúlio e Dário, esclareceram para este julgador, que mantiveram contato com a ofendida logo em seguida aos fatos, e destacaram que a ofendida estava muito nervosa, abalada, em pânico, e que diante disto demonstrava dizer a verdade.** (Sentença 49).

Assim, o juiz reafirma a importância da palavra da vítima e atribui um peso relevante ao depoimento dos policiais. Isso nos gera a dúvida se o juiz, de fato, considera a palavra da vítima central, ou se apenas acreditou nela porque os policiais testemunharam de modo a descrever suas impressões pessoais acerca da emotividade dela após o fato.

De modo semelhante, pode ocorrer que a vítima se emocione em juízo e que o juiz leve esse fato em consideração ao decidir, como ocorreu na Sentença 56, em que o juiz afirmou: “A vítima Danielle apresentou importante relato em Juízo, **tendo ficado visivelmente emocionada e abalada ao relator o ocorrido**” (grifo nosso). Tanto a Sentença 49, quanto a Sentença 56 foram condenatórias.

Essas sentenças mostram uma tendência geral: as pessoas acreditam que as mulheres foram vítimas de agressão sexual com maior frequência quando elas aparentam estar emotivas e tristes, em detrimento de quando parecem calmas e controladas. Esta é uma realidade preocupante e que vai de encontro ao que acontece na realidade, em que cada vítima reage à sua maneira e segundo as suas forças.

É curioso, ainda, que essa tendência só seja válida quando a vítima corresponde aos estereótipos de gênero vigentes na sociedade, ou seja, quando é considerada uma mulher honesta; caso contrário, será vista da mesma forma como uma mulher que se comporta de maneira não emotiva, como mostram Regina Schuller *et al.*

These results suggest that the claims of those gender-stereotypic complainants who conform to expectations and act in an emotional way are viewed most positively. The claims of gender-stereotypical complainants responding in an unexpected nonemotional way, however, may be viewed with greater scepticism. Indeed, the validity of the claims made by the nonemotional gender-stereotypic woman was perceived to be as low as the validity of the claims made by the gender-counter stereotypic woman.⁶¹ (SCHULLER et al, 2010, p. 776).

Isso significa que não é suficiente ser considerada uma mulher honesta, assim como não é suficiente parecer ter sido vítima de estupro, é preciso corresponder a ambos os estereótipos para que a vítima mereça que as pessoas acreditem na violência praticada contra ela. No entanto, a emotividade não é o único indício de que a mulher que denuncia o estupro parece ter sido vítima de violência sexual. As marcas resultantes de agressão física também cumprem essa função, como mostra o trabalho realizado por Janice Du Mont, Karen-Lee Miller e Terri Myhr (2003).

O estudo revelou que a agressão física e o uso de força são indicativos de que a vítima em questão é uma vítima *de verdade* (*real victim*) e de que o crime alegado corresponde, de fato, a um estupro (*real rape*) – isto é, trata-se de um ato de violência, praticado por um desconhecido e, de preferência, em um lugar público e deserto. As pesquisadoras verificaram, ainda, que as vítimas têm maior probabilidade de denunciar a agressão sexual sofrida quando foram fisicamente agredidas enquanto resistiam ao crime (DU MONT; MILLER; MYHR, 2003, p. 469 e 478).

Os juízes parecem concordar que a agressão física comprova que a mulher é, de fato, vítima, como mostra a Sentença 62.

A vítima Karina⁶² disse que estava amamentando, quando o réu entrou pela porta, que estava aberta, e pegou a faca na cozinha, levando a vítima ao banheiro e trancando a porta. O acusado mandou a vítima tirar as vestes e rasgou-as. A ofendida disse que foi xingada e ameaçada de morte. Karina entrou em luta corporal com o réu e chamou por ajuda.

(...)

Saliente-se que a versão da vítima, isto é, de que entrou em luta corporal com o acusado, encontra-se amplamente comprovada pelo laudo pericial de fl. 33, o qual atesta que Karina sofreu inúmeras lesões, conforme dito por ela na fase administrativa e em juízo. (Sentença 62)

⁶¹ **Tradução nossa:** Esses resultados sugerem que as denúncias das vítimas que correspondem aos estereótipos de gênero e agem de forma emocional são vistas de forma mais positiva. As denúncias das vítimas que correspondem aos estereótipos de gênero, mas não respondem de modo emocional, no entanto, podem ser vistas com maior ceticismo. Na verdade, a validade das alegações feitas por mulheres que correspondem aos estereótipos de gênero e respondem de modo não-emocional foi percebida como tão baixa quanto as denúncias feitas por mulheres que se comportavam de maneira contraestereotípica com relação ao gênero.

⁶² Os nomes da vítima e do réu serão alterados sempre que mencionados nos julgados, a fim de preservar a identidade de ambos.

No caso, a vítima estava dentro de sua casa amamentando sua filha quando foi surpreendida pelo réu. A amamentação como exercício da maternidade e do cumprimento dos papéis que a sociedade espera de uma mulher permitem caracterizá-la como honesta. De modo semelhante, as inúmeras lesões sofridas e comprovadas pelo laudo pericial qualificam-na como vítima. O perfil da mulher honesta, acompanhado das agressões físicas, levou à condenação do réu.

Podemos sintetizar, quanto ao que apresentamos neste tópico, que a mulher honesta é aquela que se comporta segundo os padrões de conduta impostos pela sociedade, defende sua honra bravamente e, se for sexualmente agredida, parecerá ser vítima, de modo que se comportará de maneira emotiva e apresentará marcas físicas da violência praticada contra ela, que terá como agressor um desconhecido. Admitindo todos esses pressupostos, a vítima terá sua credibilidade reconhecida pelo juiz.

Nesse sentido Silvia Pimentel, Ana Lucia Schritzmeyer e Valéria Pandjarian:

O Código Penal e a própria doutrina explicitam que, no crime de estupro, é a liberdade sexual da mulher que é protegida, independentemente de sua moralidade. A doutrina é uníssona quanto à palavra da vítima constituir o vértice de todas as provas nos crimes contra os costumes. Entretanto, na avaliação das provas, pouco ou nenhum valor têm suas palavras quando não se caracteriza sua 'honestidade'. (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998b, p. 64).

Assim, as pesquisadoras afirmam que, embora o Código Penal e a doutrina sejam harmônicos quanto à importância da palavra da vítima em casos de estupro independente de ser julgada a sua conduta, na prática, a credibilidade da vítima dependerá da caracterização da sua honestidade, como verificamos com base na análise das sentenças. Somado a isso, como vimos, historicamente, a honestidade foi considerada uma virtude antinatural para as mulheres (HESPANHA, 2001, p. 85-86), o que nos leva a concluir que, na verdade, a mulher honesta é uma exceção; a regra geral é que as mulheres não são consideradas dignas de confiança.

Veremos, então, o que acontece quando a mulher não cumpre todas as condições para ser considerada honesta.

4.5.3. *Mulheres não são confiáveis*

O estereótipo *mulheres não são confiáveis*, diferente de quando falamos da *mulher honesta*, é um estereótipo descritivo. Isso não significa que ele, de fato, descreva uma característica atribuível a todas as mulheres, apenas que as pessoas acreditam, consciente ou inconscientemente, que essa generalização seja válida para todas elas. Nesse sentido, se para

ser considerada uma mulher honesta é necessário que a mulher cumpra todos os pré-requisitos relacionados à conduta familiar, social e, até mesmo, sexual; para que ela não seja considerada confiável, basta ser mulher.

Daniella Georges Coulouris inicia sua tese de doutorado apresentando a *história da desconfiança das mulheres*, o que faz por meio da narrativa do caso vivido por Artemísia Gentileschi (1593-1656), primeira mulher a ser aceita na Academia de Belas Artes de Florença, na Itália. Quando Artemísia completou 17 anos, foi estuprada por um pintor famoso, amigo de seu pai. Ao invés de ter seu agressor condenado, Artemísia foi torturada.

A escolha do método de tortura foi atingir aquilo que ela tinha de mais precioso. Então, suas mãos foram amarradas e retorcidas até que ela “confessasse” a falsidade de sua denúncia contra um homem respeitável. Uma punição por sua denúncia considerada, de antemão, falsa. E talvez uma punição por ser uma mulher que ousara se transformar em artista em um período em que as oficinas de pintura não aceitavam, de forma alguma, mulheres como aprendizes. (COULOURIS, 2010, p. 10).

A tortura não fez com que Artemísia desmentisse sua acusação, entretanto, seu agressor não foi considerado culpado. Como Daniella destaca, talvez por ser uma mulher à frente de seu tempo, pintora em uma época que restringia muito mais as liberdades das mulheres, Artemísia não tenha preenchido os requisitos para ser considerada uma mulher honesta. A pintora passou a usar a arte para denunciar o crime e a sua dor.

Figura 2: “Suzanna e i Vecchioni” (1610), de Artemísia Gentileschi.

Do Século XVII aos dias atuais muitas coisas mudaram; no entanto, a desconfiança com relação à palavra da vítima não parece ser uma delas. Ainda hoje, há uma crença amplamente compartilhada de que as mulheres mentem sobre terem sido sexualmente violentadas, imputando falsamente o crime ao acusado.

Embora essa crença vá de encontro a estudos que mostram que o percentual de falsas acusações de estupro é baixíssimo, próximo a 2% do total de denúncias (GRUBB; TURNER, 2012, p. 445), essa ideia parece imperar inclusive no Judiciário, em que, quando as mulheres não corresponderem ao estereótipo de gênero da mulher honesta e/ou não parecerem ter sido vítimas de estupro, terão sua credibilidade questionada, como ocorreu na Sentença 12.

Em Juízo, o réu negou a prática do crime. Disse que a relação íntima foi consentida e que ambos já tinham um relacionamento anterior.
 Por outro lado, comparando os depoimentos da vítima e das testemunhas ouvidas, em juízo, **não se conclui com a certeza necessária ter o acusado empregado violência física ou grave ameaça contra a vítima**, para praticar os atos libidinosos. É que a prova oral também indica que **o depoimento da vítima não foi convincente**, militando a dúvida em favor do acusado.
O próprio policial destacou que a vítima não aparentava ter sido vítima de crime de estupro. (Sentença 12) (grifo nosso).

Nesta sentença, a alegação do réu de que ele teria tido um relacionamento anterior com a vítima a desqualifica como mulher honesta, cujo agressor é sempre um desconhecido; somado a isso, o depoimento do policial destacou que a mulher não correspondia ao estereótipo de vítima, pois *não aparentava ter sido vítima*. O juiz demonstrou concordar com esta afirmação ao afirmar que não constatou que o acusado tenha empregado violência física ou grave ameaça. É importante destacar, quanto a este ponto, que o juiz interpreta restritivamente o artigo 213 do Código Penal, que tipifica o estupro, pois o crime não exige que a violência seja *física*. Decidindo dessa forma, reforça, portanto, não apenas o estereótipo de vítima, mas também o estereótipo de estupro. O juiz concluiu afirmando que a versão apresentada pela vítima não foi considerada convincente e absolveu o acusado.

Daniella Coulouris afirma que há uma tendência geral a desconfiar da vítima quando não há ou não parece ter havido uso de violência física no crime: “a mulher adulta que denuncia um homem por estupro será sempre vista com desconfiança, principalmente se não for agredida ou explicitamente ameaçada” (COULOURIS, 2004, p. 147). Na Sentença 51, a violência física como indício de que a mulher *realmente* foi vítima de estupro se repete.

Deve ser ressaltado que a vítima não apresentava quaisquer sinais de lesões pelo corpo, a denotar possível ação de resistência ao agressor. Além disso, apresentava deflorada na data do exame, de data não recente.
 Os relatos da vítima são extremamente confusos, impregnado de incerteza e dúvidas, não autorizando o édito condenatório.

A prova testemunhal não permite concluir que o acusado agiu da forma como descrita na imputação, pois a **versão incriminadora apresentada pela vítima carece de verossimilhança**. (Sentença 51) (grifo nosso).

Neste caso, a ausência de marcas físicas que provassem a resistência à agressão impede que a mulher corresponda ao estereótipo de vítima e que seja considerada a heroína que a mulher honesta deve ser. Além disso, o fato da vítima ter sido deflorada em data não recente, ou seja, não ser virgem, parece ser o atestado final de que não se trata de uma mulher honesta.

É interessante observarmos que nesta sentença o juiz tanto acredita na inocência do réu, que denomina a versão dos fatos apresentada pela vítima de *incriminadora*, ou seja, o réu é inocente, a vítima é que quer torná-lo um criminoso. De maneira subentendida, portanto, o juiz considera a vítima mentirosa.

Como veremos na sequência, a partir da análise de outros casos, este é um estereótipo compartilhado pelos juízes e que se manifesta de formas variadas. Mulheres mentem porque querem incriminar o réu, porque são vingativas, porque demoraram para denunciar o estupro, porque são interesseiras, ou simplesmente porque são mulheres.

Nesse sentido, na Sentença 26, o juiz considerou inverossímil e contraditória a versão dos fatos narrada pela vítima por considerá-la diferente do que *costumeiramente acontece* em casos de estupro.

A prova produzida, durante a instrução criminal, é fraca e malsegura, uma vez que os **relatos da vítima são absolutamente incompatíveis com o que no mais das vezes ocorre**, ferindo a razoabilidade. **Os depoimentos tomados, conquanto tendentes a confortar a versão incriminadora da vítima, mostram-se dissociados do que costumeiramente acontece** e de todo o colhido não se extrai certeza de violência capaz de mitigar reação da vítima. (Sentença 26) (grifo nosso).

Em que pese os depoimentos das testemunhas tenham sido considerados harmônicos com relação ao depoimento da vítima, o magistrado não acreditou nos fatos narrados por considerá-los diferentes do que ele acredita que costuma acontecer nesses casos. Melhor dizendo, a versão dos fatos apresentada pela vítima não coincidia com os estereótipos compartilhados pelo magistrado sobre o crime de estupro. O curioso (e preocupante) é que o juiz não relata na sentença qual a versão da vítima quanto aos fatos, tampouco o que ele acredita ser habitual em casos de agressão sexual. Como consequência natural da argumentação do juiz, o réu foi absolvido.

Também são frequentes os casos em que a mulher é considerada mentirosa com base em uma análise minuciosa de sua conduta pregressa, notadamente, de sua vida sexual. É o que ocorreu na Sentença 13, em que, a fim de deliberar acerca da credibilidade da palavra da

vítima, a juíza desloca o julgamento dos fatos para o comportamento da mulher, passando a investigar se ela era ou não virgem à época do ocorrido.

Ocorre que **a vítima afirmou a esta magistrada que a sua primeira relação sexual foi com o réu, quando a testemunha Guilherme**, advertido sob o compromisso de dizer a verdade e, mesmo maior e capaz, acompanhado do pai em audiência, **asseverou ter namorado Beatriz antes do nascimento da irmã e que tiveram relação sexual**, por duas vezes, em dois finais de semana que dormiu na casa da namorada. (Sentença 13) (grifo nosso).

Não vamos entrar no mérito se a vítima mentiu ou não quanto a ser virgem, o ponto a ser observado é que averiguar a virgindade da vítima não deveria sequer estar em pauta, pois evidentemente não faz parte do mérito da ação. Além disso, não podemos deixar de notar que a palavra da vítima é totalmente desacreditada diante do depoimento da testemunha: seu ex-namorado. Quanto a este ponto, é importante observar que, embora a vítima seja frequentemente acusada de imputar falsamente a denúncia ao réu, especialmente quando eles já tiveram um relacionamento anterior, o mesmo raciocínio (e desconfiança) não se aplica a testemunhas do sexo masculino que já se relacionaram com a vítima. A juíza conclui “com esses desencontros de relatos, pode até ser que o fato criminoso tenha realmente ocorrido, mas a única prova (palavra da vítima), não é segura para uma condenação”.

A Sentença 13 não é um caso isolado: várias decisões fazem alusão ao comportamento da vítima – seja para absolver o réu, como se o comportamento da vítima pudesse ser considerado uma excludente de punibilidade, seja para condená-lo. Isso significa que, mesmo quando o Judiciário conclui pela culpa do agressor, a vítima não estará a salvo de ser revitimizada. Nesse sentido, pudemos observar que, em alguns casos, o comportamento da vítima é sopesado na dosimetria da pena, como a seguir: “Por fim, não há o que se analisar sobre o comportamento da vítima” (Sentença 30), “O comportamento da vítima não influenciou na prática do crime” (Sentença 52) e “a vítima em nenhum momento contribuiu para a prática do crime” (Sentença 60).

Assim, aparentemente, para que a vítima não seja considerada culpada pelo estupro praticado contra ela, o magistrado terá que absolvê-la na sentença. Essa prática é uma grande evidência de que os polos processuais, de fato, são invertidos nos crimes de estupro, sendo a vítima colocada em julgamento junto com o réu ou, até mesmo, em seu lugar.

Nesse contexto de desconfiança, qualquer alteração na versão dos fatos apresentada pela vítima poderá ser um indício do desvio de seu comportamento. Na Sentença 45, por exemplo, o juiz ressalta: “A vítima Verônica quando ouvida na fase investigativa relatou que o réu lhe fez sexo oral, mas não pediu que ela fizesse nele; em juízo mudou a versão

afirmando que o denunciado a obrigou a manter sexo oral nele”. Aparentemente, essa pequena mudança no depoimento da vítima ao narrar os fatos foi responsável para que vítima fosse considerada mentirosa. Possivelmente, de maneira paralela, o fato de a vítima ter sido apontada pelo réu como prostituta deve ter contribuído, conscientemente ou não, para que o juiz determinasse a absolvição do réu.

Há casos, ainda, em que o juiz sequer indica qual a suposta alteração que ele teria identificado no depoimento da vítima. Na Sentença 8, por exemplo, o juiz apenas afirma: “a versão apresentada em Juízo pela vítima divergiu daquela apresentada à Autoridade Policial” e, de modo semelhante, na Sentença 20: “a vítima apresentou versões diversas na delegacia e em juízo”. Sentenças que comprometem o acesso das mulheres à justiça, a um julgamento com boa qualidade e, até mesmo, a possibilidade da vítima recorrer da decisão, já que ela não sabe ao certo qual fundamento fatídico embasa a sentença.

Quando a vítima tiver, de fato, alterado seu depoimento, o resultado será ainda mais cruel. É o que ocorre na Sentença 3, em que a vítima afirmou em juízo que não teve relacionamento anterior com o réu, para depois, na acareação, admitir que já tinha tido relação sexual com ele em outras três oportunidades. O magistrado acrescentou a essa informação o fato da vítima ter mentido sobre estar menstruada na data dos fatos e decidiu: “Remetam-se cópias dos depoimentos prestados em juízo ao Ministério Público para análise de **denunciação caluniosa** pelas vítimas.” (Sentença 3) (grifo nosso).

É interessante notar que o juiz ignora a possibilidade da vítima ter mentido quanto ao relacionamento anterior com o réu por ter conhecimento acerca da persistente impunidade nos crimes praticados por agressores conhecidos, especialmente parceiros íntimos, como mostram alguns dados apresentados nesta dissertação. Além disso, a sentença alimenta o estereótipo segundo o qual, porque o réu e a vítima já tiveram um relacionamento, ela consentiu com a relação sexual na data dos fatos, não admitindo que, apesar de já terem tido relação sexual em outras ocasiões, na data dos fatos a vítima poderia perfeitamente ter tido seu consentimento violado.

Nesse sentido, Amy Grubb e Emily Turner comentam o estudo de Lisa Frohmann (1991) em que esta autora verificou que os promotores eram menos propensos a dar prosseguimento à denúncia em casos de estupro quando a vítima admitiu ter flertado com o acusado, permitiu que ele a levasse para a casa, consentiu com a prática de alguns atos sexuais, ou tinha ingerido álcool antes da ocorrência dos fatos criminosos (GRUBB; TURNER, 2012, p 445). Tratam-se, portanto, de formas variadas de culpabilizar a vítima pela agressão sofrida por ela, destacando aspectos relacionados ao seu comportamento.

A análise das sentenças confirmou que existe uma tendência dos juízes acreditarem que a *consequência lógica* do consentimento com relação a alguns atos, como os apresentados acima, é a anuência com relação a todos os atos subsequentes. Isso significa que será difícil que o juiz acredite na palavra da vítima quando ela tiver saído com o réu “por vontade própria”, o que parece, aos olhos do magistrado, ser suficiente para que a vítima consinta com o que quer que aconteça nessa ocasião.

Saliente-se que a vítima Laura estava em companhia do acusado **por vontade própria**. Foi a vítima e sua irmã Ana que solicitaram carona ao réu e pediram para que ele as levasse para passear na cidade de Ariranha, e ainda que chamasse seu amigo Albert, para acompanhar Ana, **restando mais que evidente que a intenção de todos era ter uma aventura amorosa naquela noite**. (Sentença 55) (grifo nosso).

O consentimento da mulher ganha ainda menos importância quando o juiz aponta o fato da vítima ter ingerido álcool antes dos fatos terem ocorrido, o que a descaracteriza como mulher honesta.

Ademais, deve ser ressaltado que foi noticiado nos autos que em referida lanchonete, a vítima **fez ingestão de considerável quantia de bebida alcoólica**, conforme admitido por ela própria e por sua irmã Ana, arrolada como testemunha de acusação. (...)

Não que isso comprove a inocorrência dos fatos ou o consentimento da vítima para eventual conjunção carnal e ato libidinoso, **mas ao menos indica essa possibilidade, ou seja, de que a vítima possa ter consentido para o ato, até mesmo por estar sob o efeito de álcool, e depois tenha se arrependido**.

Neste diapasão, também é possível que o desmaio, vômito e mesmo crise de choro da ofendida, relatado pelas testemunhas Ana e Leandro, possam ser decorrentes de eventual estado de embriaguez de Laura. (Sentença 55) (grifo nosso).

O magistrado chega a afirmar que a emoção exibida pela vítima após os fatos teria sido, na verdade, efeito do álcool. Assim, admite como hipótese que a vítima poderia ter consentido com o ato sexual e se arrependido posteriormente – motivo que a teria levado a incriminá-lo. Uma vez caracterizada como mulher mentirosa, não estaria longe de ser considerada culpada pelo crime, sendo sugerido pelo juiz que ela poderia ter, inclusive, forjado as evidências.

Nenhum dos médicos ouvidos foi incisivo em dizer que a vítima foi submetida à conjunção carnal e sexo anal mediante violência física ou moral. Nem mesmo que as marcas de mordidas apresentadas pela vítima, no braço, indicassem ter sido ela vítima de violência, pois, segundo eles, eram de natureza superficial. Também **disseram que era possível que tivessem sido produzidas pela própria vítima**. (Sentença 55) (grifo nosso).

O juiz decide pela absolvição do réu, conclusão que não poderia ter sido diferente, tendo em vista a argumentação desenvolvida por ele. Neste caso, a ingestão de álcool pela

vítima parece ter exercido um papel central. No mesmo sentido, estudos mostram que este é um fator que comumente leva à culpabilização da vítima. Amy Grubb e Emily Turner mostram que vítimas que ingeriram bebidas alcoólicas antes de serem sexualmente violentadas são mais responsabilizadas pela agressão sofrida que vítimas que não as consumiram. De modo semelhante, os acusados são considerados menos culpados pelo crime praticado quando a vítima estiver bêbada, o que, curiosamente, independe do fato dele ter ingerido álcool antes dos fatos (GRUBB; TURNER, 2012, p. 449).

Independentemente do consumo de álcool pela vítima ou pelo réu, ao que parece, o nível de desconfiança do magistrado com relação à palavra da vítima não tem limites. Na Sentença 11, chega ao extremo: o magistrado solicita laudo psicológico a fim de averiguar o pleno exercício das faculdades mentais da vítima que denuncia o estupro sofrido.

Ela (vítima) foi ouvida pela psicóloga do setor técnico deste fórum e **o laudo apontou que ela apresenta ‘curso e forma do pensamento dentro da normalidade** com elaboração de crítica adequada e planificação futura consciente’. **Disso se depreende que, ao menos no plano teórico, não parece haver indicativos de que ela mente.** (Sentença 11) (grifo nosso).

É interessante observar que, de maneira implícita à requisição de perícia psicológica, soma-se ao estereótipo da mulher mentirosa outro estereótipo bastante comum: as mulheres são loucas. Esse é o *motivo* pelo qual as pessoas também consideram comum que ela tenha fantasiado sobre a ocorrência do estupro, como na Sentença 34.

O acusado, em juízo nesta Comarca, negou os fatos contidos na denúncia, alegando que a **acusação feita por sua filha ocorreu em razão de ciúmes por sua enteada** (mídia digital de fls. 141).
(...)
Não bastasse, a vítima declarou sofrer abusos sexuais de três familiares distintos, nas respectivas oportunidades em que morou com cada um destes familiares, **o que traz sério indícios de que a vítima possa ter fantasiado tais circunstâncias.** (Sentença 34) (grifo nosso).

Ressaltamos que não cabe ao magistrado julgar se a vítima inventou ou não o crime. Seu papel é julgar se o acusado cometeu ou não a infração penal. No entanto, parece haver uma grande dificuldade dos magistrados em entender que julgar a vítima não é o objetivo do processo.

A sentença ainda destaca a estratégia de defesa alegada pelo réu para que sua filha o tenha incriminado: acusá-la de ciúmes da enteada. Nesse sentido, quando a vítima é mulher, parece que qualquer motivo é suficiente para desacreditá-la. Ciúmes, vingança e, até mesmo, o medo da vítima de que seu marido descubra a suposta traição dela com seu sobrinho.

Os fatos, conforme se verá, **não foram presenciados por terceiros**, muito embora a vítima tenha relatado que seu filho e um neto se encontravam na casa no momento em que teria sido atacada pelo réu.

(...) a palavra da vítima é confrontada pela versão apresentada pelas várias testemunhas arroladas pela Defesa, segundo as quais **ela e o réu já teriam se relacionado sexualmente em outras oportunidades**.

Também chama a atenção o fato de o réu ter sido preso em flagrante na residência da própria vítima, e enquanto ainda dormia. **Tal conduta não se coaduna com a de quem acabara de praticar tão horrendo delito**, como seria o estupro da própria tia. Cumprindo o benefício da saída temporária, **o mais razoável seria o réu fugir do local após violentar a vítima, o que não ocorreu**. (Sentença 63) (grifo nosso).

Este caso, além de reforçar a facilidade com que o juiz admite motivos diversos para desacreditar a palavra da vítima, permite destacarmos, mais uma vez, como qualquer relação entre a vítima e o réu é um elemento considerado relevante no processo. Nessa relação, o agressor pode ser um ex-parceiro, um vizinho, ou um familiar; o fato é que, se for um conhecido, será ainda mais difícil que acreditem na vítima (SCHULLER *et al*, 2010, p. 763).

Na Sentença 58, por exemplo, o relacionamento anterior entre a vítima e o réu, cumulado com a demora da vítima para denunciá-lo e com o suposto medo de seus pais, parece terem sido fatores conjugados pelo juiz que levaram à absolvição do réu e à suspeita sobre a honestidade da vítima.

Embora a vítima tenha relatado os fatos em audiência, na forma como descritos na denúncia, **se mostrando até emocionada**, o acusado negou os fatos.

É certo que autor e vítima namoravam, alegando o acusado que a conjunção carnal foi consentida, sendo que a ofendida alegou que o fato ocorreu com violência.

No entanto, **embora seja bem possível que o crime tenha sido praticado**, não há nos autos provas suficientes para uma condenação.

Isto porque, **a vítima demorou quase um mês para apresentar boletim de ocorrência**, sendo que eventuais lesões sofridas para a prática do ato, não puderam mais ser constatadas.

Foi constatada gravidez, mas **não foi realizado exame de DNA**, não sendo possível verificar se a gravidez era decorrente de ato sexual praticado com o réu.

E, por fim, ainda que o ato tenha sido praticado com o acusado, não há prova segura da violência. (Sentença 58) (grifo nosso).

O juiz afirma que, no caso, “Há apenas a palavra da vítima contra a do acusado”, e, ao que parece, a palavra do réu vale mais – especialmente quando há um *motivo* para a vítima ter mentido.

É sabido que em casos como dessa natureza a palavra da ofendida é de suma importância, pois os fatos a rigor ocorrem apenas na presença das partes, em sigilo.

Mas, **no presente caso, a palavra da vítima tem que ser verificada com parcimônia**, pois ela tinha muito temor dos seus familiares que eram muito rígidos em razão da religião e não permitiam que ela namorasse com ninguém e, quando descobriu a gravidez, **isso pode ter motivado a invenção da versão de que o ato sexual não fora consentido, para se eximir da sua responsabilidade perante os familiares**. (Sentença 58) (grifo nosso).

Daniella Coulouris afirma que, em casos de estupro praticados por um agressor conhecido, há uma busca, com base no comportamento da vítima, por motivos que poderiam tê-la levado a incriminar falsamente o réu. Há também diversos casos em que as vítimas ou seus representantes voltam atrás na denúncia no desenvolvimento do processo (COULOURIS, 2004, p. 158).

As vítimas costumam *voltar atrás*, retirando a representação ou alterando seu depoimento, sobretudo, quando réu e vítima têm relação de parentesco. Nestes casos, há, ainda, uma *conspiração do silêncio*, caracterizada por um longo período de violação e de silêncio da vítima, até que um fato concreto rompa com ele. É o que explicam Silvia Pimentel, Ana Lucia Schritzmeyer e Valéria Pandjarian:

No caso de estupro praticado pelo pai ou padrasto contra meninas, ocorrido na unidade doméstica, há três importantes questões a serem ressaltadas. A primeira diz respeito à reiteração e continuidade da violação que caracteriza a maior parte dos processos desta natureza; a segunda refere-se ao longo período de silêncio – dificilmente rompido – em que, em geral, permanecem as vítimas desse tipo de violência doméstica; por fim, a terceira diz respeito ao frequentemente alegado (pseudo?) desconhecimento por parte da mãe da vítima da violação praticada. (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998b, p. 64 e 65).

A reiteração da violação e o longo período de silêncio estão presentes no caso apresentado a seguir, que ilustra como esse processo de silenciamento da vítima ocorre.

De plano, verifica-se que a própria narrativa da vítima não demonstra a grave ameaça ou violência que teria sido praticada pelo réu. Alias, pela narrativa da vítima, os fatos se aproximaram muito mais de uma relação consensual do que propriamente de grave ameaça. Segundo a vítima, pediu para ele parar, tentando empurrar com os pés. Porém, não se verifica até que ponto esse pedido se mostrou verossímil no caso em questão.

Em seguida, **após todo o evento foram colocar crédito no celular e tomar sorvete, comportamento incomum para pessoa que mantém relação sexual forçada.**

No mais, soa estranho a vítima em juízo narrar que vinha sofrendo abuso desde infante. Isso porque, se ela já tem 21 anos, poderia ter denunciado muito antes a questão e não o fez.

Por fim, o comportamento em audiência, requerendo de qualquer forma retirar a representação em face do réu, ou melhor, dizendo que não representou o réu, é elemento que torna ainda mais fraca a tese de que ocorreu grave ameaça. (Sentença 19) (grifo nosso).

Nesta decisão, embora a vítima tenha sofrido abusos sexuais desde os 8 anos de idade, o elemento concreto que rompe seu silêncio é a conjunção carnal, praticada contra ela aos seus 21 anos. Observamos que, quando a vítima altera seu depoimento para não mais acusar o réu, o juiz automaticamente assume que a denúncia inicial era falsa e sequer cogita a possibilidade de a vítima ter retirado a denúncia por outro motivo – seja ameaça ou pressão

familiar. O juiz apenas conclui que a versão apresentada pela vítima é inverossímil e absolve o réu.

A Sentença 19 não é a única nesse sentido. Nas Sentenças 31 e 40 também são apresentados casos que seguem uma lógica semelhante: o agressor é um familiar e a vítima altera seu depoimento, no sentido de inocentar o réu.

Embora o objeto de estudo deste trabalho seja a análise de estereótipos de gênero sobre mulheres, é interessante destacar que, nas Sentenças 18 e 57 – únicas decisões da amostra em que as vítimas são do sexo masculino –, esses réus também alteram seus respectivos depoimentos a fim de inocentar o réu.

Nesse sentido, é interessante observar que, quando a vítima é mulher e volta atrás na denúncia, na maioria das vezes, isso ocorre como consequência de pressão familiar. Já, quando a vítima é um homem, é possível que ele volte atrás na denúncia em decorrência de uma pressão social que o leva a reafirmar sua masculinidade, negando ter sido vítima de um crime cuja vítima costuma ser uma mulher. Ressaltamos, porém, que esta é apenas uma suposição/especulação, visto que não encontramos nenhum estudo que tratasse especificamente sobre essa questão.

Passaremos, a seguir, para uma discussão geral sobre as sentenças analisadas.

4.6. Discussão geral

Abordaremos, neste tópico, como os estereótipos analisados nas sentenças estão imbricados nos três níveis sociais, como propuseram Rebecca Cook e Simone Cusack (2010), ou seja, no nível individual, coletivo e geral.

Quanto ao nível individual, isto é, relativo ao processamento cognitivo, percebemos que o viés de gênero costuma estar presente nas sentenças analisadas e pode decorrer das três heurísticas cunhadas por Amos Tversky e Daniel Kahneman (1974): ancoragem, representatividade e disponibilidade.

Nesse sentido, a ancoragem pode ser observada no apego a noções obsoletas, identificadas nesta pesquisa como os seguintes estereótipos: a figura da *mulher honesta* e a representação da mulher como *alguém de quem se deve desconfiar*. São concepções ultrapassadas, que foram revogadas do ordenamento jurídico e que não deveriam ser empregadas sequer indiretamente nas sentenças, especialmente tendo em vista a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que estabeleceu o marco normativo com relação à

igualdade de gênero. Isso porque contribuem com a crença de que as mulheres são seres inferiores e menos confiáveis.

A representatividade, por sua vez, diz respeito ao uso de estereótipos para chegar a uma decisão. Nesse sentido, se o juiz considera que apenas mulheres honestas dizem a verdade quando são sexualmente agredidas, ele irá comparar a vítima do caso concreto com o que ele acredita ser o perfil da mulher honesta ao decidi-lo. Assim, se for uma mulher que demorou a denunciar a agressão, não é honesta; se for uma trabalhadora do sexo, não é honesta; se tiver ingerido álcool antes dos fatos, não é honesta – e assim sucessivamente.

É interessante observar como a disponibilidade está associada à representatividade. Isso acontece porque, na disponibilidade, o indivíduo leva em consideração apenas um componente ou evidência ao decidir, em detrimento de todo um complexo de informações. Trata-se justamente do que acontece quando o juiz decide com base no estereótipo de mulher honesta, no comportamento da vítima, na existência de um relacionamento anterior entre a vítima e o réu – tudo isso em detrimento de uma análise que pondere todos os elementos do conjunto probatório.

Na verdade, podemos notar que o emprego dos estereótipos como atalhos cognitivos se articula às três heurísticas. Por exemplo, ao decidir com base na reação emocional da vítima, o indivíduo fica ancorado na ideia de que as vítimas reagem de uma determinada maneira ao estupro, independentemente dos estudos mostrarem que cada indivíduo é único e reage à sua maneira a situações traumáticas⁶³; de modo semelhante, a representatividade faz com que esse sujeito acredite que, se algumas vítimas ficam emotivas após sofrerem uma agressão, essa reação será representativa e aplicável a todas as vítimas; já a disponibilidade atuará no sentido de fazer com que o indivíduo que decide foque na emotividade e ignore outras evidências.

O mesmo raciocínio poderia ser aplicado à crença de que as mulheres mentem sobre terem sido vítimas de estupro. O julgador fica ancorado na crença histórica e religiosa de que mulheres não são confiáveis, e imputam falsamente o crime ao agressor; como acredito que ser mentirosa é representativo da categoria mulheres, aplico essa falsa crença a todas elas; a disponibilidade completa a tríade, e leva o sujeito a ignorar as estatísticas que mostram o baixíssimo percentual de falsas acusações.

Se as heurísticas e os vieses atuam no nível individual, as representações sociais criadas sobre as mulheres permitem que esses estereótipos atuem a nível coletivo. Assim, por

⁶³ Nesse sentido, embora os estereótipos sobre as vítimas muitas vezes digam o contrário, a reação dessas mulheres são variadas; podendo perfeitamente aparentar calma (BUDDIE; MILLER, 2001, p. 143 e 144).

exemplo, os ambientes familiares reforçam a crença de que as mulheres devem ser submissas e sempre consentir, de modo que até mesmo quando são estupradas por alguém da família, são pressionadas para não denunciar o crime ou para retirar a denúncia e mudar a sua versão dos fatos.

De modo semelhante, os mitos sobre o crime, o agressor e a vítima de estupro são amplamente compartilhados e levam, por exemplo, à impunidade do agressor quando ele é um conhecido da vítima, reforçando a ideia de que o estuprador é um desconhecido. Isso quando, como mostrou o relatório do IPEA (2014a, p. 26-27), o estupro é o crime que acontece às segundas-feiras⁶⁴, em que o agressor tira vantagem de uma relação prévia de confiança para praticar a violência.

Todos esses fatores, juntos, levam à consolidação dos estereótipos a um nível mais geral, pois sustentam uma cultura de subordinação das mulheres. Nesse contexto, crenças religiosas, fatos históricos e leis revogadas continuam a influenciar o senso comum e a consolidar ideias ultrapassadas. É importante destacarmos, quanto a este ponto, que os estereótipos nomeados nesta pesquisa já tinham sido identificados há 20 anos, no estudo que resultou na publicação da obra *Estupro: crime ou cortesia?*

É possível que os estereótipos se manifestem de maneira menos explícita atualmente, mas é preocupante o fato deles continuarem sendo reproduzidos nas sentenças e vigentes na sociedade. Isso porque, como já esclarecemos neste trabalho, a perpetuação dos estereótipos permite que eles ofereçam suporte a práticas discriminatórias contra as mulheres e dificultem o acesso delas à justiça – e, com isso, obstem a efetivação dos direitos humanos das mulheres.

É certo que, entre as 63 sentenças analisadas, encontramos decisões proferidas por juízes e juízas que adotavam uma perspectiva de gênero ao julgar; no entanto, na maioria dos casos, os juízes reproduzem estereótipos de gênero ou adotam uma postura de omissão com relação às representações estereotipadas sobre a vítima apresentadas pela defesa e/ou pelas testemunhas. Em ambos os casos, porém, o juiz ou a juíza mitiga o acesso das mulheres à Justiça, que se torna um espaço de investigação sobre a vida pregressa da mulher e, assim, de revitimização.

Na verdade, é necessário compreendermos o acesso à justiça em dois momentos: o primeiro deles consiste em denunciar a agressão sofrida; enquanto o segundo se refere a ter direito a um julgamento de boa qualidade. Ou seja, o primeiro consiste em promover um

⁶⁴ O relatório do IPEA (2014a, p. 13) mostrou a seguinte ocorrência de estupro (em percentual) por dias da semana: segunda-feira – 21,1%; terça-feira – 16,5%; quarta-feira – 15,9%; quinta-feira – 14,9%; sexta-feira – 14,5%; sábado – 8%; domingo – 9,2%.

ambiente que seja receptivo e acolhedor para que as mulheres se sintam seguras para denunciar o crime caso sejam vitimadas – o que não acontece, tendo em vista as já apresentadas taxas de subnotificação em casos de estupro; e o segundo compreende ter acesso a um bom julgamento, livre de estereótipos, em que a vítima não seja culpabilizada pela agressão praticada contra ela.

Nesse sentido, apesar de focarmos neste trabalho no segundo momento, uma vez que a análise de sentenças remete a casos em que as mulheres já passaram pelo primeiro momento, da denúncia, é preciso compreender o acesso à justiça de maneira sistêmica. Isso porque, garantir um acesso à justiça de boa qualidade às mulheres que denunciam os crimes perpetrados contra elas pode ajudar a tornar este um espaço seguro e acolhedor para que elas denunciem as agressões sofridas. Assim, a garantia do “acesso secundário” ao sistema de justiça poderá contribuir para que o “acesso primário” também se torne efetivo.

Enfrentar a produção e reprodução de estereótipos nesse contexto é uma medida urgente. Diante disso, passaremos a uma sugestão para trabalhos futuros, com o objetivo de explorar essa temática tão importante.

5. UMA PROPOSTA PARA TRABALHOS FUTUROS: Metodologia Q

A pesquisa empírica em Direito tem começado a ganhar destaque no cenário brasileiro. Assim, consideramos oportuno sugerir o uso de uma nova metodologia a ser desenvolvida em trabalhos futuros, especialmente tendo em vista o que Laura Beth Nielsen (2014) denomina abordagem multimétodos.

A autora afirma que pesquisadores empíricos frequentemente estudam um fenômeno de maneira aprofundada, a partir de apenas um método. Essa estratégia pode levar a informações precisas acerca de uma parte do fenômeno, mas, para ela, como pesquisadores, queremos entender o objeto de estudo como um todo, e não apenas uma fração dele.

Desse modo, nós precisamos de uma abordagem que englobe diferentes métodos e permita explorarmos de maneiras variadas a complexidade de um dado tema. Além disso, esse tipo de abordagem ajuda a identificar erros e enviesamentos inerentes a apenas um determinado método, e coloca em evidência novas questões, que permitam uma visão mais ampla acerca do fenômeno estudado.

Nesse sentido, propomos a metodologia Q: uma forma diferente de analisar o mesmo objeto de estudo desenvolvido nesta pesquisa, a partir de uma nova perspectiva.

5.1.1. Metodologia Q

A metodologia Q, criada pelo psicólogo e físico William Stephenson, é uma técnica de pesquisa cujo objetivo é estudar a subjetividade humana, entendida como a interpretação de um indivíduo sobre um determinado tópico. Nesse sentido, a metodologia pode ajudar a fornecer informações sobre as maneiras como os respondentes pensam sobre um determinado assunto considerado complexo, permitindo que sejam identificados padrões de respostas, ou seja, diferentes pontos de vista sobre a questão. Trata-se, portanto, de um meio adequado para avaliar crenças, valores e atitudes individuais (COUTO *et al*, 2011, p. 9).

Nessa metodologia, inicialmente, é realizado um levantamento de possíveis afirmações acerca de um tema específico. Essas afirmações poderão ser formuladas com base, por exemplo, em entrevistas ou na teoria, e serão reunidas em um conjunto (*concourse*), que deverá conter opiniões heterogêneas acerca do tema estudado, de modo que sejam representativas das opiniões existentes sobre o assunto na sociedade.

A partir do *concourse* são escolhidas as assertivas que serão utilizadas na pesquisa (*Q Sample*), isto é, que serão apresentadas aos participantes. Essas afirmações também

deverão conter uma diversidade de opiniões sobre o tema estudado e serão selecionadas a partir de uma revisão da literatura ou a partir de categorias. Após a seleção, cada uma das afirmações escolhidas será escrita em um cartão diferente, sendo ele numerado de modo aleatório. Esses cartões serão apresentados aos participantes da pesquisa, que deverão ordená-los em uma curva estatística previamente definida, como exemplifica a figura abaixo.

Figura 3: Exemplo de curva estatística a ser utilizada na metodologia Q. **Fonte:** SARTORELLI, 2015, p. 101.

Como mostra a figura, os participantes deverão ordenar os cartões de acordo com o grau de concordância com relação à afirmativa que constar em cada um deles. Margarida Couto *et al* (2011) resumem como deverá ocorrer essa ordenação.

a) primeiro é pedido ao participante que ele leia cuidadosamente todas as afirmações de modo a ficar com uma ideia geral da variedade de opiniões sobre a questão em causa; b) depois, é instruído para que, à medida que for lendo, comece a elaborar uma primeira ordenação das afirmações segundo as três categorias (montes de cartões) seguintes: aquelas com que concorda genericamente, aquelas de que discorda e as afirmações relativamente às quais é neutro (fica indeciso ou que lhe suscitam dúvidas); c) o número de afirmações em cada categoria é anotado para verificar o equilíbrio entre concordância e discordância dentro do *Q set*; d) finalmente, o respondente é convidado a ordenar as afirmações de acordo com a “condição de instrução”, colocando-as na folha de pontuação fornecida. (COUTO *et al*, 2011, p. 20 e 21).

Assim, se eu concordo fortemente com a afirmação presente no cartão nº 12, deverei posicioná-lo na coluna [+4]; por outro lado, se discordo um pouco do seu conteúdo, deverei colocá-lo na coluna [-1] ou [-2], e assim sucessivamente. Steven Brown (1993) sugere que, após a ordenação, o participante seja entrevistado, de modo que ele explique como chegou à classificação final (BROWN, 1993, p. 106). É importante destacar, quanto a este ponto, que a metodologia Q não demanda uma amostra grande de participantes, sendo sugerido que se mantenha uma proporção de 1:3, isto é, de um participante para cada três afirmações (COUTO *et al*, 2011, p. 13).

As entrevistas obtidas poderão ser submetidas à análise de conteúdo, sendo transcritas, organizadas e categorizadas por unidades de registro de acordo com os objetivos

da pesquisa, sendo que o tratamento dos resultados incluirá a submissão da ordenação obtida à análise estatística. Nesse sentido, Margarida Couto *et al* (2011) explicam que, inicialmente, deverá ser calculada a matriz de correlação de todas as *Q-sort*, ou seja, de todas as ordenações realizadas pelos participantes, com o objetivo de identificar as correlações entre elas. Em seguida, será realizada análise fatorial com o intuito de encontrar o número de agrupamentos de *Q-sort*, que corresponderão aos fatores ou categorias.

Como os fatores resultantes emanam das subjetividades individuais dos participantes, eles indicam os segmentos de subjetividade existentes, ou seja, cada fator final representará um grupo de pontos de vista individuais correlacionados entre si. Steven Brown afirma que esses fatores são categorias qualitativas de pensamento, sendo possível compará-las. (BROWN, 1993, p. 120).

Brown destaca que, embora seja necessário empregar análise estatística no desenvolvimento da metodologia Q, trata-se de uma abordagem mais qualitativa que quantitativa, pois a análise estatística é secundária e atua como uma espécie de preparação dos dados para que possam revelar sua estrutura. O professor afirma, ainda, que noções básicas de estatística são suficientes, graças ao desenvolvimento de *softwares* que simplificam boa parte do trabalho (BROWN, 1993, p. 107 e 110).

A metodologia Q tem sido utilizada em diversas áreas de pesquisa, inclusive em estudos relacionados à temática de gênero, entre os quais destacamos: a pesquisa realizada por Elizabeth Ruth Anthony (2011), em que o método Q foi utilizado para explorar como estudantes universitários compreendem a noção de consentimento sexual; o trabalho desenvolvido por Charlene Senn (1993), no qual a pesquisadora visa identificar as múltiplas perspectivas e experiências das mulheres quanto à pornografia; e, por fim, o trabalho de Silvia Reis dos Santos e Néia Schor (2003), sobre padrões de percepção quanto às diferentes formas de vivenciar a maternidade na adolescência.

Essas e outras pesquisas oferecem indícios de que a metodologia Q é compatível com estudos de gênero, razão pela qual propomos a sua utilização para auxiliar na identificação dos estereótipos sobre o estupro e suas vítimas. Assim, apresentamos no apêndice desta dissertação os instrumentos de coleta de dados e o material que poderão ser utilizados para a aplicação da metodologia Q nessa temática.

Antes de falarmos sobre a construção dos instrumentos, é importante ressaltar que este projeto de aplicação da metodologia Q foi submetido ao Comitê de Ética, por meio da

Plataforma Brasil (Anexos I e II), sendo aprovado com pendências⁶⁵. Outros cuidados éticos foram tomados, como a elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) e a criação de um campo nos instrumentos em que deverá constar o *código do participante*, a fim de garantir a confidencialidade e o anonimato das respostas obtidas.

Quanto à criação dos instrumentos, utilizamos como base para construir as Instruções para a ordenação dos cartões e o Roteiro da Entrevista (Apêndice B) a pesquisa que citamos de Elizabeth Ruth Anthony (2011) sobre consentimento. As instruções foram formuladas e devem ser lidas para os participantes, a fim de evitar que sejam fornecidas instruções diferentes para cada um deles; enquanto o Roteiro de Entrevista permite que sejam aferidos dados complementares sobre a ordenação realizada pelo participante. Essas informações poderão auxiliar na identificação dos motivos que levaram o participante a uma determinada ordenação e na captação de respostas mais espontâneas (ou menos oficiais) do participante, além de permitir a observação do seu comportamento durante a entrevista.

Inicialmente, definimos como participantes da pesquisa juízes e juízas de direito. É possível, contudo, que os instrumentos sejam adaptados a fim de serem aplicados com outros públicos. O Questionário Sociodemográfico (Apêndice D) que apresentamos nesta pesquisa, portanto, é composto de perguntas que levam essa realidade em consideração. Assim, adota indicadores como: gênero, idade, anos de exercício da magistratura, estado civil e se tem filhas(os).

Por fim, as assertivas que constam nos cartões da metodologia Q (Apêndice C) foram formuladas com base nos resultados obtidos na análise de sentenças realizada nesta dissertação, cumulado com a observação dos itens que compõem a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (MARTINS, 2012),

Assim, definimos cinco fatores, de modo que, a cada um deles, correspondem três afirmações. Os fatores escolhidos foram: (i) o estereótipo *mulheres não são confiáveis*, tendo como base as falsas alegações de estupro; (ii) foca no mesmo estereótipo apresentado no primeiro fator, mas com base em assertivas que fazem alusão a um relacionamento anterior entre vítima e réu; (iii) o estereótipo *mulher honesta*, cujas assertivas se referem à ocorrência de agressão física, emotividade e virgindade da vítima; (iv) os estereótipos sobre o crime de estupro (agressor desconhecido, demora a denunciar o crime e mudança na versão apresentada sobre os fatos); e, por fim, (v) afirmações que não reproduzem estereótipos.

⁶⁵ O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto requereu apenas que fossem submetidos à sua apreciação os instrumentos de coleta de dados (questionário sociodemográfico e roteiro de entrevista) e o material (cartões/assertivas).

As assertivas deverão ser alocadas na seguinte curva estatística e os resultados obtidos a partir da alocação das assertivas na curva deverão ser analisados, como explicamos de maneira sucinta ao introduzirmos o tópico sobre a metodologia Q.

-3	-2	-1	0	+1	+2	+3

Figura 4: Curva estatística a ser utilizada tendo em vista esta proposta. **Fonte:** Material do Curso de Introdução à Metodologia Q, oferecido pela Prof^a. Isabel Sartorelli, em setembro de 2016 (adaptado).

Esperamos que a proposta metodológica instigue as pesquisadoras e os pesquisadores a aplicarem a metodologia Q no Direito, seja adotando os instrumentos propostos nesta pesquisa, seja construindo novos instrumentos.

Passaremos, por fim, à conclusão do trabalho, em que propomos algumas diretrizes para o que consideramos um julgamento adequado, em que não sejam reproduzidos estereótipos de gênero, tampouco seja a mulher revitimizada.

6. CONCLUSÃO

The world is indeed not a safe place for rape victims.⁶⁶

Martha Burt

As alterações legais⁶⁷ relativas ao crime de estupro, acompanhadas da ratificação e promulgação de tratados internacionais sobre gênero⁶⁸, promoveram mudanças benéficas. No entanto, essas modificações ainda não têm sido suficientes para transformar as práticas sociais com relação ao gênero. Uma justificativa possível para tanto pode ser encontrada no próprio conceito de gênero, enquanto modo primário de significar as relações de poder socialmente construídas entre homens e mulheres (SCOTT, 1996).

Essas relações de poder são desveladas pela categoria gênero na medida em que ela se distancia do determinismo biológico que acompanhava a categoria mulher, na década de 60. Assim, o gênero coloca em evidência que a socialização é um mecanismo de criação e manutenção das desigualdades de raiz patriarcal, ou seja, que privilegia homens e subalterniza mulheres. Nesse sentido, embora mudanças nas práticas sociais com relação ao gênero sejam possíveis, já que se trata de “um conceito dinâmico e em constante desconstrução, construção e reconstrução” (PIMENTEL, 2017), para que elas ocorram, é necessário que o gênero seja “redefinido e reestruturado em conjunto com uma visão de igualdade política e social” (SCOTT, 1996).

A produção e reprodução de estereótipos, bem como a violência de gênero contra as mulheres devem ser compreendidas no contexto dessas dinâmicas de poder, uma vez que elas criam e reforçam essas relações, ao mesmo tempo em que são produtos dela. Isso porque, os estereótipos de gênero como generalizações de papéis sociais com base no sexo contribuem para a aceitação social da violência de gênero contra as mulheres, que, por sua vez, reforça os estereótipos de gênero na sociedade (CEDAW, 2017).

As decisões judiciais também devem ser entendidas como componentes dessas dinâmicas, especialmente tendo em vista que o Direito é uma tecnologia de gênero (SMART, 2000, p. 68), ou seja, um mecanismo fixador de diferenças de gênero. A análise das sentenças colocou essa realidade em evidência, ao mostrar que a produção e reprodução de estereótipos sobre as mulheres permanecem sendo práticas perpetradas pelo Judiciário.

⁶⁶ **Tradução nossa:** O mundo não é, de fato, um lugar seguro para vítimas de estupro.

⁶⁷ Especialmente, pelas Leis 11.106/2005 e 12.015/2009.

⁶⁸ Com destaque para a CEDAW e a Convenção de Belém do Pará.

Partindo da proposta de Rebecca Cook e Simone Cusack, que ressaltam a importância da identificação e da nomeação dos estereótipos para erradicá-los, e a consideram pressuposto da eliminação da discriminação contra as mulheres (COOK; CUSACK, 2010, p. 3), analisamos 63 sentenças proferidas em primeira instância pelo Tribunal de Justiça do estado de São Paulo em 2016. A partir dessa análise foram criadas duas categorias: *mulher honesta* e *mulheres não são confiáveis*.

A categoria mulher honesta evidencia que, ainda hoje, a conduta pregressa da vítima, especialmente no que diz respeito à sua vida sexual, é o principal elemento no julgamento de crimes de estupro, que deveria, de acordo com os marcos normativos de direitos humanos sobre o tema, considerar a palavra da vítima como vértice das provas.

Ainda assim, não basta que a mulher atenda às convenções sociais e seja caracterizada *bela, recatada e do lar*. Para que ela seja realmente ouvida, caso seja sexualmente agredida, deverá corresponder aos estereótipos de vítima; ou seja, deverá aparentar estar triste e emotiva após a agressão ou ter marcas físicas que a comprovem. Para completar, o agressor deverá ser um desconhecido, ela deverá reportar imediatamente o crime às autoridades policiais e não poderá, em hipótese alguma, alterar a sua versão dos fatos narrada no depoimento.

Caso não cumpra todos esses pré-requisitos para ser considerada uma mulher honesta, será tratada como todas as outras mulheres: como alguém de quem se deve desconfiar. Nesse caso, terá sua vida pregressa investigada e, “quanto mais distante da conduta socialmente desejável, mais próxima a vítima está do estereótipo de *mulher mentirosa*” (COULOURIS, 2004, p. 142).

A análise do comportamento da mulher, como identificamos nas sentenças, gera, em muitos casos, a revitimização das mulheres que buscam o Judiciário, impedindo que elas tenham acesso a um julgamento de boa qualidade, como aponta a Recomendação Geral nº 33 sobre o acesso das mulheres à justiça.

É importante lembrar, quanto a esse ponto, que algumas mulheres se encontram em eixos de discriminação que as tornam ainda mais subalternizadas, hipótese em que o gênero se intersecciona com outros marcadores sociais, como classe, raça, etnia, geração, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros. Essas diferenças devem ser levadas em consideração para que sejam propostas medidas adequadas, que visem eliminar os obstáculos ao acesso das mulheres à justiça e democratizar as práticas jurídicas.

Para tanto, são necessárias políticas públicas que visem combater os estereótipos de gênero sobre as mulheres e, assim, a revitimização no contexto do judiciário. Essas políticas

devem atuar nos três níveis em que estão imbricados os estereótipos: individual, coletivo e geral (COOK; CUSACK, 2010, p. 231).

A nível individual, esse enfrentamento deve passar pela implantação de medidas que visem mitigar os efeitos do viés de gênero no julgamento dos magistrados e magistradas; enquanto, a nível coletivo e geral, devem ser aplicadas medidas propostas em estudos de teóricas feministas do direito que visem diminuir os efeitos sociais gerados pelos estereótipos.

Essa dupla ação é necessária porque, se a nível individual o objetivo é evitar que o viés de gênero comprometa o processamento cognitivo dos juízes e juízas ao decidir, e influencie, ainda que inconscientemente, a tomada de decisão judicial; a nível coletivo e mais geral a finalidade é identificar como os estereótipos se mantêm e sustentam a estrutura social vigente de subordinação das mulheres. Desse modo, nesta proposta, consideramos as duas abordagens – a partir do viés de gênero e de teóricas feministas do direito - não apenas compatíveis, mas também complementares.

Nesse sentido, concordamos com Nancy Levit que é necessária a articulação entre essas frentes de atuação, pois ela permite a conjugação desses eixos no enfrentamento aos estereótipos. A autora afirma que é preciso reconhecer que as pessoas não reproduzem estereótipos apenas de maneira consciente; na maioria das vezes, elas confiam nos estereótipos de maneira inconsciente, o que ocorre independente dos interesses daqueles que decidem ou de um desejo consciente de favorecer ou prejudicar os outros (LEVIT, 2006, p. 27-28) – o que ratifica a necessidade de conhecer e analisar o fenômeno dos estereótipos no nível individual, social e geral.

No entanto, a primeira medida a ser adotada, a fim de combater os estereótipos, seja em termos de viés de gênero ou de práticas sexistas, consiste em conhecê-los, conscientizando-nos de sua existência e identificando/nomeando esses estereótipos (PIMENTEL; SCHRITZMEYER; PANDJIARJIAN, 1998a, p. 33; COOK; CUSACK. 2010, p. 3; FREITAS, 2013).

O caminho mais pertinente e capaz de viabilizar essa primeira medida é a educação. Nesse sentido, a Recomendação Geral nº 35 da CEDAW sobre violência de gênero contra as mulheres ressalta ser esta uma medida preventiva, que visa enfrentar as causas subjacentes à violência, incluindo estereótipos de gênero, e promover o empoderamento, a atuação e a voz das mulheres. Assim, sugere a integração do conteúdo de igualdade de gênero nos currículos de todos os níveis educacionais públicos e privados, que deverá abordar papéis de gênero estereotipados e promover valores de igualdade e não discriminação. Além disso, sugere a criação de programas de conscientização, que mostrem como a violência de gênero contra as

mulheres é prejudicial e inaceitável, bem como desmantelem as crenças de culpa da vítima que responsabilizam as mulheres pela violência que sofrem (CEDAW, 2017).

De modo semelhante, a Recomendação Geral nº 33 da CEDAW sobre acesso das mulheres à justiça sugere a adoção de programas de conscientização e capacitação dos agentes do sistema de justiça e estudantes de direito, para eliminar os estereótipos de gênero e incorporar a perspectiva de gênero em todos os aspectos do sistema de justiça. Esses programas de capacitação devem incluir profissionais de outras áreas, como a saúde, e tratar de alguns temas em especial, como da questão da credibilidade e do peso dado às vozes, aos argumentos e depoimentos das mulheres, seja como partes ou como testemunhas (CEDAW, 2015, p. 14).

É interessante notar que a educação como chave preventiva visa, sobretudo, proporcionar uma nova bagagem aos estudantes e profissionais do direito. Levando em consideração o que expusemos neste trabalho, no sentido de que juízes não são imparciais, mas julgam de acordo com uma série de fatores, como as experiências que tiveram, a educação atuaria no sentido de proporcionar a eles uma nova experiência, pautada nos ideais democráticos de igualdade de gênero e de justiça.

Necessário também é adotar uma perspectiva de gênero no fazer jurisdicional, o que impediria que fossem reproduzidos estereótipos sobre as mulheres vítimas de estupro nos tribunais. Isso porque a adoção de uma perspectiva de gênero toma a realidade e as experiências das mulheres de desigualdade de gênero como ponto de referência e permite que seja oferecida uma resposta adequada à demanda, livre de estereótipos e de revitimizações. Nesse sentido, destacamos, como referência no tema, o *Protocolo para Juzgar con perspectiva de género* (SCJN, 2013), formulado pela Suprema Corte de Justiça da Nação, do México, que apresenta diretrizes para um julgamento que seja democrático com relação ao gênero.

O Protocolo destaca que julgar com perspectiva de gênero é tornar realidade o direito à igualdade. Trata-se de um método que deve ser aplicado sempre, não apenas em demandas relacionadas à temática das mulheres, e que visa detectar os diferentes impactos que uma norma pode gerar, além de permitir buscar soluções, a partir do Direito, que levem em consideração as relações assimétricas de poder presentes na sociedade (SCJN, 2013).

Adotar uma perspectiva de gênero ao decidir deve levar a julgamentos mais democráticos. Esses julgamentos devem incluir, ainda, a adoção dos marcos jurídicos dos direitos humanos das mulheres, como a CEDAW e a Convenção de Belém do Pará, tanto na análise dos casos concretos, quanto ao serem proferidas as decisões judiciais. Quanto a este

ponto, observamos, na análise das sentenças realizada neste estudo, que nenhuma delas fez menção a esses tratados. Assim, atentar-se a esses documentos poderia ser um importante passo para democratização dos julgamentos.

Outra medida relevante é tornar a composição da magistratura mais democrática. Isso porque, cada vez mais, a base de legitimidade do Poder Judiciário tem sido percebida a partir da composição de seus membros, já que em sociedades que se intitulam democráticas é insustentável que o poder decisório seja exercido por uma parcela tão pouco representativa da população.

Diversificar o corpo da magistratura significa, além de assegurar a legitimidade democrática da instituição, garantir que outros pontos de vista sejam inseridos no processo de deliberação judicial e que o Poder Judiciário seja um reflexo da sociedade, o que pode auxiliar na formulação de decisões mais justas, que garantam o direito das mulheres a um julgamento livre de estereótipos.

Nesse sentido, a implantação de medidas afirmativas pode ser um bom caminho para auxiliar nesse processo de diversificação, que poderá, inclusive, ajudar a reduzir os vieses implícitos no Judiciário, uma vez que, a partir da diversidade de pensamentos, os indivíduos são levados a debater sobre outros argumentos (JOLLS; SUSTEIN, 2006, p. 24).

Essas são medidas centrais para a democratização do sistema de justiça e a efetivação do direito das mulheres de acesso à justiça, a fim de garantir que as instituições deixem de ser instrumentos de reforço de violações de direitos e passem a fornecer respostas adequadas que atuem segundo os princípios de igualdade substantiva na promoção da justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência Contra as Mulheres**. Violência Sexual. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-sexual/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ALMEIDA, Fernanda Andrade. **Gênero e decisão judicial**: uma análise do viés de magistrados e magistradas. In: 40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 2016.

AMÂNCIO, Lígia. Género – Representações e Identidades. **Sociologia – Problemas e Práticas**, n. 14, p. 127-140, 1993.

ANTHONY, Elizabeth Ruth. Using Q Methodology to Explore College Students' Conceptualizations of Sexual Consent. Psychology Dissertations. Paper 94. Georgia State University, 2011.

ARCE, Ramón; FARIÑA, Francisca; FRAGA, Ana Isabel. Género y formación de juicios en un caso de violación. **Psicothema**, v. 12, n. 04, p. 623-628, 2000.

ARKES, Hal; TETLOCK, Philip. Attributions of implicit prejudice, or "would Jesse Jackson 'fail' the Implicit Association Test?". **Psychological Inquiry**, v. 15, p. 257-278, 2004.

BAGENSTOS, Samuel R. Implicit Bias, "Science", and Antidiscrimination Law. **Harvard Law & Policy Review**, v. 01, p. 477-493, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAZERMAN, Max. **Judgment in Managerial Decision Making**. 3ª ed. New York: Wiley, 1994.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, dez., 2003.

BORGIDA, Eugene; HUNT, Corrie; KIM, Anita. On the use of gender stereotyping research in sex discrimination litigation. **Journal of Law and Police**, v. 13, n. 02, p. 613-628, 2005.

BOVINO, Alberto; COURTIS, Christian. Por una dogmática concientemente política. **Anuario de Filosofía Del Derecho**, Valencia, n. 17, p. 178-193, 2000.

BOYD, Christina; EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew. Untangling the Causal Effects of Sex on Judging. *American Journal of Politic Science*, v. 54, n. 02, p. 389-411, 2010.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ANGOTTI, Bruna; MATSUDA, Fernanda Emy. Das violências reais e simbólicas – violência sexual contra as mulheres no Brasil. **Boletim IBCCRIM**, n. 254, jan., 2014.

BROWN, Steven R. A Primer on Q Methodology. **Operant Subjectivity**, n. 16, p. 91-138, 1993.

BUDDIE, Amy M.; MILLER, Arthur G. Beyond Rape Myths: A more complex view of perceptions of rape victims. **Sex Roles**, v. 45, n. 3/4, ago., p. 139-160, 2001.

BURT, Martha B.. Cultural myths and supports for rape. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 38, n. 02, p. 217-230, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Carmen Hein de. Direito e Violência Íntima Contra as Mulheres. **Revista EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 33-42, 2012.

_____. Razão e Sensibilidade: Teoria Feminista do Direito e Lei Maria da Penha. In: _____. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 1-12, 2011.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras Falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH). Relatoría sobre los derechos de la mujer. Acceso a la justicia para mujeres víctimas de violencia en las Américas. CIDH, 2007.

COMITÊ DE ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES (CEDAW). Comunicação Nº 18/18 – Vertido v. Philippines. CEDAW, 2010.

_____. Recomendação Geral Nº 19 sobre violência contra as mulheres. CEDAW, 1992.

_____. Recomendação Geral Nº 33 sobre o acesso das mulheres à justiça. CEDAW, 2015.

_____. Recomendação Geral Nº 35 sobre violência de gênero contra as mulheres, atualizando a Recomendação Geral Nº 19. CEDAW, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Censo do Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2014.

COOK, Rebecca; CUSACK, Simone. **Estereótipos de gênero**. Perspectivas legais transnacionais. Bogotá: Profamilia, 2010.

COULOURIS, Daniella Georges. A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Violência, Gênero e Impunidade: A construção da verdade nos casos de estupro. 2004. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual Paulista.

COUTO, Margarida [et al]. A metodologia Q nas ciências sociais e humanas: o resgate da subjectividade na investigação empírica. **Psicologia**, n. 25, v. 02, p. 7-21, 2011.

CRENSHAW, Kimberle W. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 01, p. 171-188, 2002.

CUSACK, Simone; TIMMER, Alexandra S. H. Gender stereotyping in rape cases: the CEDAW Committee's decision in *Vertido v. The Philippines*. **Human Rights Law Review**, v. 11, n. 02, p. 329-342, 2011.

DANZIGER, Shai; LEVAV, Jonathan; AVNAIM-PESSO, Liora. Extraneous factors in judicial decisions, **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America** (PNAS), v. 108, n. 17, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT; Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 66, p. 165-211, fev., 2008.

DEMO, Pedro. Cuidado Metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 02, p. 349-373, jul./dez., 2002.

_____. Pesquisa Social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008.

DHAMI, Mandeep. Psychological models of Professional decision making. **Psychological Science**, v. 14, n. 02, p. 175-180, mar., 2003.

DINIZ, Débora. Estereótipos de gênero nas cortes internacionais – um desafio à igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 02, p. 451-462, mai./ago., 2011.

DU MONT, Janice; MILLER, Karen-Lee; MYHR, Terri. The Role of “Real Rape” and “Real Victim” Stereotypes in the Police Reporting Practices of Sexually Assaulted Women. **Violence Against Women**, v. 09, n. 04, p. 466-486, abr., 2003.

ELEK, Jennifer; ROTTMAN, David. Methodologies for Measuring Judicial Performance: The Problem of Bias. **Oñati Socio-legal Series**, v. 04, n. 05, p. 863-879, 2014.

ENGLISH, Birte; MUSSWEILER, Thomas; STRACK, Fritz. Paying dice with criminal sentences: the influence of irrelevant anchors on experts judicial decision making. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 32, n. 188, p. 188-200, 2006.

EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. **Psicologia Cognitiva**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FACIO, Alda. A partir do feminismo, vê-se um outro direito. **Outras Vozes**, n. 15, mai., 2006.

_____. **Cuando el género sueña cambios trae**. Uma metodología para el análisis de género del fenómeno legal. Costa Rica: ILANUD, 1999.

_____; FRIES, Lorena. Feminismo, género y patriarcado. **Revista sobre Enseñanza del Derecho de Buenos Aires**, ano 3, n. 06, p. 259-294, 2005.

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FLACSO). **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

FORCINITO, Ana. Derechos Humanos, mujeres y feminismos. **HIOL Debates**, n. 13, p. 1-16, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. **Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais**. São Paulo: FBSP/Datafolha, 2016.

FRANÇA, Fátima. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 06, n. 01, p. 73-80, 2004.

FRANCO, Luiza Lopes; STRUCHINER, Noel. Análise dos processos cognitivos relativos ao viés de gênero verificado nos processos de guarda. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/Pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Luiza_LopesFranco.pdf>.

Acesso em: 13 fev. 2016.

FREITAS, Juarez. A hermenêutica jurídica e a ciência do cérebro: como lidar com os automatismos mentais. **Revista da AJURIS**, v. 40, n. 130, p. 223- 244, jun., 2013.

FRIES, Lorena. Los derechos humanos de las mujeres: aportes e desafios. Seminário “Género y Derecho”, organizado pela FLACSO/CONAMU. Quito, Equador, 2000.

GARRIDO, Eugenio; HERRERO, Carmen. Relaciones entre la psicología y la ley. In: _GARRIDO; Eugenio; MASIP, Jaume; HERRERO, Carmen (Coords.). **Psicología Jurídica**. Madrid: Pearson Prentice Hall, 2006.

GIGERENZER, Gerd. How to Make Cognitive Illusions Disappear: Beyond “Heuristics and Biases”. In: STROEBE, Wolfgang; HEWSTONE, Miles (Eds.). **European Review of Social Psychology**. v. 02. p. 83 – 115. Chichester: Wiley, 1991.

_____. On Narrow Norms and Vague Heuristics: A Reply to Kahneman and Tversky (1996). **Psychological Review**, v. 103, n. 03, p. 592 – 596, 1996.

_____; ENGEL, Christoph. **Heuristics and The Law**. The MIT Press, 2006.

_____; TODD, Peter; ABC RESEARCH GROUP. **Simple Heuristics That Make Us Smart**. Oxford University Press, 2000.

GRAYCAR, Regina. The Gender of Judgments: An Introduction. **Sydney Law School Research Paper**, n. 09/73, p. 262-282, 2009.

_____. The Gender of Judgments: Some reflections on ‘bias’. **University of British Columbia Law Review**, v. 21, I, p. 1-21, julho, 2008.

GREENWALD, Anthony G.; KRIEGER, Linda Hamilton. Implicit Bias: Scientific Foundations, **California Law Review**, v. 94, n. 04, p. 945 – 967, jul. 2006.

GREZZANA, Stefânia. **Viés de gênero no Tribunal Superior do Trabalho brasileiro**. 2011. 61 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

_____; PONCZEK, Vladimir. Viés de Gênero no Tribunal Superior do Trabalho Brasileiro. In: 39º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011.

GRUBB, Amy; TURNER, Emily. Attribution of blame in rape cases: A review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. **Aggression and Violent Behavior**, n. 17, p. 443-452, 2012.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re) pensando a Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. 4ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

GUTHRIE, Chris; RACHLINSKI, Jeffrey J.; WISTRICH, Andrew J.. Blinking on the Bench: How Judges Decide Cases. **Cornell Law Review**, v. 93, p. 100-141, 2007.

_____. Inside the Judicial Mind. **Cornell Law Review**, v. 86, p. 776-830, 2001.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, n. 05, p. 7-41, 1995.

HESPANHA, António Manuel. El estatuto jurídico de la mujer en el derecho común clásico. **Revista Jurídica**, n. 04, Universidad Autónoma de Madrid, p. 71-88, 2001.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 01, p. 61-73, 2014.

HORTA, Ricardo Lins e. Um olhar interdisciplinar sobre o problema da decisão: analisando as contribuições dos estudos empíricos sobre comportamento judicial. **Diálogos sobre a justiça**, Brasília, n. 02, p. 38-48, mai./ago. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA; CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. Datafolha/Crisp: 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da saúde. Brasília: IPEA, 2014a.

_____. **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)**. Tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília: IPEA, 2014b.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Estatísticas criminais do estado de São Paulo**. São Paulo, 2016.

JARAMILLO, Isabel Cristina. La crítica feminista al derecho, p. 103-133, 2000. Disponível em: <<http://portales.te.gob.mx/genero/articulos>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e Direitos Humanos. **Estudos Feministas**, v. 02, n. 03, p. 117-149, 1994.

JOLLS, Christine; SUSTEIN, Cass R.. Debiasing through Law. **Harvard Law and Economics**, Discussion Paper 495, mar., 2005.

_____. The Law of Implicit Bias. **California Law Review**, p. 1-40, 2006.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____; TVERSKY, Amos. On the Reality of Cognitive Illusions. **Psychological Review**, v. 103, n. 03, p. 582 – 591, 1996.

KOROBKIN, Russell; GUTHRIE, Chris. Opening Offers and Out-of-Court Settlement: A Little Moderation May Not Go a Long Way. **The Ohio State Journal on Dispute Resolution**, v. 10, n. 01, 1994.

LAGO, Vivian de Medeiros [et al]. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 04, p. 483-491, 2009.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 206-242.

LEITER, Brian. Positivism, Formalism, Realism. **Columbia Law Review**, v. 99, p. 1138-1164, 1999.

LEVINSON, Justin D.; YOUNG, Danielle. Implicit Gender Bias in the Legal Profession: An Empirical Study. **Duke Journal of Gender Law & Policy**, v. 18, n. 01, p. 1-44, 2010.

LEVIT, Nancy. Confronting conventional thinking: the heuristics problem in feminist legal theory. **Cardozo Law Review**, v. 28, p. 1-82, 2006.

LEYENS, Jacques-Philippe; YZERBYT, Vincent. **Psicologia Social**. Lisboa: Edições 70, 2004.

LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Categorização como um processo cognitivo. **Ciências & Cognição**, v. 11, p. 156-167, 2007.

LIMA, Roberto Kant de; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. O Desafio de realizar pesquisa empírica no direito: uma contribuição antropológica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 7, Recife, 2010.

MACKINNON, Catharine A. Toward Feminist Jurisprudence. In: SMITH, Patricia (Ed.). **Feminist Jurisprudence**. New York: Oxford University Press, p. 610-619, 1993.

MARTINO, Luiz C.; BOAVENTURA, Katrine Tokarski. O Mito da Interdisciplinariedade: história e institucionalização de uma ideologia. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v. 16, n. 01, jan./abr., 2013.

MARTINS, Sônia. [et al]. Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS). **Análise Psicológica**, v. 30, n. 1-2, p. 177-191, 2012.

MELVILLE, Angela. Evaluating Judicial Performance and Addressing Gender Bias. **Oñati Socio-legal Series**, v. 04, n. 05, p. 880-897, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 08, n. 2, 2000.

NIELSEN, Laura Beth. Thinking Law: thinking Law in motion. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 01, n. 02, p. 12-24, jul., 2014.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 07, n. 13, p. 244-259, jan./jun., 2005.

OLSEN, Frances. El sexo del derecho. In: COURTIS, Christian (comp.). **Desde otra Mirada: textos de teoría crítica del derecho**. Buenos Aires: Eudeba, 2009.

ONU MUJERES. **El progreso de las mujeres en el mundo**. En busca de la justicia. EUA: ONU Mujeres, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência**. Genebra: OMS, 2014.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 02, n. 02, p. 395-418, jul./dez., 2012.

PIMENTEL, Sílvia. Gênero e direito. **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (coords.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

PIMENTEL, Silvia; PANDJIARJIAN, Valéria. Direitos Humanos a partir de uma Perspectiva de Gênero. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 53, p. 233-247, 2000.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro**: crime ou “cortesia”? Abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1998a.

_____. Estupro: direitos humanos, gênero e justiça. **Revista USP**, São Paulo, n. 37, p. 58-69, 1998b.

PISANI, Elaine Maria; PEREIRA, Siloé; RIZZON, Luiz Antonio. **Temas de Psicologia Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, p. 7-42, 2002.

POSNER, Richard. **How Judges Think**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2010.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. As Figuras de Perversão do Direito: para um modelo crítico de pesquisa jurídica empírica. **Revista Prolegómenos Derechos y Valores**, Bogotá, v. 19, n. 37, p. 99-124, jan./jun., 2016.

ROUND, Deborah Ruble. Gender Bias in the Judicial System, **Southern California Law Review**, v. 61, n. 06, p. 2193–2220, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SANTOS, Ana Cláudia Mauer dos. Justiça de Gênero e direitos humanos das mulheres: percepções sobre feminismo em decisões dos Tribunais de Justiça do país. 2012. 97 f. Relatório de Iniciação Científica – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, v. 16, n. 01, p. 147-160, 2005.

SANTOS, Silvia Reis dos; SCHOR, Néia. Vivências da maternidade na adolescência precoce. **Revista Saúde Pública**, v. 37, n. 01, p. 15-23, 2003.

SCARPATI, Arielle Sagarillo. Os mitos de estupro e a (im) parcialidade jurídica: a percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo.

SCHAFRAN, Lynn Hecht. Barriers to credibility: Understanding and countering rape myths. **National Judicial Education Program Legal Momentum**, 2005.

SCHULLER, Regina A. [et al]. Jugments of sexual assault: the impact of complainant emotional demeanor, gender, and victim stereotypes. **New Criminal Law Review**, v. 13, n. 04, p. 759-780, 2010.

SCHRAIBER, Lilia Blima [et al]. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 05, p. 797-807, 2007.

SCHULTZ, Ulrike; SHAW, Gisela (Ed). **Women in the World's Legal Professions**. Oxford: Hart Publishing, 2003.

SCOTT, Joan. El género: una categoria útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (Comp.) **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. PUEG: México, p. 265-302, 1996.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). **Balanço 2015 do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher**. SPM: Brasília, 2016.

_____. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Ideal: Brasília, 2011.

SENN, Charlene. Women's multiple perspectives and experiences with pornography. **Psychology of Women Quarterly**, v. 17, p. 319-341, 1993.

SEVERI, Fabiana Cristina. Direitos Humanos das Mulheres e a Transversalidade de Gênero no Sistema de Justiça. **Revista de Estudos Jurídicos**, Franca, v. 15, n. 22, p. 325-338, 2011.

_____. Enfrentamento à violência contra as mulheres e à domesticação da Lei Maria da Penha: elementos do projeto feminista de legalidade no Brasil. 2016a. 234 f. Tese (Livre Docência em Departamento de Direito Público – Área de Direitos Humanos) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

_____. Justiça em uma perspectiva de gênero: elementos teóricos, normativos e metodológicos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 574-601, 2016b.

_____. O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 07, n. 13, p. 81-115, 2016c.

SIMON, Herbert A. A behavioral model of rational choice. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 69, n. 01, p. 99-118, 1955.

SMART, Carol. Las teorías feministas y el discurso jurídico. In: BIRGIN, Haidée *et al.* **El derecho en el género y el género en el derecho**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

SOUZA, Altay Alves Lino de. A influência de atributos físicos na formação de primeiras impressões: uso do TAT e impacto no processo decisório de profissionais de Recursos Humanos. 2010. 238 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

SUPREMA CORTE DE JUSTICIA DE LA NACION (SCJN). **Protocolo para juzgar con perspectiva de género**: haciendo realidad el derecho a la igualdad. México: Suprema Corte de Justicia de la nación, 2013.

TAJFEL, Henri. Cognitive Aspects of Prejudice. **Journal of Social Issues**, v. XXV, n. 4, p. 79-97, 1969.

TONETTO, Leandro Miletto [et al]. O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 02, p. 181-189, 2006.

TRIVIÑOS. Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. **Science**, v. 185, p. 1124-1131, set., 1974.

VEÇOSO, Fabia Fernandes Carvalho [et al]. A Pesquisa em Direito e as Bases Eletrônicas de Julgados dos Tribunais: matrizes de análise e aplicação no supremo tribunal federal e no superior tribunal de justiça. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 01, n. 01, p. 105-139, jan., 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global and regional estimates of violence against women:** prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. Genebra: WHO, 2013.

YAHYA; Moin; STRIBOPOULOS, James. Does a Judge's Party of Appoitment or Gender Matter to Case Outcomes? An Empirical Study of the Court of Appeal for Ontario. **Osgoode Hall Law Journal**, v. 45, n. 02, p. 1-52, jan., 2007.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Este é um convite para participar do projeto “Estereótipos de gênero na tomada da decisão judicial”. A pesquisa tem como objetivo verificar a incidência do viés de gênero no processo decisório dos magistrados.

Sua participação consiste na resposta a uma entrevista em que serão apresentadas uma série de afirmações acerca do tema estudado, as quais deverão ser elencadas de acordo com o grau de concordância do participante (variando de – 3 como máximo de discordância a + 3 como máximo de concordância), seguidas de uma justificativa do participante acerca do resultado final da organização. A duração dessa participação será de cerca de 30 (trinta) minutos.

Além disso, incluirá responder a um questionário pré-estruturado sobre seu perfil pessoal e funcional (gênero, etnia, religião, idade, escolaridade e anos de exercício de magistratura). O local de aplicação do questionário será a instalação da Justiça Estadual e da Justiça Federal de Ribeirão Preto/SP e se dará conforme a sua disponibilidade.

Como riscos, é possível que a dinâmica cause eventual desconforto em falar sobre determinados assuntos junto à pesquisadora. A sua contribuição nesta pesquisa não envolve riscos diretos à sua integridade física. Também não trará gastos ou despesas para o participante, já que a aplicação do questionário se dará no seu local de trabalho. Qualquer dano material ou moral que venha a acontecer pela participação do magistrado ou magistrada na presente pesquisa será de responsabilidade da pesquisadora, Gabriela Perissinotto de Almeida.

As informações obtidas serão utilizadas apenas nesta pesquisa e asseguramos seu anonimato. Sua participação não é obrigatória, sendo que a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que isso traga qualquer prejuízo ou penalidade a você. Por fim, você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com conteúdo idêntico ao presente.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam produzir conclusões que contribuam para o aprimoramento do conhecimento acerca do processo decisório, bem como contribua para o aprimoramento das decisões dos juízes e juízas ao tomarem ciência da incidência de fatores extrajudiciais na tomada da decisão judicial.

Durante a execução do projeto, qualquer dúvida, esclarecimento ou orientação necessária a respeito da pesquisa poderão ser buscados pelo telefone [REDACTED] ou Rua [REDACTED], [REDACTED], [REDACTED], bairro [REDACTED], CEP: [REDACTED], Ribeirão Preto/SP, a Gabriela Perissinotto de Almeida.

Além disso, eventuais dúvidas sobre as questões éticas relacionadas ao projeto poderão ser sanadas mediante contato com o Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela aprovação desta pesquisa:

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, situado na Avenida Bandeirantes, 3900 - Bloco 23 - Casa 37 - 14040-901 - Ribeirão Preto - SP – Brasil. Fone: (16) 3315-4811 / Fax: (16) 3633-2660. E-mail: coetp@ffclrp.usp.br

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, declara ter entendido os riscos e benefícios de sua participação e desejar participar do projeto da pesquisa. Declara, ainda, ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Ribeirão Preto/SP, ____de____ de 2016.

Participante

Eu, Gabriela Perissinotto de Almeida, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto a participante e/ou responsável.

Data: ____/____/____.

APÊNDICE B – Instruções e Roteiro da Entrevista

CÓDIGO DO PARTICIPANTE: _____

INSTRUÇÕES:

1. Cada um dos 15 cartões que foram entregues a você contém uma afirmação sobre o crime de estupro. Os números nos cartões foram atribuídos aleatoriamente e são apenas relevantes para registrar a alocação de cada cartão. Sua tarefa é classificar essas afirmações a partir do seu ponto de vista, tendo em vista a pergunta: “Em que medida você concorda com as seguintes afirmações?”
2. Leia cada cartão cuidadosamente e divida-os em três pilhas. Em uma pilha coloque as afirmações com as quais você **MAIS** concorda. Em outra pilha, as afirmações com as quais você **MENOS** concorda. Por fim, coloque em uma terceira pilha os cartões que você considera **NEUTROS** (não concorda, nem discorda).
3. Pegue os cartões da pilha **MAIS** e leia novamente. Selecione a afirmação com a qual você concorda **MAIS** e coloque-a na última coluna do direito da folha de pontuação (coluna +3).
4. Pegue os cartões da pilha **MENOS** e leia novamente. Selecione a afirmação com a qual você concorda **MENOS** e coloque-a na última coluna no lado esquerdo da folha de pontuação (coluna -3).
5. Continue indo e voltando entre as pilhas **MAIS** e **MENOS** até que todas as cartas tenham sido colocadas na distribuição.
6. Em seguida, leia sua pilha **NEUTROS** e posicione-as na distribuição.

ROTEIRO ENTREVISTA

1. Qual afirmação você posicionou na coluna +3?
2. Como você decidiu colocar essa afirmação nesta coluna?
3. Qual afirmação você posicionou na coluna -3?
4. Como você decidiu colocar essa afirmação nesta coluna?

APÊNDICE C – Cartões Metodologia Q

80	Muitas denúncias de estupro são falsas	41	Acusar alguém de estupro, às vezes, pode ser um exagero	64	A agressão sexual pode ter sido inventada quando a pessoa se arrepende do que fez
24	Se uma pessoa já tiver tido relação sexual com a outra, não é possível falar em violência sexual	36	Quando uma pessoa aceita uma carona para casa, é porque aceita ter relações sexuais com essa pessoa	58	Insistir com o parceiro íntimo a ter relações sexuais não é violência sexual
39	Se a vítima não estiver visivelmente abalada, pode estar mentindo	13	A caracterização do estupro depende das marcas de violência física	54	A violência sexual é mais grave se foi praticada contra uma vítima virgem
83	Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima	70	Uma denúncia de estupro feita dias após os fatos, provavelmente não é verdadeira	58	Se a vítima altera a versão apresentada sobre os fatos, possivelmente está mentindo
8	Pessoas conhecidas são as que costumam praticar agressão sexual	26	Quase todas as acusações de estupro são verdadeiras	51	O laudo pericial não é considerado a principal prova em crimes de estupro

APÊNDICE D – Questionário Sociodemográfico

CÓDIGO DO PARTICIPANTE: _____

INSTRUÇÕES: Finalmente, procuramos, a seguir, conhecer um pouco mais os participantes deste estudo. Não é nosso propósito particularizar as respostas, apenas saber, de modo geral, quem são as pessoas que colaboraram conosco. Assim, pedimos que responda às perguntas abaixo.

1. Idade: _____
2. Anos de exercício na magistratura:

3. Escolaridade:
 - ☐ Ensino superior completo
 - ☐ Pós-graduação *lato sensu* (especialização)
 - ☐ Mestrado
 - ☐ Doutorado
 - ☐ Pós-doutorado
4. Estado Civil:
 - ☐ Solteiro
 - ☐ Casado ou em união estável
 - ☐ Separado ou divorciado
 - ☐ Viúvo
5. Cor ou raça (classificação IBGE, 2010):
 - ☐ Branca
 - ☐ Preta
 - ☐ Amarela
 - ☐ Parda
 - ☐ Indígena
6. Gênero:
 - ☐ Masculino
 - ☐ Feminino
 - ☐ Outro
7. Orientação sexual:
 - ☐ Heterossexual
 - ☐ Homossexual
 - ☐ Bissexual
 - ☐ Transexual
 - ☐ Assexual
 - ☐ Outra. Qual? _____
8. Religião:
 - ☐ Católica
 - ☐ Evangélica
 - ☐ Espírita
 - ☐ Agnóstico
 - ☐ Ateu
 - ☐ Outra. Qual? _____

9. Em que medida você se considera religioso? (Circule um número)

1	2	3	4	5
Nada religioso	Pouco religioso	Medianamente religioso	Bastante religioso	Totalmente religioso

10. Politicamente, você se considera: (Circule um número)

1	2	3	4	5
Esquerda	Centro-esquerda	Centro	Centro-direita	Direita

11. Em comparação com as pessoas que vivem na mesma cidade que você, você se considera de qual classe social? (Circule um número)*

1	2	3	4	5
Classe baixa	Classe média-baixa	Classe média	Classe média-alta	Classe alta

* Questão a ser aplicada apenas se pesquisa for realizada com participantes que não são juízes.

ANEXO I – Comprovante de envio do projeto para o Comitê de Ética em Pesquisa (Plataforma Brasil)

COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A influência de estereótipos de gênero no contexto das decisões judiciais
Pesquisador: GABRIELA PERISSINOTTO DE ALMEIDA
Versão: 1
CAAE: 58882316.3.0000.5407
Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 082802/2016
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto A influência de estereótipos de gênero no contexto das decisões judiciais que tem como pesquisador responsável GABRIELA PERISSINOTTO DE ALMEIDA, foi recebido para análise ética no CEP USP e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto em 18/08/2016 às 15:35.

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900
Bairro: Monte Alegre **CEP:** 14.040-901
UF: SP **Município:** RIBEIRAO PRETO
Telefone: (16)3315-4811 **Fax:** (16)3315-9101 **E-mail:** coetp@ffclrp.usp.br

ANEXO II – Parecer consubstanciado do CEP

(COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Plataforma Brasil)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A influência de estereótipos de gênero no contexto das decisões judiciais

Pesquisador: GABRIELA PERISSINOTTO DE ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 58882316.3.0000.5407

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.755.068

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de mestrado de Gabriela Perissinotto de Almeida sob orientação do Prof. Doutor Sérgio Nojiri. O projeto propõe-se a investigar os vieses valorativos e inconscientes dos juízes manifestos em processos judiciais que envolvem questões de gênero, com a finalidade de compreender a influência de estereótipos sexistas nas sentenças. Para a compreensão de como são formados os estereótipos serão abordadas noções da Psicologia Social e pesquisas que têm demonstrado a forte influência de estereótipos nos julgamentos de mulheres, especialmente quando essas se comportam de maneira contra-estereotípica, isto é, diferente do esperado, tendo em vista os estereótipos vigentes (BORGIDA; HUNT; KIM, 2005, p. 615). A pesquisadora também cita Smart (2000), teórica crítica feminista do direito, que o apresenta como mecanismo fixador de diferenças de gênero, destacando três hipóteses para a relação entre gênero no direito. A primeira seria que o direito é sexista, por estabelecer diferenciações entre homens e mulheres no ordenamento jurídico, onde a mulher está em desvantagem; a segunda, que o direito é masculino, por adotar um paradigma de neutralidade que, na verdade, mascara valores masculinos; e, por fim, a terceira, que ele tem gênero, em razão de produzir e reproduzir estereótipos de gênero.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral do trabalho é compreender de que modo os estereótipos de gênero influenciam a tomada das decisões judiciais, levando em consideração tanto o gênero da(o) magistrada(o), como

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900

Bairro: Monte Alegre

CEP: 14.040-901

UF: SP

Município: RIBEIRAO PRETO

Telefone: (16)3315-4811

Fax: (16)3315-9101

E-mail: coetp@ffclrp.usp.br

Continuação do Parecer: 1.755.068

o gênero da(o) demandante. Para tanto será necessário: (i) descrever o viés de gênero no contexto do processo de tomada de decisão a partir de estudos na Psicologia Cognitiva e Comportamental e no Direito; (ii) apresentar os estereótipos de gênero a partir de estudos da Psicologia Social acerca da teoria das representações sociais e dos estereótipos, bem como estudos das Teóricas Feministas Críticas do Direito que partem da mesma fonte; (iii) verificar a influência dos estereótipos de gênero no julgamento das(os) magistradas(os) a partir dos estereótipos associados à mulher vítima de estupro.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A abordagem dos juízes não implica em riscos à sua integridade física ou moral. Pode gerar, entretanto, algum desconforto com as questões colocadas nos questionários de avaliação diante da possibilidade dos magistrados se identificarem como pessoas que se pautam por estereótipos sexistas. Neste caso, o entrevistado poderá interromper a abordagem ou, no limite, fraudar as respostas, comprometendo a segurança da investigação. Quanto aos benefícios, estes são evidentes tanto para os próprios magistrados, levados a uma auto-análise acerca dos vieses heurísticos que influenciam suas decisões. Trazem benefícios também para as partes envolvidas, especialmente as mulheres, e para o sistema jurídico como um todo, por esclarecer as variáveis não-jurídicas que interferem nas decisões judiciais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

: O projeto encontra-se muito bem fundamentado e com a metodologia de pesquisa rigorosamente descrita. Os resultados esperados serão de grande utilidade para as ciências sociais aplicadas, especialmente para o Direito, descortinando a ausência de neutralidade nas decisões judiciais quando se trata de decisões sobre questões de gênero.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Quanto aos documentos obrigatórios, foi juntada a folha de rosto legível, preenchida e assinada pela pesquisadora responsável. Veio o comprovante de recebimento do projeto com a declaração que a pesquisa será subsidiada com recursos da própria pesquisadora. O cronograma de atividades da pesquisa veio junto com as "informações básicas do projeto", e não como documento em separado, prevendo o início da abordagem dos magistrados em outubro de 2016, e finalizando a análise em dezembro deste mesmo ano. O orçamento do projeto, veio, igualmente, junto às "informações básicas" e relaciona apenas os custos com deslocamento da pesquisadora, orçado em R\$ 100,00 (cem reais), custeados com recursos próprios. Serão entrevistados dez magistrados. Destaca-se que, se os instrumentos de pesquisa forem aplicados nas instalações da Justiça

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900
Bairro: Monte Alegre **CEP:** 14.040-901
UF: SP **Município:** RIBEIRÃO PRETO
Telefone: (16)3315-4811 **Fax:** (16)3315-9101 **E-mail:** coetp@ffclrp.usp.br

Continuação do Parecer: 1.755.068

Estadual e Federal de Ribeirão Preto, conforme mencionado no TCLE, será necessário juntar as autorizações dos juízes diretores dos respectivos fóruns. Ressalta-se que não vieram, como anexos, os instrumentos que serão respondidos pelos juízes, documento essencial para a aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP. Quanto ao TCLE, veio em forma de convite, com apresentação da justificativa, objetivos e dos procedimentos que serão utilizados. Foram explicitados os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação, além dos benefícios esperados e foram também mencionadas as providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar o desconforto. Quanto ao esclarecimento aos participantes sobre a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito, inclusive considerando acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ ou a interrupção da pesquisa, avalio que tal critério não se aplica a pesquisa em questão. Todos os demais critérios foram atendidos: garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da investigação; a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as suas fases; garantia de que o participante receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; a explicitação de que a pesquisa não importará em despesas para os participantes e a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto deve ser aprovado, no entanto, fica em pendência para a juntada dos documentos obrigatórios: os instrumentos de avaliação dos juízes e o questionário semi-estruturado bem como as autorizações dos diretores responsáveis pelos locais de coleta, se as entrevistas se derem, de fato nas instalações da Justiça Federal e Estadual.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_762006.pdf	18/08/2016 14:44:49		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TLCE_plataformabrasil_mestrado.docx	18/08/2016 14:43:42	GABRIELA PERISSINOTTO DE ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_assinada.pdf	12/08/2016 16:16:16	GABRIELA PERISSINOTTO DE	Aceito

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900

Bairro: Monte Alegre

CEP: 14.040-901

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3315-4811

Fax: (16)3315-9101

E-mail: coetp@ffclrp.usp.br

USP e FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
---	--	---

Continuação do Parecer: 1.755.068

Folha de Rosto	FolhaDeRosto_assinada.pdf	12/08/2016 16:16:16	ALMEIDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_plataformabrasil.docx	10/08/2016 15:47:20	GABRIELA PERISSINOTTO DE ALMEIDA	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIBEIRAO PRETO, 30 de Setembro de 2016

Assinado por:
Marina Rezende Bazon
(Coordenador)

Endereço: Av. Bandeirantes 3.900		CEP: 14.040-901
Bairro: Monte Alegre		
UF: SP	Município: RIBEIRAO PRETO	
Telefone: (16)3315-4811	Fax: (16)3315-9101	E-mail: coetp@ffclrp.usp.br